

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e

Aprendizagem

Eliza Maura de Castilho Lopes

**SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA DEFICIÊNCIA ADQUIRIDA EM POLICIAIS
MILITARES**

BAURU

2014

Eliza Maura de Castilho Lopes

SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA DEFICIÊNCIA ADQUIRIDA EM POLICIAIS
MILITARES

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito à obtenção do título de Mestre à Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Lucia Pereira Leite.

BAURU

2014

Lopes, Eliza Maura de Castilho.

Significados e sentidos da deficiência adquirida em policiais militares / Eliza Maura de Castilho Lopes, 2014

127 f.

Orientador: Lucia Pereira Leite

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2014

1. Deficiência. 2. Policiais. 3. Deficiência adquirida. 4. Trabalho. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ELIZA MAURA DE CASTILHO LOPES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DO(A) FACULDADE DE CIÊNCIAS DE BAURU.

Aos 17 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, às 10:00 horas, no(a) Anfiteatro da Pós-graduação da Faculdade de Ciências, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. LUCIA PEREIRA LEITE do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências de Bauru, Profa. Dra. MARIA ELIZA MATTOSINHO BERNARDES do(a) Escola de Artes, Ciências e Humanidades / Universidade de São Paulo, Profa. Dra. ANA CLAUDIA BORTOLOZZI MAIA do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências de Bauru, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ELIZA MAURA DE CASTILHO LOPES, intitulada "Significados e sentidos da deficiência adquirida em policiais militares". Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. LUCIA PEREIRA LEITE

Profa. Dra. MARIA ELIZA MATTOSINHO BERNARDES

Profa. Dra. ANA CLAUDIA BORTOLOZZI MAIA

APOIO FINANCEIRO:



FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

*A todos os que se dedicam,
direta ou indiretamente, à construção
de uma sociedade pacífica, justa e igualitária.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, razão e motivo da minha existência, Aquele pelo qual todas as coisas são possíveis.

Aos meus pais, Luiz e Natalina, por todo o esforço e carinho com o qual se dedicaram à minha educação, me incentivando sempre a ser a melhor que posso ser. Agradeço de modo especial ao meu pai, por me acompanhar nas viagens para coleta de dados, me apresentando ao universo da Polícia Militar.

À minha irmã Mara, exemplo desde nossa infância, por me auxiliar e guiar por esse mundo acadêmico que compartilhamos.

À minha orientadora, Dr^a Lucia Pereira Leite, pela dedicação ímpar com a qual se debruçou sobre este trabalho, sendo para mim um verdadeiro modelo de profissionalismo. Muito obrigada pelos conhecimentos compartilhados e pela confiança, paciência e alegria demonstradas nesses anos.

Às professoras que gentilmente aceitaram compor a banca examinadora desse trabalho, Dr^a Ana Cláudia Bortolozzi Maia e Dr^a Maria Eliza Mattosinho Bernardes, por suas valiosas contribuições. Agradeço também à Dr^a Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues e ao Dr. Sadao Omote, pela constante disponibilidade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pelo apoio financeiro, que me possibilitou a dedicação exclusiva a essa pesquisa. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo amparo financeiro no primeiro ano de Mestrado.

À Associação de Policiais Militares Deficientes do Estado de São Paulo – APMDFESP – e a seus funcionários, que abriram as portas para que essa pesquisa pudesse ser concretizada.

Ao Coronel César Augusto Franco Morelli, pela autorização concedida para a realização da pesquisa, e a todos os membros do 1º Batalhão de Policiamento de Choque “Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar” - ROTA, pelo apoio investido na coleta de dados.

Aos participantes da pesquisa, que aceitaram contar suas histórias de vida com tanta solicitude, com os quais muito pude aprender a respeito da profissão de policial militar.

A todos os membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Deficiência e Inclusão – GEPDI, pelas contribuições valorosas para esse estudo.

Aos colegas da Pós-Graduação, sobretudo aos que ingressaram no ano de 2012, compondo uma turma muito especial de mestrandos da qual tive a honra de participar. Obrigada a cada um por trilharmos juntos esse caminho. De maneira particular, agradeço aos queridos amigos, Amanda, Andréa, Alessandra, Bruna, Jussânia, Mário e Renata, presenças constantes nos momentos de alegria e de dificuldades.

Às amigas Fernanda e Maithe, que acompanharam de perto a construção desse estudo, pela verdadeira amizade que muito me auxiliou nesse percurso. Obrigada pelos incentivos diários, comentários e sugestões com os quais sempre pude contar.

Aos amigos Daiana, Elís, Grazielle, Jéssica, Liliana, Priscila, Cleusa e Fernando, e à família Borgato, pessoas que, mesmo distantes, estão tão presentes em meu cotidiano. Obrigada pelas palavras de incentivo, pelas contribuições e por todo o apoio.

Às tias e tios, primos e primas, e à minha avó, por acreditarem em meu potencial e torcerem pelo sucesso dessa pesquisa.

A todos os membros da comunidade do Focolares de Bauru: às Gen, que, com sua unidade tão bela, me acompanharam na realização dessa pesquisa; aos focolarinos e focolarinas, pelos sorrisos acolhedores e pelo exemplo de uma dedicação integral ao Ideal; e a todos os demais que, com suas vidas, inspiram à construção de uma humanidade nova.

À Unesp, à Faculdade de Ciências e, de maneira particular, ao Departamento de Psicologia e à Pós-Graduação, por me acolherem durante tantos anos e contribuírem para minha formação profissional. Serei eternamente grata a essa instituição e a todos os docentes e colaboradores que acompanharam minha trajetória enquanto graduanda, pós-graduanda e professora.

A todos os que colaboraram para a realização deste trabalho, muito obrigada!

LOPES, E. M. C. **Significados e sentidos da deficiência adquirida em policiais militares.** 2014. 127f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2014.

RESUMO

Ao analisar o papel que os policiais militares ocupam na sociedade é possível observar a forte relação à autoridade, à força e à integridade corporal, aspectos sobremaneira distantes da imagem socialmente construída e estigmatizada das pessoas com deficiência. Apesar da aparente incongruência entre tais personagens, verifica-se que a aquisição de uma deficiência em função é uma possibilidade real na vida profissional desses indivíduos, face às condições de risco físico que os policiais são submetidos. Amparado nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, na qual o trabalho é entendido como atividade vital humana, possuindo fundamental importância no desenvolvimento do psiquismo, realizou-se o presente estudo. Seu objetivo foi identificar o conjunto de significações relacionado à deficiência e à Polícia Militar para policiais com deficiência adquirida, com vistas a compreender sua relação com a história de vida dos participantes. Participaram da pesquisa sete policiais militares com deficiência, sendo seis reformados e um da ativa. A análise dos dados foi feita pela construção dos núcleos de significação, capazes de expressar as propriedades do todo, em sua gênese e determinação. Foram encontrados três núcleos de significação: A expressão do trabalho como atividade fundamental; Condições de existência - transformações após a deficiência adquirida; Condições de existência - relações de suporte social. Os resultados indicaram que as significações dadas à Polícia Militar e à deficiência estão relacionadas às trajetórias de vida dos participantes, objetivadas em seus relatos. Os significados atribuídos ao trabalho na Polícia Militar parecem conferir-lhe o *status*

de atividade vital, influenciando na formação da personalidade dos policiais. Já à deficiência são atribuídos significados negativos de inatividade e incapacidade, aparentemente relacionados às condições de restrição nas quais se encontram os participantes. Concluiu-se que a superação das contradições da realidade e das significações negativas da deficiência se faz necessária, apontando para novas formas de atividade que possibilitem a valorização do ser humano.

Palavras-chave: Deficiência. Policiais. Deficiência adquirida. Trabalho.

LOPES, E. M. C. **Meanings and senses of acquired disability by police officers.** 2014. 127f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2014.

ABSTRACT

The analysis of the role that the Military Police occupy in society allows observing the strong relationship between this organization and the idea of authority, strength and bodily integrity. Those aspects are greatly distant from the socially constructed and stigmatized picture of people with disabilities. Despite the apparent incongruity between such characters, the acquisition of a disability during the activity performance is a real possibility in those individuals lives, given the conditions of physical risk that officers are usually subjected to. The study was supported by theoretical and methodological assumptions of Cultural-Historical Psychology, in which the work is seen as the human vital activity, and has fundamental importance in the development of the psyche. The aim of the study was to identify the set of meanings related to disability and Military Police to officers who acquired any disability, in order to understand their influence on participant's life stories. Seven military officers with disabilities were interviewed for the research, six retired and one active. Data analysis was done by the construction of cores of meanings, capable of expressing the properties of the whole, in its genesis and determination. Three cores of meanings were identified: The expression of work as fundamental activity; Conditions of existence: transformations that follow the acquisition of a disability; Conditions of existence: relations of social support. The results indicated that the meanings associated to the Military Police and to disability are related to the participants life stories, objectified in their reports. To the officers, the job on Military Police has achieved the status of vital activity, influencing their personalities construction. Negative meanings like inactivity and impairment were associated

to disability. Those meanings apparently were related to the limitant conditions in which the participants were living. It was concluded that the contradictions of reality and negative representations of disability must be overcome, leading to new forms of activity that make the human being development possible.

Keywords: Disabilities. Police. Acquired disabilities. Work.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	A perspectiva da teoria Histórico-Cultural a respeito do desenvolvimento humano	15
1.2	O trabalho do policial militar	19
1.3	Trabalho alienado e o trabalho do Policial Militar.....	23
1.4	Deficiência	26
1.5	A deficiência adquirida e a reabilitação	30
1.6	Policiais Militares com deficiência	32
2	MÉTODO.....	38
2.1	Participantes e locais	38
2.2	Instrumentos	40
2.3	Procedimentos	42
2.4	Análise de dados	44
3.	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	49
3.1	Apresentação geral dos participantes: histórias de vida.....	49
3.2	Núcleos de Significação	59
3.2.1	A expressão do trabalho como atividade fundamental.....	61
3.2.2	Condições de existência: transformações após a deficiência adquirida.....	77
3.2.3	Condições de existência: relações de suporte social	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	114
	APÊNDICES	123

APRESENTAÇÃO

O policial militar, seja pelas características rígidas de sua profissão ou pela alta exposição a situações de risco, vem se tornando alvo frequente de pesquisas na área da psicologia e das ciências sociais nos últimos anos. Tais estudos envolvem diversos aspectos da profissão e da subjetividade dos policiais, como: a pesquisa de Silva (2011), a respeito da identidade militar; Oliveira (2010), que aborda questões como a masculinidade; e Spode (2004), a respeito da saúde mental do policial. No entanto, observa-se no país uma escassez de estudos com sujeitos policiais militares com deficiência, possivelmente pela falta de visibilidade dada aos mesmos pelas corporações militares¹.

Na revisão da bibliografia relacionada ao tema, foram realizadas buscas em base de dados como o Banco de Teses e Dissertações da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Utilizou-se como termos de busca “Polícia Militar” e “Deficiência”, e “Polícia Militar” e “Necessidades Especiais”, visando abranger as diferentes expressões existentes em relação ao tema pesquisado. Encontraram-se duas dissertações, uma relacionada à morbimortalidade de mulheres policiais militares na cidade do Rio de Janeiro (CONCEIÇÃO, 2010), e outra com referência ao impacto de ruídos na audição de policiais do Paraná (HEUPA, 2010). Ambas, embora mencionassem a possibilidade da aquisição de deficiência por policiais militares, não tiveram como foco de análise a deficiência. Na busca, utilizando os termos “Polícia Militar” e “Acidentes de trabalho”, foram encontradas uma tese e duas dissertações que abrangem o tema, como os trabalhos de Fraga (2002; 2005) e Spaniol (2002). No levantamento com os termos idênticos na compilação na biblioteca virtual do Portal de Periódicos da Capes, foi encontrado apenas um artigo científico relacionado ao tema, que fazia alusão ao impacto das atividades

1

Em complementar, para além do cumprimento dos deveres legais para com policiais que se acidentam em trabalho, ou que por alguma razão de saúde, sejam considerados inaptos para prosseguir na corporação, o suporte dado pelas instituições militares a esses membros costuma ser escasso.

profissionais na saúde física e mental de policiais (MINAYO et al, 2011). Em busca semelhante realizada tanto na base de dados SciELO – *Scientific Electronic Library On line*, como no portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), nenhum artigo científico foi localizado.

Em relação às publicações relacionadas ao tema em periódicos estrangeiros, foi feita revisão semelhante à anteriormente mencionada. Utilizando os termos “*Military Police*” e “*disability*” ou “*special needs*”, e os termos “*Military Police*” e “*occupational accident*”, a busca foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, pela abrangência internacional desta base de dados. Os resultados indicaram uma vasta gama de publicações relacionadas ao tema em periódicos estrangeiros da área da saúde, como o *American Journal of Preventive Medicine*, e o periódico *Injury – International Journal of the Care of the Injured*. Entre os artigos encontrados, destacam-se as publicações de Krahll et al (2010) sobre lesões sofridas por policiais envolvidos em acidentes de carro, o artigo de Jones e Hansen (2000), sobre uma avaliação epidemiológica da origem de lesões nas Polícias Militares americanas, e o de Yancosek et al (2012), sobre programas de reabilitação para militares que sofreram lesões musco-esqueléticas. Além de artigos relacionados aos aspectos físicos, também existem pesquisas ligadas aos aspectos psicológicos da profissão do Policial Militar e os riscos que essa pode oferecer. Um exemplo de pesquisa como esta é a descrita no artigo de Selby et al (2010), sobre a avaliação de comportamentos suicidas de militares relacionados ao medo de ferimentos letais.

Diante do exposto, embora se observe a presença de pesquisas internacionais relacionadas ao tema, nota-se a carência de estudos científicos que investiguem a temática deficiência, e os significados atrelados, com policiais militares no Brasil. Dadas as realidades distintas vivenciadas pelos policiais militares brasileiros e os policiais de outros países, afirma-se a importância da realização de pesquisas no âmbito nacional.

Tendo em vista a relevância do tema, optou-se por investigar esta população que já estava entre os interesses acadêmicos da pesquisadora. Nascida em uma família na qual o militarismo está presente há muitas gerações, a curiosidade a respeito do tema começou na infância, quando seu pai e seu tio-avô lhe contavam histórias sobre a Corporação.

Durante o curso de Psicologia da Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus de Bauru, nasceu a ideia para a realização dessa pesquisa, durante discussões a respeito do impacto da aposentadoria na trajetória do indivíduo. Dadas as peculiaridades da atividade desenvolvida na Corporação e os possíveis efeitos que esta poderia ter na subjetividade de seus membros, o interesse de investigar o tema surgiu e continuou a existir, resultando nesse estudo.

Na graduação em Psicologia foram estabelecidos os contatos iniciais com os pressupostos da Psicologia Histórico-cultural, referencial teórico escolhido para abordar o tema pesquisado e com as discussões a respeito da deficiência. Ainda durante esta fase inicial de formação acadêmica surgiu o desejo de aprofundar os estudos, neste referencial teórico, a respeito da deficiência.

Na união destes interesses acadêmicos, idealizou-se o projeto de pesquisa que deu origem a esse trabalho. Considerando a forte influência das características da Corporação Policial sobre a vida de seus membros, aliada a importância da atividade para a formação psíquica do indivíduo, indagou-se se as significações relacionadas à deficiência poderiam estar permeadas de atributos da própria corporação e, conseqüentemente, ao papel de policial. Considerou-se ainda que a aquisição de uma deficiência possa representar uma transformação importante na trajetória de vida de tais profissionais. Essa transformação pode trazer consigo um forte impacto para o psiquismo dos mesmos, advindo do abandono do trabalho e somado a possível estigmatização de suas condições atuais. Nesse direcionamento, julgou-se pertinente o estudo do tema, tendo em vista o papel da Psicologia Social na compreensão dos fenômenos

da sociedade.

A pesquisa apresentada está organizada em quatro partes: introdução, no qual são abordados os principais aspectos teóricos relacionados à Psicologia Histórico-Cultural, à Polícia Militar e à deficiência; método, em que são caracterizados os participantes e os procedimentos teórico-metodológicos adotados; resultados e discussão, seção na qual os dados obtidos estão expostos e discutidos; e considerações finais.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A perspectiva da teoria Histórico-Cultural a respeito do desenvolvimento humano

A teoria Histórico-Cultural, que tem como uma de suas principais referências o russo L. S. Vigotski², apresenta uma concepção de homem como ser originado essencialmente nas relações sociais. Fundamentada no materialismo histórico dialético, delineado nas contribuições de Marx e Engels, propõe que o psiquismo humano seja entendido como uma estrutura orgânica e, simultaneamente, um reflexo psíquico da realidade, resultante de uma relação entre homem e a natureza (MARTINS, 2007).

A atividade vital humana consiste no trabalho, e é por meio dela que o homem modifica sua existência. O trabalho, tal como descrito por Marx e Engels (1993), caracteriza-se na produção de meios para a satisfação de necessidades; tal produção tende a gerar novas necessidades, aumentando o nível de complexidade da atividade humana.

Martins (2011) afirma que o trabalho social faz com que a vida do homem deixe de garantir-se pela adaptação natural ao meio, ou seja, pelas leis biológicas, e passe a ser regida pelas leis do desenvolvimento sócio-histórico. A autora explica que a unidade entre mãos, cérebro e linguagem levaram ao aperfeiçoamento do sistema anátomo-fisiológico do córtex, possibilitando ao homem relacionar-se com suas condições de existência de maneira mediada pela consciência; nessas condições, ocorre a transformação do homem de ser biológico para ser social.

A consciência é definida como a expressão ideal do psiquismo. Com ela, a realidade é representada como imagem psíquica. Ressalta-se que a consciência não deverá ser associada apenas com o “mundo das vivências internas, mas apreendida como ato psíquico

experienciado pelo indivíduo e, ao mesmo tempo, expressão de suas relações com os outros homens e com o mundo” (MARTINS, 2011, p.28).

De acordo com Duarte (2004), pela atividade humana, foram sendo historicamente produzidos os instrumentos e a própria linguagem, que por meio desta passaram a uma existência objetiva. Assim constitui-se o processo da objetivação, pelo qual “a atividade física ou mental dos seres humanos transfere-se para o produto dessa atividade” (DUARTE, 2004, p. 49) e, por meio desse processo e da própria vida em sociedade a cultura humana é produzida e reproduzida.

A objetivação implica em um processo que lhe é oposto e complementar ao mesmo tempo: a apropriação. De acordo com Leontiev (1978, p. 268), nesse processo o indivíduo reproduzirá “traços essenciais da atividade acumulada no objeto”. Consequentemente, serão também reproduzidas as funções humanas que ali haviam sido objetivadas; partindo da formação histórica do próprio gênero humano, pela apropriação ocorrerá a formação do indivíduo.

Observa-se que o próprio desenvolvimento humano se dá nas relações sociais. Nessa direção, Mennocchi e Leite (2010, p. 57), amparadas nos pressupostos de Leontiev, relatam que “sua constituição se dá pela sua progressiva participação na trama da complexa rede de relações sociais em que desde o nascimento é envolvido”. Com este pressuposto, conclui-se que o próprio homem, enquanto ser humano genérico, é constituído nas relações sociais, nas quais tem papel central o trabalho enquanto atividade vital humana.

Abordar o aspecto social do homem envolve considerar o social em sua dimensão histórica, ou seja, em relação à produção humana historicamente constituída, composta por bens materiais e intelectuais (BERNARDES, 2010). Essa compreensão deve pautar-se na relação entre a singularidade e a universalidade, mediada pela particularidade.

Nessa perspectiva, Oliveira (2005) ressalta que a universalidade se concretiza

através da atividade humana nas diversas singularidades, formando a essência humana. Essa concretização se dá pela mediação do particular. Em outros termos, o processo entre o indivíduo – singular – e o gênero humano – universal – se concretiza no particular, que é a relação estabelecida entre um determinado indivíduo e sociedade. A partir dessas considerações, infere-se que a ideia de sociedade extrapola o conceito de estrutura social posta, envolvendo o “conjunto de produção humana já existente – o patrimônio da humanidade” (OLIVEIRA, 2005, p. 29).

Ainda sobre o desenvolvimento do homem, a leitura de Vigotski (1997) permite compreender que, no ato instrumental – ou seja, pelo uso de instrumentos – é colocado entre o homem e o ambiente um terceiro elemento, chamado signo. Em suas palavras,

[...] no comportamento do homem surge uma série de dispositivos artificiais dirigidos ao domínio dos próprios processos psíquicos. [...] Os instrumentos psicológicos são criações artificiais; estruturalmente são dispositivos sociais e não orgânicos ou individuais; estão dirigidos ao domínio dos processos próprios ou alheios, tanto quanto a técnica o está para o domínio dos processos da natureza (VIGOTSKI, 1997, p. 65).

Em continuidade, na leitura de Martins (2011) percebe-se que o signo enquanto expressão da imagem subjetiva operaria transformando o espontâneo em volitivo, permitindo ao psiquismo humano um funcionamento qualitativamente superior. Para a autora, de modo semelhante a um instrumento de trabalho, os signos exigem adaptação do comportamento a eles, o que conduz à transformação psíquica estrutural.

Smolka (2004) complementa esse pensamento, ressaltando que o signo, tendo sido produzido nas relações interpessoais, age nos sujeitos e, ao mesmo tempo, nas próprias relações. Nestas, a palavra se destaca como signo por excelência, expressando a relação social, e ao mesmo tempo, a vida interior.

A palavra, como uma maneira de representar objetos, é capaz de superar a função meramente comunicativa. Foi com essa representação que o "homem deu o primeiro e mais

decisivo passo em direção à sua libertação do campo sensorial imediato, isto é, em direção ao desenvolvimento de sua capacidade para pensar” (MARTINS, 2011, p. 133). No mesmo sentido, Molon (2003) explica que, de um modo de comunicação, o signo é transformado em um modo de comportamento.

Nesse processo de conversão das imagens subjetivas em signos, destaca-se a importância da linguagem. Esta sistematiza signos, possibilitando a comunicação, a significação da realidade e a própria subjetivação. Para Vigotski (2001), ocorre uma conexão entre o pensamento e a linguagem, que se expressa em uma unidade - o significado da palavra. Como afirma o autor, “o significado é a própria palavra vista de seu aspecto interno” (VIGOTSKI, 2001, p. 288), de modo que apenas o estudo desta unidade pode explicar o desenvolvimento das relações entre pensamento e linguagem e, em decorrência, o desenvolvimento dos signos.

Luria (1979) destaca dois componentes funcionais na palavra: a representação material e a significação. A primeira compreenderia a função da palavra de representação da imagem mental do objeto; já a significação diz respeito à função simbólica da palavra, na qual os objetos são analisados em suas características e instituídos em uma ou outra categoria, ocorrendo a generalização e a formação de conceitos. Segundo esse autor (1979, p. 35), é por esse motivo que “a palavra não apenas significa uma imagem, mas também inclui o objeto no riquíssimo sistema de ligações e relações em que ela se encontra”.

Em outras palavras, tudo o que se produziu nas relações sociais foi convencionalizado e acordado entre os indivíduos, deixando marcas na sociedade. Para Leme (2010), são as significações que voltam o indivíduo para o coletivo, sendo nelas que se fundamenta a consciência.

No mesmo sentido, Smolka (2004, p. 45) explica a significação enquanto "uma chave para se pensar a conversão das relações sociais em funções mentais". A autora ressalta a

necessidade de analisar essas relações enquanto uma trama de experiências, imagens e histórias, com outros indivíduos de distintas posições sociais; nessa trama, estão impressos o processo de significação e a consequencial interpretação do sujeito e de sua realidade social.

Na reflexão a respeito dos signos e de sua repercussão na formação da consciência, evidencia-se a relação entre significado social e sentido pessoal. Vigotski (2001) afirma que o significado se refere aos conteúdos compartilhados e instituídos, se configurando num produto de apropriação da realidade, porém balizado pela subjetividade do envolvido nesse processo. O significado é uma das zonas de sentidos que a palavra pode adquirir, apresentando-se de maneira mais estável e exata; já o sentido seria inconstante e dinâmico, envolvendo outros momentos existentes na consciência e dependendo diretamente do motivo da atividade à qual o indivíduo está comprometido.

Para compreender a relação entre significado e sentido, Aguiar e Ozella (2013) julgam necessário observar que ambos são compostos por uma unidade contraditória entre simbólico e emocional. Embora esteja ligado ao significado, o sentido não se submete a uma lógica externa, destacando a singularidade construída. Com isso, os autores sugerem a necessidade de apreensão do processo de constituição dos sentidos, visando a compreensão do indivíduo singular e histórico; os significados seriam o ponto de partida para essa compreensão.

Diante das considerações realizadas, nas páginas subseqüentes serão tratados os significados e sentidos dados aos termos *Polícia Militar*, enquanto atividade laboral; e *deficiência*, enquanto um fenômeno objetivado.

1. 2 O trabalho do policial militar

As origens das forças policiais remontam à organização social de civilizações antigas, como a Grécia e, posteriormente, Roma. Tais forças eram responsáveis pela execução

de funções ligadas à manutenção das cidades. Visto inicialmente como uma atividade civil, o ato de policiar foi associado com o militarismo na Roma antiga, pelas Guardas Pretorianas. Conjunto de tropas criadas em 27 a. C., representavam a Guarda do imperador, usufruindo de livre acesso às cidades, ao contrário dos exércitos. Aos poucos, essa guarda foi incorporando as funções policiais de organização social às suas atividades de proteção (MELLO, TOIGO, FRANÇA, 2004).

No Brasil, as primeiras tropas policiais surgiram no período colonial, com a intenção de proteger o território de possíveis invasões, além da segurança interna da colônia. No ano de 1789, com a criação da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, foi criada a Força Pública, responsável por defender os direitos referidos em tal documento. Com a chegada da Família Real ao Brasil, foi originada a Guarda Real de Polícia, que, dissolvida com a Independência, foi subdividida nas Milícias (MARQUES, 2011).

Com a Proclamação da República, os Corpos Policiais, que até então prestavam serviços à corte, passaram a ser subjugados pelos próprios Estados, passando a ser nomeado de maneiras distintas em cada localidade. De acordo com Marques (2011), no Estado de São Paulo a Corporação recebeu diversos nomes, como Guarda de Polícia, Brigada Policial, Força Policial, Força Pública, até a atual Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMESP.

Sobre o trabalho do policial, Poncioni (2003) menciona que a Polícia é uma profissão, uma vez que é exercida por um grupo específico, que apresenta sentimento de pertencimento e de identificação com sua atividade, compartilhando idéias, crenças e valores comuns. Para a autora, o grupo possui uma série de conhecimentos produzidos e meios utilizados que foram acumulados, e que são transmitidos no trabalho.

De acordo com Neme (1999), as competências da PMESP foram primeiramente definidas pelo Decreto-Lei federal 667/69 (BRASIL, 1969) e pelo Decreto-Lei Estadual 217/70 (SÃO PAULO, 1970), que segue a disposição do primeiro. Ambos foram

complementados pelos Decretos Federais 66.862/70 e 88.777/83 (BRASIL, 1970; 1983), os quais determinam a execução do policiamento ostensivo, ou seja, aparente, enquanto exclusivo da Polícia Militar.

Neme (1999) relaciona vários tipos de policiamento ostensivo: urbano, rural, de trânsito, florestal ou ambiental, ferroviário e rodoviário, portuário, fluvial e lacustre, radiopatrulha terrestre e aérea, de segurança externa em estabelecimentos penais. Somadas a estas atividades, encontram-se as atribuições do Corpo de Bombeiros - setor da Polícia Militar que, embora tenha uma designação distinta, também faz parte da Corporação, seguindo a mesma estrutura organizacional hierárquica.

Segundo Fraga (2006), a atividade do militar deve ser realizada pelo policial fardado e tem caráter preventivo, procurando evitar a ocorrência de delitos. Quando estes ocorrem, é tarefa da Polícia Militar a restauração da ordem, estando o policial autorizado a usar variados tipos de forças físicas para cumprir com tal obrigação, bem como armas de fogo ou armas químicas.

A profissão do Policial Militar está regulamentada pela Lei federal 6.880, de 1980 (BRASIL, 1980), que dispõe a respeito do Estatuto Militar. De acordo com o documento, as funções dos militares são previstas pelo quadro de efetivos - organograma com as posições a serem ocupadas pelos profissionais. Como explicita Neme (1999), a carreira do policial militar distingue-se em duas categorias: praças e oficiais. O ingresso em ambas ocorre por meio de concursos públicos distintos: o vestibular, para o ingresso no Curso de Formação de Oficiais³; e o concurso público, para o Curso de Formação de Soldados da Polícia militar.

Encerrados os cursos de formação, o policial passa a fazer parte dos quadros de oficiais e praças da instituição, de acordo com suas posições hierárquicas. As subdivisões hierárquicas que compõem o quadro dos praças são: soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º

3 No Estado de São Paulo, o curso é oferecido pela Academia Militar do Barro Branco, localizada na capital do Estado.

sargento e subtenente. Já as subdivisões do quadro de oficiais são: 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel. Há também subdivisões intermediárias entre as duas categorias: aluno oficial, relacionada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais; e aspirante a oficial, para os recém-formados do mesmo curso.

De acordo com o Código de Ocupação Profissional – CBO, referência no que concerne aos registros administrativos no país, as atribuições profissionais dos militares variam segundo as respectivas subdivisões: aos cabos e soldados da Polícia Militar cabem atividades operacionais de reestabelecimento da ordem e controle de distúrbios na sociedade; os sargentos e sub-tenentes devem participar de atividades de comando do grupo e de guarda do quartel, além de assessorarem o comando e supervisionarem o policiamento ostensivo; os tenentes e capitães assessoram o comando e coordenam pelotões, que são pequenos grupamentos de policiais, e ocupam cargos administrativos. Aos majores, tenentes-coronéis e coronéis são designadas as atividades de planejamento estratégico, gerenciamento administrativo e manutenção da hierarquia e disciplina entre os subordinados (CBO, 2013).

O mesmo documento dispõe que as funções atribuídas aos militares do Corpo de Bombeiros são distintas das anteriormente descritas: aos cabos e soldados cabem as tarefas de salvamento, resgate, combate de incêndios e prevenção de acidentes; aos subtenentes e sargentos, além das funções anteriormente citadas são atribuídas atividades como o comando de equipes e o controle de guarnições; os tenentes são responsáveis pelo comando de pelotões, atividades de planejamento administrativo, dentre outras; os capitães realizam atividades de nível tático, enquanto majores, tenentes-coronéis e coronéis têm como função o gerenciamento administrativo e comando geral do grupo.

Fraga (2006) propõe uma definição do trabalho do policial militar considerando o trabalho composto por três itens: a atividade direcionada a um fim, ou seja, o trabalho em si; o objeto do trabalho; e os meios, ou o instrumental utilizado para sua realização. Com relação à

Polícia Militar, o trabalho seria a atividade policial, que tem como finalidade a execução de uma política de segurança pública. Esse trabalho envolve as ações da Polícia, que são planejadas muitas vezes por setores superiores a quem irá executá-las; objeto do trabalho do militar é a segurança social, a ordem pública, o policiamento ostensivo; e o terceiro item, os meios, seriam os instrumentos que a Polícia utiliza para a realização do trabalho, como o uniforme, armas, viaturas, rádios, colete à prova de balas, etc. Também está incluso nos meios o conhecimento técnico-operativo a respeito do próprio trabalho.

1.3 Trabalho alienado e o trabalho do Policial Militar

Na relação entre apropriação e objetivação, incluindo os significados resultantes destas e seu papel fundamental na formação do psiquismo humano, evidencia-se a importância do trabalho enquanto atividade do ser humano. Como afirmam Navarro e Padilha (2007), trabalhar, além de satisfazer necessidades básicas, é uma fonte de identificação, auto estima e sentimento de participação nos objetivos da sociedade. Andriani (2003) ressalta que, pela atividade, o mundo externo se traduz em interno, construindo significações relacionadas ao próprio indivíduo e à realidade posta num processo dialético contemplativo às particularidades do indivíduo.

Na construção da subjetividade, própria ao gênero humano, a socialização tem um papel fundamental. No entanto, conforme afirma Bernardes (2010), as desigualdades econômicas e de classe impedem que esta socialização ocorra, uma vez que nem todos tem o acesso garantido à produção objetiva histórica.

Na leitura de Leontiev (1978), entende-se que as diferenças de classe fazem com que haja uma separação entre os produtores e os meios de produção, o que transforma as relações humanas em relações entre coisas que se separam – se alienam – do próprio homem.

Nessas relações, surge o trabalho alienado, distinto em suas características do trabalho que se constituía como atividade vital humana. Nas palavras do autor:

Finalmente, a grande massa dos produtores transforma-se em operários assalariados, cuja única propriedade é a sua capacidade de trabalho. As condições objectivas da produção opõem-se-lhes doravante enquanto propriedade estranha. Para viver, para satisfazer as suas necessidades vitais, vêm-se, portanto, coagidos a vender a sua força de trabalho, a alienar o seu trabalho. Sendo o trabalho o conteúdo mais essencial da vida, devem alienar o conteúdo da sua própria vida (LEONTIEV, 1978, p. 121).

Duarte (2004) analisou o processo de alienação, tal como proposto por Leontiev. Segundo o autor, esse processo ocorrerá de duas maneiras: pela dissociação entre significado e sentido das ações em uma atividade e pela impossibilidade do acesso às riquezas materiais e não materiais.

Nessa direção, Leontiev (1978), pontua que o sentido que o trabalhador atribui à sua própria atividade estará relacionado aos motivos que o levam às suas ações. Estas consistem em processos ligados ao objetivo final da atividade e são orientadas pelos chamados fins específicos, que não necessariamente coincidem com o motivo inicial. A relação entre tais fins e o motivo remete ao sentido, que deve ser estabelecido psiquicamente pelo homem; esses sentidos deveriam estar relacionados às significações objetivas do trabalho, relação esta que é rompida pelos modos de produção capitalistas. O autor exemplifica essa ruptura mencionando um operário que trabalha em uma tecelagem; seus conhecimentos a respeito do processo de fiação e do próprio fio são limitados ao necessário para a realização da atividade. No entanto, sua produção não será orientada pela importância de seu produto para a sociedade, mas pelo salário - necessário para o seu sustento. Também para o capitalista essa alienação ocorrerá, uma vez que o sentido do trabalho será orientado para o lucro, e não para as propriedades do produto.

Além dessa cisão entre as significações objetivas do produto e o sentido da

atividade para o trabalhador, Duarte (2004) indica uma segunda cisão, que ocorre para a sociedade. Também esta vê a atividade do trabalhador como um meio de reprodução do capital, alienada dos significados atribuídos ao produto em si. O autor afirma ainda que "o sentido pessoal que o trabalho tem para o operário é uma consequência do sentido que esse trabalho tem para a sociedade capitalista" (DUARTE, 2004, p. 58).

Já Bernardes (2010) afirma que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores está fortemente ligado à superação da alienação. Nas palavras da autora,

Compreende-se que a apropriação do conhecimento elaborado historicamente, como parte da produção humana pelos sujeitos, seja um elemento necessário para que tal processo se estabeleça na sociedade; no entanto considera-se que somente a partir de transformações de ordem político-econômica que a produção humana, material e ideal, possa ser acessível e apropriada pelos sujeitos (BERNARDES, 2010, 305).

Destarte, embora o trabalho do policial militar não se configure como a produção do capital, observa-se que, estando inserido em uma sociedade que se desenvolve sob as regras do capitalismo, está sujeito às cisões do trabalho alienado. A hierarquia do trabalho do policial militar implica em atividades próprias para cada posição, cabendo aos níveis mais altos o planejamento das ações de policiamento, enquanto a execução destas ações cabe aos policiais de níveis hierárquicos mais baixos. Assim, o planejamento da atividade está muitas vezes desvinculado de quem executa, podendo o policial estar alienado dos meios para a execução do seu trabalho.

Ao analisar a atividade do policial militar do Estado de Goiás, Mascarenhas (2009) observa as altas demandas sociais pela atividade do policial, o que expõe esse trabalhador a fortes exigências por um desempenho que seja socialmente reconhecido como satisfatório. A organização hierárquica e a pressão exercida pela chefia sobre os policiais soma-se a essa alta demanda social, resultando em estresse e insatisfação com o trabalho. Além disto, em sua análise, a autora observa muitas vezes a impossibilidade de executar as

tarefas propostas de acordo com as técnicas instruídas pela organização.

Considerando a precarização do trabalho do policial e as altas exigências que recaem sobre ele, a autora conclui que esse trabalhador enfrenta uma alta exploração de sua força de trabalho, renunciando a direitos sociais e trabalhistas pela configuração da organização de sua atividade, pois tais características permitem que ocorram "as relações estranhadas (ou alienadas) entre o sujeito, o seu trabalho e as suas relações interpessoais, enfraquecendo o poder de barganha entre o empregador e o empregado" (MASCARENHAS, 2009, p. 147).

1.4 Deficiência

Ao longo da história, a sociedade utilizou diversas maneiras para se relacionar com a deficiência. Desde a completa marginalização dos deficientes, observada nos primórdios das civilizações, até a tentativa de normalização – prática vigente e aceita até hoje por algumas instituições – muitos foram os paradigmas adotados a respeito da deficiência (ARANHA, 2001). Tais paradigmas, em sua maioria, localizavam no indivíduo a raiz de sua desvantagem enquanto deficiente. Na presente pesquisa, utilizou-se uma concepção de deficiência enquanto categoria socialmente construída. Conforme o proposto por Omote (1995), é no social que se encontra a construção da deficiência, uma vez que as diferenças incluídas nessa categoria só podem ser consideradas negativas na comparação com outras pessoas. Em complementar, o significado dado a uma característica depende essencialmente de três fatores: o ator, ou seja, o sujeito que apresenta a característica em questão; a audiência; e as circunstâncias nas quais ocorre o julgamento.

Ao exemplificar essa dinâmica, mutilações decorrentes de batalhas, em tempos de guerra, podem conferir ao ator o *status* de herói. Já em outras circunstâncias, esse mesmo

indivíduo poderá ser alvo de segregação e exclusão. Embora não se possa negar o impacto da deficiência sobre o funcionamento do indivíduo, torna-se imprescindível o olhar sobre as condições relacionadas à mesma, localizando socialmente as variáveis importantes na análise desse fenômeno (OMOTE, 2004).

Leite (2014, p. 12), após uma ampla revisão conceitual, define que a deficiência numa perspectiva histórico-cultural deve ser interpretada como:

[...] dinâmica, relacional e processual com base na relação entre indivíduo e contexto sociocultural, que ocasiona um desenvolvimento humano diferenciado, que pode ser alterado em função das expectativas e de atitudes dirigidas a ele. A deficiência decorre de uma disfunção biológica que acarreta limitação, e como consequência uma barreira social. É significada historicamente no contexto de sua ocorrência.

Isso implica em entender que a deficiência extrapola as condições orgânicas, funcionais ou comportamentais diferenciadas, pois o prejuízo individual está fortemente atrelado à relação que a sociedade mantém com este indivíduo. Ou seja, a falta ou a inadequação social, associada aos conceitos negativos atribuídos à pessoa com deficiência poderão dificultar a sua participação social e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento humano.

Ao abordar a deficiência, é frequente o uso de categorizações, numa busca de especificações em relação às peculiaridades dessas categorias. No entanto, há a possibilidade de que, entre categorias distintas, diferenças sejam exacerbadas e semelhanças sejam negligenciadas. Reações como desvalorização e descrédito social podem tornar-se comuns e serem associadas a um grupo heterogêneo, apenas da presença de dadas características (OMOTE, 2004), em um processo de estigmatização, conforme anunciado por Goffman (1891; 1988).

Para explicar o conceito de estigma, Goffman traz as ideias de identidade social virtual e identidade social real. A primeira se refere ao que se espera do sujeito e a segunda

está vinculada aos atributos que este realmente possui. Para Goffman (1891; 1988), é na diferença entre essas duas identidades que o estigma se constrói. Este pode ser definido como uma característica depreciativa, associada à fraqueza e à desvantagem, diferente das características apresentadas pela maioria.

Ao considerar esse caráter social da construção da deficiência e das características associadas à desvantagem, é possível superar a busca pela normalização do indivíduo. Nessa perspectiva, justifica-se o pressuposto trazido por Violante e Leite (2011, p. 83), ao relatarem que "[...] a sociedade como um todo deve se adaptar para incluir todas as demandas populacionais que se encontram excluídas socialmente, fugindo de uma perspectiva cotidiana que ainda entende que o indivíduo deve se adaptar à sociedade".

No panorama brasileiro, o direito dos deficientes ao trabalho é reconhecido legalmente e assegurado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). O Decreto Federal 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, define a deficiência, no primeiro parágrafo do Art. 3º, como “[...] toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 2004).

Complementar a essa definição de deficiência, no ano de 2007 o Ministério do Trabalho e Emprego lança o documento “A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho” (MTE, 2007). Nesse documento, há a distinção entre deficiência, deficiência permanente e incapacidade: a deficiência continua sendo definida como uma perda ou anormalidade de estruturas ou funções; a deficiência permanente refere-se àquela que se estabilizou após um período de tempo, no qual não foi possível a recuperação, ou que tenha probabilidade reduzida de alterações no quadro; e a incapacidade é afirmada como a redução efetiva da capacidade de integração social, havendo a necessidade de equipamentos,

adaptações, meios e recursos para que o indivíduo desempenhe uma função ou atividade.

No mesmo documento são apresentadas definições de pessoas com deficiência habilitadas e reabilitadas: as habilitadas são aquelas que tenham certificação de ensino profissional credenciado, seja de nível básico, médio, técnico, tecnológico ou curso superior. Também entram nesta categoria aquelas que estejam capacitadas a exercerem uma função, sem terem antes passado por processo de habilitação ou reabilitação; já as reabilitadas são aquelas que, tendo adquirido uma deficiência, passam por processo de ensino, no qual desenvolverá capacidades necessárias para sua reinserção no mercado de trabalho. A comprovação de deficiência será dada mediante laudo médico ou certificado de comprovação de reabilitação fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (MTE, 2007).

De acordo com o artigo 7º, inciso XXXI da Constituição Federal (BRASIL, 1988), fica proibida a discriminação ligada ao salário ou a critérios de admissão de pessoas com deficiência. Já o artigo 37º, inciso VIII, afirma que "a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão" (BRASIL, 1988). Em complementar, é criada a Lei de Cotas, Lei 8.213, de 1991 (BRASIL, 1991), complementada pelo Decreto n. 3.298, de 1999 (BRASIL, 1999). Ambos dispõem sobre a reserva de vagas para deficientes, inclusive em organizações privadas que tenham 100 ou mais funcionários contratados. Nesse documento, fica regulamentada a reserva de cotas que vão de 2% a 5% (diante do número total de funcionários) para a contratação de pessoas com deficiência, de acordo com o porte da empresa.

Apesar das obrigações legais de contratação de pessoas com deficiência para as empresas, essa recomendação é facultada às organizações militares. A desobrigação dada aos militares das Forças Armadas em relação ao cumprimento do inciso VIII do artigo 37º da Constituição é mencionada no artigo 142º, inciso VIII do mesmo documento (BRASIL, 1988). O mesmo se aplica às Polícias Militares, que, além das normativas constitucionais,

seguem as legislações estaduais.

1.5 A deficiência adquirida e a reabilitação

A aquisição de uma deficiência pode representar um impacto importante na vida de um indivíduo adulto, promovendo uma grande transformação em sua realidade, sendo o trabalho um forte ponto de mudança. Quando a aposentadoria ocorre em função da aquisição de uma deficiência, o indivíduo se vê diante de uma nova realidade, que se configura em ser afastado de suas atividades profissionais.

Na sociedade capitalista, observa-se que a desvalorização do deficiente está associada ao fato de que ele será menos produtivo do que um indivíduo que não tenha essa condição, contribuindo pouco para o aumento do capital (ARANHA, 2001). Embora desumanizadora, ao considerar o ser humano como um simples meio para a difusão do capital, essa desqualificação é altamente difundida e pode ser fonte de intenso sofrimento psíquico.

Teixeira (2006) afirma que a nova situação apresentada pela aquisição de uma deficiência pode repercutir na vida pessoal, afetiva e profissional do sujeito, alterando muitos dos planos que possuía para si mesmo. Ainda em relação à deficiência adquirida de maneira abrupta, Maia (2009) pontua que essa pode impactar de maneira importante na identidade do indivíduo, o qual pode apresentar sentimentos de menos-valia e sinais de sofrimento psíquico, como sintomas depressivos.

No contexto do trabalho, Rosin-Pinola, Silva e Garbulho (2004, p. 56) apontam para a influência que um acidente pode exercer sobre uma pessoa, afirmando uma ruptura na construção da identidade profissional do mesmo. O indivíduo poderá ser inserido em uma categoria caracterizada pelo desprestígio e desqualificação social e profissional, pois “[...]”

tratam-se de implicações psicossociais que interferem na construção da identidade profissional dos indivíduos acidentados e que, muitas vezes, superam em importância e magnitude os prejuízos físicos para essas pessoas”.

Em complemento, Maia (2009) ressalta uma questão relevante para a presente análise: a imagem corporal da pessoa com deficiência. Esta é construída em um referencial sustentado no que é desejável na sociedade, não necessariamente correspondente à sua realidade. Com isto, a autora enfatiza que a imagem que a pessoa com deficiência física tem de si mesmo pode ser a de um corpo desvantajoso em relação aos outros.

Ao considerar o impacto da aquisição de uma deficiência, tem-se a importância do processo de reabilitação enquanto mecanismo para garantir a qualidade de vida e o desenvolvimento do sujeito. De acordo com o Ministério da Saúde (1993), a reabilitação concerne ao desenvolvimento de capacidades adaptativas do indivíduo, em seus aspectos funcionais, físicos, psíquicos, educacionais, profissionais e ocupacionais. Requisitando um conjunto de atenção à saúde, o papel da reabilitação visa o bem estar do indivíduo, da família e da comunidade, contando com ações com foco no próprio sujeito, na família e nas demais instâncias da sociedade.

Segundo Simões (2008), a reabilitação configura-se como um processo que deve iniciar logo após o acidente, através de oferta de assistência adequada, que envolva cuidados próprios que facilitem a reabilitação física, além de ações educativas que visem ampliar a compreensão do indivíduo a respeito de sua nova condição, suas necessidades e possibilidades.

A reabilitação enquanto uma proposta que favorece o desenvolvimento da pessoa com deficiência deve extrapolar ações individuais, contemplando ajustes contextuais, em uma proposta que se ampara no conceito de *empowerment* - ou empoderamento - em voga nas discussões internacionais sobre a deficiência, como pontuam Leite e Martins (2013).

Segundo as autoras, o termo faz referência ao controle que o indivíduo com deficiência deve ter sobre a própria vida. Para tanto, sugere-se a capacitação dos mesmos, ampliando seus conhecimentos e habilidades, para que possam ter uma compreensão crítica de relações sociais, além de mudanças substanciais no contexto social para atender às novas necessidades desse indivíduo. Tem-se como objetivo a equidade e a democratização da participação social e dos recursos do ambiente, promovendo o máximo desenvolvimento de todos os indivíduos.

A reabilitação pode ser então considerada uma estratégia de *empowerment*, desde que compreenda intervenções pautadas em uma visão ampla da deficiência em suas múltiplas determinações – incluindo seu aspecto social. O acesso à reabilitação deve ser garantido a todos os indivíduos, fazendo parte de seu conjunto de direitos.

Almeida (2000) apontou para a importância da universalização dos serviços de reabilitação, em detrimento do oferecimento restrito de algumas ações. A responsabilidade deve envolver o sistema de saúde pública e os setores relacionados, sendo que no cenário brasileiro da reabilitação encontram-se instituições filantrópicas e não governamentais, que compartilham o oferecimento desses serviços com o Estado.

1.6 Policiais Militares com deficiência

Dada a autoridade atribuída à figura do Policial Militar, as corporações julgam necessária uma minuciosa seleção dentre os candidatos a ocupar esse posto. Em pesquisa realizada com policiais do Distrito Federal, Silva (2011) descreve o processo seletivo para o ingresso na Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF - como uma busca por indivíduos que se aproximem do ideal de policial existente para a própria corporação e para a sociedade em geral. Os candidatos eram avaliados por meio da execução de uma série de exercícios

permitiam analisar suas condições físicas; até mesmo a relação entre altura, massa corpórea e idade poderia implicar na eliminação dos mesmos.

Em relação ao corpo, Oliveira (2010, p. 108) relata que o mesmo "é objeto de demonstração de poder entre os policiais. [...] Em muitos casos, o corpo está associado às noções de virilidade, agilidade, força, poder e masculinidade". Com isso, qualquer tipo de adversidade corporal, vista socialmente como um prejuízo ao desempenho profissional, torna-se incompatível com a identidade socialmente pressuposta para um policial militar.

Apesar da valorização da integridade corporal na Polícia Militar, enquanto suposto requisito para a eficiência, observa-se que os traumas físicos estão presentes na realidade de muitos membros dessa organização. Em pesquisa realizada com policiais do Rio de Janeiro, Minayo, Assis e Oliveira (2011) constataram que as situações de confronto constantemente vividas por tais trabalhadores oferecem altos riscos à saúde dos mesmos, resultando muitas vezes em lesões e traumas. Foram ainda relatados casos de incapacidade temporária ou permanente, incluindo deformidades ou rigidez total nos membros inferiores ou superiores, paralisias, amputações, incapacidade para retenção de excreções, além da perda de órgãos internos como rim ou pulmão. A maior parte desses danos ocorre em função de ferimentos por arma de fogo ou fraturas (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011).

Fraga (2005) investigou os acidentes de trabalho na Brigada⁴ Militar do Rio Grande do Sul, como é chamada a Polícia Militar naquele Estado, verificando que o acidente de serviço é uma expressão da violência da sociedade contemporânea. Para a autora, essa violência é decorrente do cotidiano ocupacional do policial, mas também das maneiras e circunstâncias nas quais ele deve realizar sua atividade. Fraga (2006, p. 228) afirma ainda que:

4 Como as Polícias são organizações estaduais independentes, podem ocorrer diferenças nas denominações. No Estado do Rio Grande do Sul, a denominação específica dada é Brigada Militar, termos já utilizados por outros Estados ao longo da história da Polícia Militar no Brasil (FRAGA, 2006).

[...] na Brigada Militar a violência adquire contornos de manifestações refinadas e esparsas que são diluídas socialmente, tais como a violência estrutural que se traduz na negação e/ou dificuldade de acesso aos direitos previstos na legislação acidentária, na ausência de políticas públicas pertinentes ao atendimento às vítimas de acidente de trabalho e nas sutilezas dos mecanismos de invisibilização da gravidade do fenômeno, que também são instituídas e legitimadas na corporação militar (FRAGA, 2006, p. 228).

A invisibilidade dos acidentes de trabalho na Polícia Militar envolve alguns aspectos, tal como proposto por Fraga (2006). Entre eles está a complexidade da definição do acidente enquanto decorrente do serviço ou não, considerando o treinamento e o regime de dedicação exclusiva. Em outras palavras, o policial pode se acidentar fora do ambiente de trabalho, mas ainda em função de sua atividade profissional. Outro aspecto seria o “simbolismo do fracasso” que envolveria o acidente, que contradiz a cultura de força e heroísmo do policial militar.

Os traumas psicológicos também representam risco constante na vida profissional dos policiais militares. Para Ferrajão, Duarte e Oliveira (2009), as implicações da atividade à saúde psicológica do policial podem ser comparadas às experiências vividas por ex-combatentes em situações de guerra, envolvendo sentimentos de insegurança, falta de suporte, despersonalização, considerando ainda o testemunho de situações de violência e de danos a outros.

Os policiais que sofreram lesões permanentes ou danos psicológicos severos podem ser redirecionados para a ocupação de cargos administrativos, ou são encaminhados para a reforma⁵. Segundo o artigo 107º da Lei 6.880 (BRASIL, 1980), a incapacidade definitiva implica no direito à reforma e será declarada em casos de: ferimento recebido no trabalho; enfermidades ou acidentes decorrentes do serviço ou não; doenças, moléstias ou

5 A aposentadoria na Polícia Militar pode ser denominada reforma ou reserva. A reforma diz respeito aos casos em que o afastamento ocorre em função uma condição de saúde. O militar reformado não mais tornará ao serviço ativo, pela incapacidade definitiva declarada pela Corporação. Já na reserva, o policial está em situação de inatividade, porém, pode ser convocado em situações específicas, como guerras, por exemplo (FRAGA, 2006).

enfermidades como a tuberculose, alienação mental, cegueira, lepra, paralisias irreversíveis e incapacitantes, cardiopatia grave, mal de Parkinson, etc. A declaração é emitida com base em relatórios médicos expedidos por uma Junta de Saúde. No artigo 110º da mesma lei, a incapacidade definitiva é associada à invalidez, declarada quando há a impossibilidade de realização de qualquer trabalho (BRASIL, 1980).

Diante do exposto, observa-se que os policiais que adquirem uma deficiência e são reformados irão se deparar com uma nova realidade, composta por intensas transformações em relação ao cotidiano anterior. Uma delas é a passagem da função ativa de trabalhador para o papel de aposentado.

A aposentadoria, independentemente de seus determinantes, pode se apresentar como um período de extrema dificuldade: a transição de um período de inatividade e improdutividade. Como propõe Mennocchi (2009), a aposentadoria representa um período de não trabalho. Para indivíduos que tinham uma identidade pessoal mesclada com a identidade sócio profissional, nessa etapa é comum que as pessoas aposentadas tenham dificuldade de atribuir novos sentidos às suas ações, que até então eram influenciadas fortemente pela atividade funcional.

Tais percalços advindos com a aposentadoria podem influenciar na subjetividade de grande parte dos policiais que não se encontram mais na ativa, justamente por apresentarem uma identidade intimamente atrelada à função profissional. Na cultura das Corporações Militares, há a ideia de que um militar se representa de maneira semelhante em todas as dimensões de sua vida e em qualquer situação, mesmo que posterior à reforma (SPODE, 2004). Essa particularidade do trabalho militar e sua relação com a aposentaria é explorada de modo complementar por Barisch (2006), que aponta para um processo diferenciado de aposentadoria militar, em função da existência de significados peculiares que envolvem o tema. Como essa profissão exige do trabalhador um comprometimento maior

com a organização à qual pertence, essa passagem para a inatividade pode gerar conflitos, dificultando a transição do profissional na ativa para a aposentadoria.

Ressalta-se que no caso dos policiais militares que adquirem uma deficiência, a imagem corporal pode estar relacionada à distinção entre a imagem socialmente difundida do policial ideal e sua condição atual. Como aponta Sousa (2009), o perfil policial está associado com a imagem do herói –, aquele que se distingue por feitos extraordinários, ou que tem excelente desempenho em combates. Já a pessoa com deficiência é distinta exatamente pela desvantagem que carrega aos olhos do grupo que a cerca. É possível dizer então que a personalidade do policial, formada em sua atividade, é díspar ao conceito de deficiência, uma vez que é representada simbolicamente na ideia de integridade física supervalorizada, ancorada numa suposta perfeição corporal.

Ao considerar a forte influência das características da Corporação Policial sobre a vida de seus membros, aliada à importância da atividade para a formação psíquica do indivíduo, é possível que as significações relacionadas à deficiência possam estar permeadas de atributos da própria corporação e, conseqüentemente, ao papel de policial. Considera-se ainda que a aquisição de uma deficiência represente, em grande medida, uma transformação importante na trajetória de vida de tais profissionais. Essa transformação pode trazer consigo um forte impacto para o psiquismo dos mesmos, advindo do abandono do trabalho e somado à possível estigmatização de suas condições atuais. Nesse direcionamento, julgou-se pertinente o estudo do tema, tendo em vista o papel da Psicologia Social na compreensão dos fenômenos da sociedade.

Diante dos pressupostos expostos, o objetivo desta pesquisa foi identificar em policiais com deficiência adquirida o conjunto de significações relacionado à deficiência e à Polícia Militar, com vistas a compreender sua relação com a história de vida dos participantes. Os objetivos específicos se concentraram em: a) identificar o conjunto de significações da

deficiência para os policiais com deficiência adquirida; b) identificar o conjunto de significações atribuídas à Polícia Militar para os policiais com deficiência adquirida; e c) relacionar os significados associados à deficiência e à Polícia Militar, investigando e analisando as possíveis conexões entre eles e a trajetória de vida dos policiais militares.

2 MÉTODO

2.1 Participantes e locais

A pesquisa ocorreu na cidade de São Paulo. O universo de participantes foi constituído por um grupo de sete policiais militares que apresentavam alguma deficiência: sendo seis da reserva, reformados em função da aquisição de uma deficiência, e um policial da ativa.

Os policiais reformados foram indicados por uma organização filantrópica ligada à Polícia Militar, a Associação de Policiais Militares Portadores de Deficiência do Estado de São Paulo – APMDFESP - fundada em 1993 por dois policiais militares, reformados em função de aquisição de deficiência. A associação cuida dos interesses dos policiais deficientes, oferecendo assistência jurídica, social, médica e psicológica, e possui membros por todo o Estado, segundo informações do *site*⁶. A APMDFESP possui diversas unidades, além da sede, localizada na Zona Leste de São Paulo, e ao todo contém cerca de 35 mil associados, dentre os quais aproximadamente 5 mil apresenta algum tipo de deficiência.

O contato inicial com a APMDFESP foi realizado no início de 2012, em reunião com Diretora do setor de Clínicas da Associação, a quem se esclareceu o objetivo da pesquisa e se solicitou a autorização para a realização da coleta de dados nas dependências da Associação. Com a autorização concedida, a pesquisadora foi apresentada aos diretores e funcionários, incluindo alguns dos quais viriam a ser também participantes da pesquisa.

O policial da ativa entrevistado está filiado ao Policiamento de Choque do Estado de São Paulo. As atribuições do policial de choque envolvem ações de policiamento

6 Disponível em: <<http://apmdfesp.com.br/apmdfesp/>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

ostensivo, controle de distúrbios civis e de contraguerrilha urbana.

De acordo com informações disponibilizadas no *site*⁷ da Polícia Militar do Estado de São Paulo, esse setor da Polícia Militar está subordinado ao Comando de Policiamento de Choque, que coordena e fiscaliza unidades subordinadas, além de realizar atividades designadas pelo Comando Geral. As unidades subordinadas ao Comando de Policiamento de Choque consistem em cinco Batalhões, cada qual responsável por distintas ações. Os Batalhões, por sua vez, são compostos de 23 companhias. O participante exerce sua atividade profissional no 1º Batalhão de Policiamento de Choque – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar – ROTA⁸.

Apresenta-se a seguir um quadro de identificação dos sete policiais entrevistados, cujas identificações foram designadas de acordo com a ordem das entrevistas.

Quadro 1: Perfil dos participantes da pesquisa

Policiais Militares da Reserva										
	Idade	Gênero	Estado Civil	Escolaridade	Patente	Situação na PM	Ingresso na Corporação	Aquisição da deficiência	Deficiência	Origem da deficiência
P1	38	Masc.	divorciado	Ensino Médio	Soldado	Reformado	2000	2009	Paraplegia	Disparo de arma de fogo (tentativa de assalto em frente à sua residência).
P2	38	Masc.	casado	Superior (Tecnólogo em Segurança Pública)	Soldado	Reformado	1996	2003	Deficiência motora	Queda (atividade física em curso de formação para Força Tática).
P3	39	Masc.	casado	Superior (Gestão de Segurança Pública)	2º Sargento	Reformado	1994	2011	Tetraplegia	Acidente de Trânsito
P4	35	Masc.	casado	Superior Completo (Tecnólogo em Segurança Pública)	Soldado	Reformado	2001	2003	Hemiparesia	Disparo de arma de fogo (tentativa de assalto em supermercado)
P5	51	Masc.	união	Fundamental	Cabo	Reformado	1982	2011	Cardiopatia	Não localizada

7 Disponível em: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

8 O batalhão é uma unidade militar, formada por diversas companhias. Por sua vez, as companhias são formadas por unidades menores, chamadas pelotões. Cada pelotão é composto por cerca de 20 a 50 militares (SILVA, 2011).

			estável							
P6	44	Masc.	casado	Superior Incompleto	Cabo	Reformado	1989	1992	Paraplegia	Disparo de arma de fogo (tentativa de assalto em ônibus)
P7	32	Masc	solteiro	Superior (Academia Militar)	1º Tenente	Ativo	2000	2009	Visual	Disparo de Arma de Fogo (ocorrência)

Todos os participantes eram homens, com idades entre 33 e 51 anos. Um deles era solteiro, um era divorciado, enquanto os demais eram casados ou viviam em união estável. Três dos participantes eram soldados, dois eram cabos, um era primeiro sargento e um era tenente. O mais velho dos participantes, P5, foi também o primeiro a ingressar na Corporação, no ano de 1982, e o ingresso mais recente foi o de P4, que ingressou em 2001. Dos demais, três deles ingressaram na década de 90 e dois ingressaram no ano 2000.

Quanto à origem das deficiências, todos relataram ter adquirido pelo exercício da função de policial, fosse à paisana ou em serviço. Quatro deles foram vítimas de disparos de arma de fogo, um foi vítima de um acidente envolvendo a viatura na qual estava, e um deles sofreu uma queda durante um treinamento. Um deles, P5, que sofre de cardiopatia grave, afirma ter adquirido essa condição devido a situações de alto risco e impacto emocional, que provocavam mudanças bruscas na taxa de batimentos cardíacos⁹.

2.2 Instrumentos

Antes da aplicação do instrumento de coleta de dados, a pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética, com parecer favorável, protocolo nº 13476713.5.0000.5398 – CAAE/Plataforma Brasil.

Para proceder a coleta de dados recorreu-se ao emprego da entrevista individual,

9 De acordo com a II Diretriz Brasileira de Cardiopatia Grave, esta forma de cardiopatia implica na limitação da atividade física e funcional, podendo ocasionar a interrupção das atividades profissionais (DUTRA, 2006).

pelo intermédio do relato oral autobiográfico. Esse método, amplamente utilizado em pesquisas na perspectiva Histórico-Cultural, busca acessar por meio da narrativa as memórias do indivíduo, seguindo sua própria construção desse relato.

Como afirmam Oliveira, Rego e Aquino (2006), as memórias relatadas nas narrativas autobiográficas são construções individuais, mas, em medida semelhante, coletivas e sociais. Esse fato torna tal estratégia uma rica fonte de informações a respeito dos fatores que influenciaram na constituição do indivíduo ao longo de sua história.

Por meio do relato autobiográfico, Martins (2005, p. 120) afirma ser possível a “[...] compreensão da dialética da vida pessoal, ou seja, a apreensão da dialética subjetividade – objetividade”. Nessa direção, uma vez que o indivíduo é quem descreve sua biografia, é possível identificar em seu relato as representações que ele tem de sua vida subjetiva e objetivamente.

Com o objetivo geral de desvelar as significações da deficiência e da Polícia Militar para os participantes, considerou-se pertinente acessar as memórias por intermédio do relato do próprio sujeito. A memória se constitui em função psicológica mediada por signos, que são produtos das relações históricas e sociais. Remete-se a algo que foi externo, e, como exposto por Vigotski (2000), o que é externo foi social, ou seja, fruto de uma relação entre pessoas. Sendo assim, pela identificação das impressões próprias do sujeito a respeito da realidade vivida, é possível apreender o reflexo psíquico desta e os significados a ela atribuídos, compreendendo o processo de significação.

Ao discorrerem a respeito do relato autobiográfico como meio de análise do desenvolvimento psicológico, Oliveira, Rego e Aquino (2006, p. 125) relatam que os que narram suas histórias podem organizar suas narrativas de diversas maneiras, separando fases em relação ao tempo, espaço, ou relações interpessoais. Enquanto alguns desses marcadores funcionam apenas para organizar a narrativa, outros representam o que os autores chamam de

pontos de viragem. Estes são caracterizados como “feixes de acontecimentos”, podendo constituir momentos de tensão, crise, e conseqüentemente, transformação.

Por meio do relato autobiográfico, é possível ainda acessar detalhes do cotidiano dos indivíduos que podem levar à compreensão de dimensões fundamentais de seu psiquismo. Como afirma Glat (1989), analisando as práticas diárias dos indivíduos, é possível apreender a dinâmica de suas personalidades, as atitudes de um grupo social, levando até mesmo a compreensão de fenômenos sociais.

Dessa forma, durante a coleta de dados, que se deu por meio de entrevistas individuais, os participantes foram solicitados a contar suas histórias da maneira como preferissem. Para complementar as informações dos participantes, utilizou-se um questionário de identificação (Apêndice A), que compreendia os seguintes aspectos: idade, estado civil, etnia, escolaridade, patente e ano de ingresso na Corporação Militar.

As entrevistas foram gravadas em áudio com o auxílio de um gravador e *Mp3 player*.

2.3 Procedimentos

No início da coleta de dados, foi agendada uma visita à APMDFESP para encontro com a Diretora do setor de Clínicas, que havia passado a atuar na direção do setor de Relações Públicas. Na ocasião foi definido que profissionais de saúde do local, entre psicólogas, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e fonoaudiólogas, convidariam associados para participar da pesquisa. Com os contatos retomados, a coleta de dados foi marcada para o mês subsequente a essa reunião. As entrevistas realizadas no local foram feitas em salas da Associação, em um ambiente privativo e silencioso.

Para a realização da coleta de dados na Polícia de Choque, foi realizado um

primeiro contato, em meados de 2012, com o 1º Batalhão de Policiamento de Choque, a ROTA, em São Paulo. No local a pesquisadora foi recebida pelo Tenente responsável pelo setor de Relações Públicas, que se manifestou favoravelmente quanto à realização da pesquisa no local; entretanto, alegou ser necessário o consentimento de instâncias hierarquicamente superiores.

Para obter essa autorização, foram realizadas reuniões com o setor de Relações Públicas do Comando Geral da Polícia Militar, e, finalmente, com o Comando do Policiamento de Choque. Em meados de 2013 a pesquisa foi oficialmente autorizada em reunião entre a pesquisadora e o Comando de Policiamento de Choque, no seu representante, o Coronel César Augusto Franco Morelli.

A sugestão do participante foi feita pelo setor de relações públicas do Comando de Choque. Por solicitação da pesquisadora, a Tenente responsável pelo setor contatou um policial do Policiamento de Choque, o qual havia adquirido uma deficiência e continuava ativo na Corporação e aceitou prontamente ao convite. Para a realização dessa entrevista, foi agendado um encontro no local de trabalho do participante, na administração do Batalhão da ROTA.

A primeira entrevista a ser realizada na coleta de dados consistiu em um piloto, com o objetivo de familiarizar a pesquisadora com o recurso metodológico adotado. Após a realização de todas as entrevistas, observou-se a consonância da entrevista piloto em relação às demais, no que diz respeito aos procedimentos adotados pela pesquisadora. Por essa razão, optou-se por agregar a entrevista piloto às demais, tornando este primeiro entrevistado um dos participantes da pesquisa – identificado como P1.

As entrevistas foram realizadas individualmente, sendo que para cada participante foram adotados procedimentos iniciais semelhantes. Após esclarecimento dos objetivos da pesquisa, os participantes eram solicitados a ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (Apêndice B), do qual recebiam uma cópia. Também eram informados pela pesquisadora de que a entrevista poderia durar o tempo necessário, podendo ser interrompida para continuação em outra data agendada, caso necessário.

Sanadas as possíveis dúvidas, solicitava-se aos participantes a autorização para a gravação da entrevista em áudio e, mediante o consentimento dos mesmos, iniciava-se o relato autobiográfico. Durante a fala dos entrevistados, a pesquisadora procurava fazer poucas intervenções, fazendo comentários de modo a complementar à fala dos participantes. Foram evitados comentários que fizessem inferência ou concordância; as perguntas se restringiam ao esclarecimento do assunto e, em alguns casos, quando necessário eram feitas perguntas de modo a incitar a fala dos participantes, dentro dos temas trazidos por eles.

Quando relatavam ter encerrado a narração sobre a história de sua vida, a pesquisadora agradecia a participação, reafirmando a possibilidade de um novo encontro, caso quisessem adicionar relatos complementares. Apesar disto, todos os participantes encerraram seu relato no primeiro encontro para a entrevista, levando em média cerca de 30 minutos para concluírem suas falas.

2.4 Análise de dados

Para Vigotski (1995), a compreensão do ser humano deve centrar-se na análise da relação estabelecida entre sujeito e sociedade, sendo que a observação deve partir dos processos psicológicos simples e fundamentais para a compreensão de processos mais complexos. Nas palavras de Zanella et al (2007, p. 28), esta tarefa consiste em mostrar “como a realidade social é recombinação e objetivada em cada pessoa que se apresenta, assim, como expressão e ao mesmo tempo fundamento dessa mesma realidade”. Isso implica que toda

análise deve buscar as relações entre as partes que compõem o todo.

De acordo com os ideários de Vigotski (1995), é preciso compreender a passagem da influência social que vai do exterior para o interior do indivíduo, com base nos momentos históricos de suas trajetórias. Para o autor, alguns princípios metodológicos condizem com os pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-cultural.

O primeiro consiste na importância da análise do processo, e não apenas de objetos. Os objetos são formas instáveis, representando apenas fragmentos de um todo, que é dinâmico e se encontra em processo; o segundo princípio seria a busca pela gênese do fenômeno em sua dimensão histórica e social, evitando apenas sua descrição; por fim, é acrescido o caráter explicativo da análise.

Na obra *Teoria e Método*, Vigotski (1996, p. 216) relata que “explicar significa estabelecer uma conexão entre vários fatos ou vários grupos de fatos, explicar é referir uma série de fenômenos a outra”. Zanella et al (2007) reconhece na obra de Vigotski (1991) um quarto princípio fundamental para a análise metodológica, que consiste na análise de unidades, ao invés da análise de elementos.

As unidades são os produtos da análise, e constituem componentes primários em relação às suas características e propriedades concretas. Diferentemente dos elementos, tais unidades “não perdem as propriedades inerentes ao todo que devem ser objeto de explicação, senão que encerram em sua forma mais simples e primária essas propriedades do todo que tem motivado a análise” (VIGOTSKI, 1991, p. 288).

Para Aguiar e Ozella (2006), os significados representam essas unidades de análise, passíveis de expor as propriedades do todo, em sua gênese e determinação. Para os autores, os significados refletem e objetivam a consciência dos indivíduos em suas falas. Nas narrativas, estes podem ser identificados em núcleos, descritos como temas centrais ligados a

ações e afetos que envolvem em sua construção, determinantes sociais e características subjetivas. A identificação de tais núcleos no texto deve se basear em etapas para a análise dos dados: leitura flutuante e organização do material; aglutinação dos pré-indicadores; construção e análise dos núcleos de significação.

Transcritas as entrevistas, cada relato foi lido repetidamente, a fim de definir os pré-indicadores, que são conteúdos expressos em palavras principais na fala dos participantes. Essas palavras eram identificadas em trechos das entrevistas e distintas pela: recorrência na fala; destaque dado pela entonação diferenciada; subsequência de acontecimentos; desvios na fala, ou seja, a interrupção ou a mudança abrupta de assunto durante o relato.

Para além desses critérios, havia dois temas centrais preestabelecidos que orientavam a busca pelos demais, considerando os objetivos da pesquisa: a Polícia Militar e a Deficiência. Assim, os pré-indicadores deveriam estar relacionados direta ou indiretamente a esses temas.

Como pontuam Aguiar e Ozella (2013), a análise de núcleos requer que se parta de palavras inseridas no contexto que lhe atribuem significado. Esse contexto seria a narrativa e também as próprias condições histórico-sociais que pautam a vida do narrador. Os pré-indicadores se constituíram então em um conjunto de palavras que procuraram indicar as possibilidades de articulações de significados diante de um tema central.

Por similaridade, complementariedade ou contraposição, os pré-indicadores eram aglutinados para a formação dos indicadores, visando menor diversidade de elementos para a composição dos núcleos. Segundo Aguiar e Ozella (2013, p. 309), “o avanço em direção à apreensão da totalidade só se efetivará quando essas partes/recortes forem integradas novamente ao todo, no movimento histórico de seu processo de constituição”. Por essa razão, formularam-se os indicadores, conteúdos centrais derivados da articulação dos pré-indicadores, mais próximos dos núcleos de significado, mas ainda elementos constitutivos e

não unidades de análise propriamente ditas.

A última etapa de construção do material de análise envolveu a construção e análise dos núcleos de significação. Após uma releitura do material, a organização e análise dos indicadores possibilitaram a articulação dos temas, em busca de semelhanças e diferenças, além das transformações e contradições ocorrentes no processo de formação dos significados e dos sentidos. De cunho interpretativo, visou-se com esse processo a objetivação da essência dos conteúdos expressos pelos participantes.

Formaram-se então os núcleos que, de acordo com Aguiar e Ozella (2013), devem superar os pré-indicadores e indicadores. Para os autores, construir os núcleos de significação consiste em um ato interpretativo, uma vez que envolve a análise crítica do pesquisador. Assim, os núcleos foram construídos e analisados, com vistas à compreensão do discurso de cada participante em um nível totalitário e intimamente relacionado com sua formação psíquica e histórica, balizados com o contexto social vivenciado.

Na compreensão dos núcleos enquanto unidades, pela análise destes buscou-se a essência dos sujeitos, considerando a relação singular-particular-universal que envolve a deficiência e a profissão de policial militar.

De acordo com os pressupostos da análise da Psicologia Histórico-Cultural, este movimento é indispensável para a apreensão da realidade. Esse movimento histórico de constituição do indivíduo, categoria da dialética explorada também por Bernardes (2010), é possível pelas mediações simbólicas construídas pela humanidade, e sua compreensão é indispensável no estudo do desenvolvimento humano.

Para Aguiar e Ozella (2013), esse movimento pode ser observado na análise dos núcleos, que ocorre de modo individual, porém articulada aos demais núcleos, procurando retratar a manifestação da subjetividade dos participantes. Para tanto, tal análise engloba dois

movimentos: inicia-se com a análise intra-núcleo e busca-se a análise inter-núcleos, sendo tais análises balizadas com os dados teóricos e conjecturais (contexto social, político e econômico). Representando um momento superior de abstração, pela articulação dialética das partes busca-se alcançar o concreto pensado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentadas as respectivas unidades de análise, que se constituíram nos núcleos de significação; a descrição sintética das histórias de vida dos participantes e os núcleos de significação, com as discussões decorrentes de cada um.

3.1 Apresentação geral dos participantes: histórias de vida

Nesta subseção propõe-se uma exposição breve das histórias de vida dos participantes. Recorda-se que durante as entrevistas os participantes podiam contar suas histórias da maneira como preferissem, abordando os assuntos que quisessem. Assim, a apresentação que se segue abrange tais assuntos, numa versão resumida, elaborada cuidadosamente pela pesquisadora, respeitando a ordem dos acontecimentos escolhida pelos participantes.

P1

O participante iniciou seu relato dizendo que “tinha uma vida normal”, passeando e trabalhando, como todos têm. P1 menciona que o acidente ocorrido, transformou sua rotina, mas diz ter uma vida adaptada. Ele conta que sua rotina é diferente da dos demais, mas que com adaptações ele é capaz de fazer muitas coisas sozinho, como dirigir ou fazer compras no *shopping*.

O participante contou que se separou da esposa antes do acidente ocorrer, mas que a mesma continuou sendo uma amiga próxima, auxiliando-o em suas necessidades, principalmente após a aquisição da deficiência. Apesar do apoio recebido, P1 lembra o caso

de muitos policiais que são deixados pelas esposas após adquirirem uma deficiência, afirmando que essa atitude seria “vergonhosa”. Para ele, a esposa de um policial deve estar ciente dos riscos da profissão e disposta a permanecer ao seu lado após intercorrências, como a que ocorreu com ele.

P1 então descreveu a situação na qual adquiriu a deficiência: no ano de 2009, estava na frente de sua residência quando um homem estacionou uma moto ao seu lado e o abordou, anunciando o assalto. O participante, que estava armado, reagiu, trocando tiros com o assaltante. P1 foi atingido por quatro tiros, um dos quais atingiu sua coluna vertebral, resultando em paraplegia¹⁰. Ele conta que desde então teve que passar por uma série de procedimentos médicos e transformações em seu dia a dia, inclusive com a antecipação de sua aposentadoria. Apesar de reformado, relata que continua a ser policial, do que afirma se orgulhar muito.

O participante disse ter, iniciado a vida militar em 1993, nas Forças Armadas. Em 1999 ele ingressou na Polícia Militar, trabalhando ali até ter sido reformado. Segundo ele, gostaria de ter continuado a trabalhar na Corporação, mesmo sendo cadeirante; não conseguiu, em função de questões burocráticas, mas, em sua opinião, todos os policiais com deficiências menos restritivas, como a paraplegia, deviam estar autorizados a continuar trabalhando, ainda que em serviços administrativos.

P1 diz que, apesar das mudanças, continua vivendo como vivia antes, saindo com seus amigos, viajando, etc. Apesar de depender muitas vezes de outras pessoas, ele relata estar adaptado a sua nova vida. Ele afirma a importância da APMDFESP nessa readaptação, falando sobre a necessidade de mais serviços semelhantes a serem oferecidos para outras

10

A paraplegia se trata de uma síndrome lesional na qual existe uma alteração funcional medular, resultando em déficits como a paralisção dos membros inferiores, como também possíveis alterações viscerais e sexuais (SIMÕES, 2008).

parcelas da população e não apenas aos policiais.

P2

P2 iniciou a entrevista relatando a admiração pela Polícia Militar. Segundo ele, a vontade de seguir essa carreira profissional surgiu ainda quando criança e se consolidou com o ingresso voluntário no Exército, aos dezoito anos. Após três anos, P2 saiu do Exército para ingressar na Polícia. Foi membro do Policiamento de Choque e do Policiamento de Trânsito, no qual ficou por pouco tempo, encerrando sua carreira em função de um acidente, ocorrido durante um curso de formação para a Força Tática do Comando de Policiamento da Capital – CPC, no ano de 2003. No decorrer do curso, foi realizado o treinamento de tomada de laje, que envolve a subida em um telhado para o controle de uma situação de distúrbio civil. Nessa ocasião, P2, que estava na posição de ‘escudeiro zero um’, policial responsável por seguir à frente dos demais, carregando o escudo balístico – equipamento de proteção utilizado para proteção anti-balas –, caiu de cima do telhado sobre os dois pés. O acidente resultou em sequelas irreversíveis nos dois joelhos e no tornozelo direito, caracterizando a deficiência física de membros inferiores. Após o acidente, P2 passou a andar com dificuldade e foi afastado de sua função. Foram realizadas cirurgias, uma das quais teve efeitos inesperados e reduziu ainda mais sua mobilidade. Nos três anos que sucederam a essa cirurgia, P2 utilizou cadeira de rodas para se locomover. Após a sua reabilitação, se locomove com o auxílio de uma bengala.

Apesar de não voltar a exercer a função de policial após o acidente, com exceção de uma ocorrência, P2 permaneceu afastado; porém, em sete anos não se aposentou, em função de questões burocráticas. A reforma foi publicada apenas em 2010, e a partir de então ele passou a receber remuneração mensal correspondente a doze dias de trabalho, reduzindo

seu rendimento a menos da metade. Além disto, deixou de trabalhar no “bico”¹¹ que realizava como segurança, e que muitas vezes superavam seus proventos oficiais. Somada ao afastamento do trabalho, sua situação financeira após o acidente é relatada pelo participante como fonte de preocupações e de tristeza, antecedendo o desenvolvimento de depressão. Na época, ele afirma ter pensado em suicidar-se, deixando a possibilidade de lado ao pensar em sua família.

De acordo com P2, suas preocupações diminuíram quando conseguiu uma nova inserção profissional. Junto com outro policial, também reformado pela aquisição de uma deficiência, P2 criou uma empresa de segurança, a qual prestava serviços de instalação de equipamentos de segurança eletrônica, portaria e limpeza. Com a administração e a execução de serviços da empresa, P2 relata então ter encontrado uma solução para seus problemas financeiros e, conseqüentemente, para suas preocupações.

Entretanto, P2 teve que fazer novas cirurgias e afastou-se da empresa, deixando-a aos cuidados de seu sócio, que não conseguiu dar conta do fluxo de trabalho. No ano de 2009, ambos resolveram fechar a empresa. Logo após esse fechamento, P2 conseguiu um emprego na APMDFESP.

Outro fator destacado pelo participante se refere à religião. Após a aquisição da deficiência, ele conta que começou a frequentar uma igreja evangélica. Para ele, foi o evento vivido que o aproximou da religião e o auxiliou a compreender os motivos de muitos acontecimentos de sua vida, incluindo a aquisição da sua deficiência.

P2 conclui seu relato dizendo que no fim do ano de 2012 conseguiu ser legalmente aposentado, passando a receber seus proventos de forma integral. Na época da entrevista, P2 trabalhava no setor de Relações Públicas da Associação. Além de lhe garantir o complemento salarial, seu cargo consiste em uma nova maneira de servir à Polícia Militar, ou

11 A palavra bico é uma gíria utilizada para designar atividades paralelas informais – muitas vezes relacionadas à segurança privada – realizadas por policiais em horários alternativos ao do serviço na Polícia Militar.

aos policiais militares, que se aposentaram em função da aquisição de uma deficiência.

P3

P3 iniciou seu relato descrevendo a composição de sua família: a esposa, também policial militar, e três filhos. A respeito de sua família, o participante ressalta a importância do apoio recebido da esposa, que após a aquisição da deficiência, permaneceu ao seu lado.

O participante adquiriu a deficiência em um acidente envolvendo sua viatura. Esta foi atingida por outro carro que ultrapassou o sinal vermelho. Com o impacto, P3 sofreu uma lesão nas vértebras cervicais C3 e C4, na altura do pescoço, tendo como consequência a tetraplegia¹². O acidente havia ocorrido há um ano e meio da data da entrevista, resultou no término de sua carreira na Polícia Militar, além de ocasionar o afastamento de outras duas atividades profissionais: uma oficina mecânica de sua propriedade e o "bico" que fazia em uma empresa de segurança. Na época da entrevista, ele havia retomado a oficina, onde trabalha com compra e venda de carros.

Após o acidente, P3 passou pouco menos de um mês internado num hospital; desde então, tem apresentado uma recuperação rápida. Nos primeiros meses, não apresentava sensibilidade em nenhum dos membros e tinha dificuldade em sustentar o pescoço. Desmaios também ocorriam com frequência, principalmente quando falava muito. Após meses de recuperação, relatou já sentir os braços e as pernas, além de poder fazer movimentos com um dos braços. Atualmente, diz conseguir conversar sem a ocorrência dos desmaios. Na opinião de P3, sua recuperação rápida indicaria a possibilidade de voltar a andar.

P3 diz que, embora faça uso da cadeira de rodas e não possa se defender, não teme

12 A tetraplegia, tal como a paraplegia, consiste na síndrome decorrente de uma lesão medular, que implica na restrição de movimentos, e envolve o comprometimento de funções viscerais e sexuais. Na tetraplegia, a lesão medular ocorre nas vértebras acima da C7 – identificação da sétima e última vértebra cervical - e são atingidos os membros superiores e inferiores (BORGES et al, 2012).

os ataques de facções criminosas contra policiais – as quais também podem ter como alvo policiais reformados como ele. Ele conta que também não tem medo de andar de carro, mesmo após o acidente ocorrido com a viatura, dizendo que frequenta *shoppings* e faz outros passeios com sua família.

Ao contar a respeito de sua história, P3 enfatiza a importância do apoio recebido pela Corporação após o acidente. Durante a semana, policiais militares em serviço são designados pelo Batalhão onde P3 trabalhava para transportá-lo de sua casa para a APMDFESP, ou para outra instituição, onde ele também faz fisioterapia. Nas sessões, os policiais o acompanham, carregando-o e/ou auxiliando nas outras demandas. O participante ressalta que nem todos policiais com deficiência recebem o apoio com o qual ele conta, afirmando considerar a Polícia Militar como sua família.

P3 conta que sua carreira na Polícia Militar durou 19 anos, todos trabalhando na mesma região da cidade de São Paulo. Seus amigos da época do trabalho são os que o auxiliam atualmente em suas necessidades de transporte, o que, para ele, justifica todo o amparo recebido por parte da Corporação. Embora esteja aposentado, o participante afirma que continuaria trabalhando na Polícia Militar após voltar a andar, o que, aliás, é seu sonho. No entanto, como sua aposentadoria já foi publicada oficialmente, ele diz que esse retorno seria impossível.

O participante encerrou seu relato dizendo que, apesar da tetraplegia, sua vida é normal, e que as pessoas que passam por situações semelhantes não devem se entregar. Ressalta que não adiantar esperar na cama, é preciso agir e fazer o que é necessário para melhorar.

P4

P4 começou sua história dizendo que a carreira militar era um sonho idealizado desde a infância e que, com o tempo, acabou sendo substituído por uma carreira administrativa num banco. No entanto, apesar de ganhar um salário mais alto do que viria a ganhar na Polícia Militar, P4 decidiu prestar um concurso para soldado, abandonando seu trabalho no banco para se tornar policial.

A carreira militar do participante durou dois anos, sendo interrompida no ano de 2003, quando P4 foi baleado. Ele fazia compras num supermercado, à paisana, quando três assaltantes invadiram o local. O participante reagiu ao assalto, alvejando um dos assaltantes, porém levou um tiro na testa, o qual atravessou a cabeça e se alojou em sua nuca. P4 foi socorrido rapidamente em um hospital da região e, após dez dias de internação, foi para casa. Apesar de sua recuperação breve, o ferimento e o projétil, o qual ainda está alojado em seu crânio, causaram consequências importantes para o quadro de P4. As sequelas do acidente foram hemiparesia¹³ no hemisfério cerebral direito, perda da visão periférica e dores de cabeça constantes.

Após um período de recuperação, P4 retornou para o trabalho na Polícia, porém com restrições, devido à redução dos movimentos do lado direito e de convulsões das quais frequentemente sofria. O serviço que passou a desempenhar atinha-se ao trabalho administrativo. Com isto, diante do impedimento para voltar a desempenhar a atividade fim de sua profissão, que era trabalhar na rua, como afirma P4, o participante preferiu aposentar-se.

Com a aposentadoria, P4 procurou novas inserções profissionais, trabalhando com segurança privada, no setor de monitoramento, e posteriormente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU – de São Paulo, na função de operador de rádio, no despacho de ambulâncias. Esse trabalho mostrou-se bastante estressante, principalmente em função da

13 A hemiparesia consiste na perda parcial das funções motoras em um dos hemisférios do corpo (MTE, 2007). No caso de P4, foi decorrente de lesão cerebral por projétil.

escassez de ambulâncias em relação à amplitude da população atendida. Abandonando esse emprego, P4 trabalhou ainda mais uma vez no ramo da segurança privada, até conseguir uma vaga para trabalhar na APMDFESP. Na época da entrevista, ele trabalhava na Associação há pouco menos de um ano. O participante relata apreciar essa oportunidade de trabalho, pois auxilia outros policiais militares que passaram por situações semelhantes às que passou.

P4 complementou o relato de sua experiência mostrando suas radiografias, além de um jornal da Associação para o qual deu uma entrevista relatando sua história.

P5

P5 começa o seu relato dizendo que ingressou na Polícia Militar após prestar o serviço militar obrigatório, inicialmente por falta de opções de emprego. Sua formação inicial foi no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, onde permaneceu alocado por 14 anos. As atividades como bombeiro lhe traziam muito orgulho e satisfação pessoal. Durante esse período, acredita que vivenciou situações que contribuíram para o desenvolvimento de sua cardiopatia. As condições de trabalho muitas vezes eram insalubres, como as sirenes altas que despertavam os bombeiros do sono em situações de emergência, ou o esforço demandado do corpo quando era necessário sair da cama e adentrar na viatura em um curto período de tempo.

Após 14 anos trabalhando como Bombeiro, P5 foi transferido para a Polícia Rodoviária, onde encerrou sua carreira. Durante esse período, em sua vida familiar surgiu outro acontecimento, que, para ele, também contribuiu para que a sua condição cardíaca se agravasse. Ele e sua esposa tiveram um filho que foi diagnosticado com autismo aos três anos de idade. Ao perceber que muitos dos sonhos que tinha para o filho não seriam realizados, o participante afirma ter sofrido muito. Nessa época, teve graves problemas de insônia e

começou a se dedicar excessivamente ao trabalho, perdendo peso, até que no ano 2000 uma cardiopatia grave se manifestou pela primeira vez. Na ocasião, foi realizada uma angioplastia, que solucionou temporariamente seu problema cardíaco. Entretanto, em 2011, P5 teve um ataque cardíaco mais intenso, o que o levou a realização de um procedimento cirúrgico de revascularização miocárdica, na qual foram feitas quatro pontes de safena e duas mamárias.

Com a realização da cirurgia, P5 foi afastado da Polícia Militar. Esse afastamento prematuro impediu com que chegasse ao posto de Sargento. Apesar de sua carreira militar ter sido interrompida, P5 passou a desempenhar um trabalho voluntário na APMDFESP, local em que permanece trabalhando, porém contratado efetivamente.

O participante encerra sua história ressaltando a importância do apoio familiar e, principalmente, da relação que tem com o filho. Outra fonte de satisfação para ele é a religião evangélica, que se tornou importante em sua vida após o desenvolvimento da cardiopatia. Pela religião, relata ter compreendido e aceitado sua deficiência, encontrando uma explicação para a sua própria condição.

P6

P6 começa sua história dizendo que, após três anos de carreira na Polícia Militar, estava em um coletivo, quando reagiu a uma tentativa de assalto. Na ocasião, foi atingido por um tiro, o qual resultou em paraplegia. Após a ocorrência, o participante foi aposentado, mas continuou trabalhando em uma empresa terceirizada prestadora de serviços administrativos para a própria Polícia Militar. Dessa maneira, P6 relata que policiais aposentados pela aquisição de uma deficiência continuavam a trabalhar na Polícia, apesar da reforma. Após cinco anos de trabalho, a empresa foi fechada e P6 foi trabalhar na APMDFESP, bem como os outros policiais que lá trabalhavam.

P6 conta que a aquisição da deficiência trouxe mudanças consideráveis para a sua vida, fazendo com que seus gastos aumentassem, em função da compra de equipamentos - como a cadeira de rodas, adaptação de carro, etc. Sua condição financeira foi agravada pelo baixo salário recebido diante da aposentadoria, o que fez com que a existência de uma renda complementar fosse indispensável.

Atualmente, P6 faz uso de medicação psiquiátrica para conter os sintomas de ansiedade, que surgiram após o trágico acidente. Ele afirma que sua condição de limitação e os desafios constantes que lhe são impostos são fontes tristeza e decepção. Apesar disso, relata ter crescido muito com a deficiência.

P7

P7 relata inicialmente que desde a infância manifestava o desejo de se tornar policial militar. Ingressou na Escola de Oficiais logo no começo de sua vida adulta, aos 20 anos de idade. Após sua formatura, foi promovido duas vezes. No dia de sua última promoção, quando se tornou primeiro tenente, data coincidente com o dia de seu aniversário, foi baleado em uma ocorrência; atingido por diversos disparos, um deles resultou na perda de seu olho direito.

Após seis meses de afastamento do trabalho, P7 obteve aprovação para retornar às atividades profissionais, porém com restrições. Podia apenas ficar no quartel, usando o uniforme de Educação Física, estando autorizado a desempenhar funções administrativas leves. Com o tempo, após realizar uma série de exames e provas, P7 conseguiu um atestado de que estava apto para o retorno ao trabalho, sem restrições. Com isso, voltou a desempenhar suas funções anteriores em seu pelotão, até ser transferido para a ROTA, onde desejava trabalhar, e permanece até hoje. Na ROTA, P7 afirma desempenhar uma função

administrativa por uma necessidade organizacional, e não por uma restrição em função de sua deficiência.

A aquisição de uma deficiência, na opinião de P7, fez com que ele repensasse sua vida, dando mais importância a alguns aspectos, como as relações familiares e à própria vida em si. Para ele, também foi importante provar para todos que era capaz de desempenhar seu trabalho de maneira normal, ao contrário do que muitos pensaram.

3.2 Núcleos de Significação

Foram obtidos três núcleos de significação, que se configuram em unidades de análise da pesquisa, capazes de expressarem o todo - ou seja, conteúdos extraídos dos relatos dos participantes, que se reportam a um dado conjunto de conhecimentos, aos quais se atribuiu um dado significado. São eles: 1) A expressão do trabalho como atividade fundamental; 2) Condições de existência: transformações após a deficiência adquirida; e 3) Condições de existência: relações de suporte social. Esses núcleos resultaram da articulação de sete indicadores, que por sua vez surgiram pela junção dos pré-indicadores.

Como exposto anteriormente, nas leituras repetidas do material transcrito foram selecionados pré-indicadores - assuntos de importância na entrevista, que tivessem relação como os dois tópicos preestabelecidos para a investigação: Polícia e Deficiência. Os pré-indicadores que tratassem de assuntos afins foram relacionados entre si e agrupados em categorias mais amplas, denominadas indicadores, como disposto no Quadro 1. Por fim, os indicadores eram articulados, formando os núcleos de significação.

Quadro 2 – Indicadores e Pré-indicadores relacionados à Polícia Militar e à deficiência

Indicadores	Pré-indicadores
1. Sentido e significado do trabalho para o	desejo de ser policial militar; ser policial; apreço

policial militar	pela profissão; ser um policial; prazer no trabalho; orgulho de ser policial; voltar ao trabalho como policial; exercer a profissão; função policial; farda; contribuição para a sociedade; contribuição para a Corporação; desempenho; esforço; trabalho; ajuda a outras pessoas;
2. Consequências da condição de deficiência	diferenças; acidente; dificuldades; evento marcante; inutilidade; sofrimento; deficiência física e emocional; incurável; sequelas; restrições; incapacidade; recuperação; impacto da aquisição de uma deficiência; perda da função; legislação; tratamento diferenciado pelos amigos; mudanças nas características pessoais; crise de identidade; reforma; sofrimento; perda salarial; dificuldades financeiras; exclusão; reforma compulsória; inatividade; sofrimento; características do evento; datas marcantes; choque; força física; frustração; sensação de menos-valia; aposentadoria precoce; deficiência; gatilho; sonhos para o filho; custos; perdas; crescimento.
3. Aspectos da readaptação	condição atual; vida normal; trabalho como saída; mudanças; retomada; gratificação pelo trabalho; recuperação; aceitação; trabalho na cadeira de rodas; tranquilidade; normalidade; questão de tempo; novo ofício; serventia; trabalho na APMDFESP; importância do trabalho; aptidão para o trabalho; normalidade; aspectos da sexualidade.
4. Escolha profissional	sonho; predestinação; passagem marcante; desejo de ser policial militar; ser policial; escolha profissional; aptidão inata para a profissão; herança familiar; falta de opção; vocação; escolha profissional; influência de outros militares.
5. Relações interpessoais	falta de apoio; abandono da família; apoio familiar; apoio dos amigos; necessidade de auxílio; apoio da APMDFESP; tratamento diferenciado pelos amigos; esposa; família; amigos; recuperação.
6. Religiosidade	compreensão da própria situação; religião; encontro de si mesmo; conversão religiosa; milagres; explicação religiosa para a deficiência.
7. Aspectos contraditórios da realidade profissional	sistema burocrático; riscos da profissão; exercer a profissão; farda; contribuição para a sociedade; contribuição para a Corporação; possibilidades de trabalho na PM; falta de reconhecimento; riscos; ataques; estresse; baixa remuneração; cancelamento do trabalho administrativo; complementação salarial; ataques; ameaças; riscos; amizades; possibilidade de trabalho administrativo; acidentes; medo; morte; risco

	iminente; decorrências da vida; perda.
--	--

Vale lembrar que os pré-indicadores expostos no quadro anterior dizem respeito aos relatos de todos os participantes. Com os sete indicadores resultantes, foram construídos os quatro núcleos de significação, expostos no Quadro 3.

Quadro 3 – Núcleos de significação e Indicadores

Núcleo de Significação	Indicadores que o compõem
A expressão do trabalho como atividade fundamental	Indicador 1 – Sentido e significado do trabalho para o policial militar
	Indicador 4 – Escolha profissional
	Indicador 7 – Aspectos contraditórios da realidade concreta
Condições de existência: transformações após a deficiência adquirida	Indicador 2 – Consequências da condição de deficiência
	Indicador 3 – Aspectos da readaptação
Condições de existência: relações de suporte social	Indicador 5 – Relações interpessoais
	Indicador 6 – Religiosidade

Os três núcleos foram formados considerando a relação entre os indicadores e as categorias importantes na constituição e no desenvolvimento do indivíduo. Com isso, visa-se expor as possibilidades e contradições do desenvolvimento do policial militar com deficiência, em sua dimensão particular e singular, abrangendo também o universal. Assim sendo, pretende-se expor como a compreensão do indivíduo singular se relaciona à compreensão do próprio homem enquanto ser genérico e das leis que regem seu desenvolvimento. Nas subseções seguintes, serão analisados os três núcleos em questão.

3.2.1 A expressão do trabalho como atividade fundamental

Neste núcleo estão relacionados três indicadores que, inter-relacionados, compõem o conjunto de significados acerca do trabalho. São eles o indicador 1, referente ao sentido e significado do trabalho para o policial militar; o indicador 4, relacionado à escolha profissional; e o indicador 7, que envolve as contradições da realidade profissional na Polícia Militar.

De acordo com os participantes, o desejo de exercer a profissão de policial é algo que percorre suas trajetórias desde a infância. A vontade de desempenhar essa atividade profissional é tão consolidada que é possível dizer que a própria história de vida se confunde com sua história no militarismo. Ao pensar em sua história de vida, P2 inicia seu relato a partir da escolha da profissão: “Posso começar falando que **eu sempre fui fissurado pra ser militar na minha vida**, né? Desde pequenininho, que nem meu filho...que nem meu filho, meu filho só fala nisso. Eu também era igualzinho”. O mesmo ocorre no relato de P4, que afirma: “Desde o início na PM, **era um sonho de criança...** bom, era um sonho que eu tinha desde criança, **sempre falei em entrar na PM**”.

Também P7 inicia seu relato afirmando:

Eu começaria de criança. E na verdade, **sempre na hora de escolher uma profissão, e o que eu queria ser quando eu crescesse, né? E o que eu queria ser? Policial! Policial.** E hoje eu to aqui, né? **Graças a Deus, policial militar (P7).**

Fica evidente que a atividade fundamental está presente na história do indivíduo em sua dimensão teleológica, ou seja, antes mesmo de sua realização há o planejamento, em que os significados foram reiterados no meio em que o indivíduo vive.

Os primeiros significados relacionados à profissão se tornam evidentes antes mesmo do exercício dessa atividade. Ao serem partilhados na sociedade, os significados são expostos ao indivíduo, possibilitando sua apropriação e influenciando os participantes na sua

escolha profissional.

Nesse processo, o indivíduo não se encontra em uma posição meramente passiva, mas interativa, envolvendo sua própria subjetividade. Aguiar (2006), ao discutir a escolha profissional, afirma que o processo de escolha deve ser analisado pela busca da gênese do individual no social, observando quais mediações sociais e históricas tiveram influência sobre esse processo. Conforme a autora propõe, embora a possibilidade de escolher o destino profissional exista, estando subjugada à vontade do indivíduo, esta será um processo multideterminado e emocionado.

Como pontuam Aguiar e Ozella (2013), a categoria das necessidades e motivos soma-se à discussão dos significados, sendo fatores importantes no desenvolvimento da atividade. As necessidades resultariam de um estado de carência, de acordo com as condições de existência do sujeito. Nesse processo, as emoções são um componente fundamental, gerando o que os autores chamam de “um estado de desejo, de tensão, que mobiliza o sujeito, que cria experiências afetivas e que, como atividade psíquica, tem papel regulador” (AGUIAR; OZELLA, 2013, p. 306).

Para a realização das necessidades, o indivíduo deverá significar algo do mundo social como aquilo que é capaz de satisfazê-las. Ainda, segundo os autores, esse objeto ou fato poderá impulsionar o sujeito na direção da satisfação das necessidades e, nesse processo, estas são transformadas em motivos. Com isso, observa-se que a profissão de policial militar pode ser significada como algo capaz de satisfazer as necessidades do sujeito, em consonância com seus afetos.

O trabalho do policial militar enquanto atividade profissional consolidada possui um conjunto de significados transmitidos na própria realização da atividade e nos seus conhecimentos técnico-operativos (FRAGA, 2006). No entanto, antes do exercício da própria atividade, e até mesmo do acesso direto aos conhecimentos técnico-operativos da profissão,

os indivíduos se apropriam de significados relacionados à Polícia Militar. Numa pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, Natividade e Brasil (2006) investigaram os fatores que haviam influenciado a escolha profissional de bombeiros militares. Para os autores, o fator mais indicado como influência para tal escolha foram os conteúdos da profissão, ou seja, o próprio fazer profissional, indicando um conhecimento prévio a respeito de características funcionais do bombeiro militar. Quando os mesmos participantes foram questionados a respeito da satisfação com a escolha profissional, a maioria afirmou que optaria novamente pela mesma carreira. Estes dados convergem com os resultados do presente trabalho, indicando que os significados da atividade, contidos no fazer profissional orientam a escolha do indivíduo antes mesmo de tornar-se policial militar.

Torna-se evidente que a dimensão teleológica da atividade – o planejamento que antecede sua execução – se realiza na sua atividade imaginária. Como afirma Molon (2003), a atividade criadora do ser humano, pautada em sua capacidade de imaginar e criar, projeta o indivíduo para o futuro e para o passado, transformando seu presente. Nesse sentido, P5 expressa:

Então eu sempre tive muito orgulho de ser policial. **Eu era um policial e não sabia.** Quando eu conheci a polícia eu vi que **eu era aquilo, aquilo já tava dentro de mim, tava esperando só pra desabrochar** (P5).

Nessa fala, nota-se que o significado da atividade policial extrapola as condições profissionais restritas, exercendo influência na própria constituição do indivíduo. Essa identificação com a atividade é tão forte que esta parece fazer parte do sujeito e de sua história. A fala de P5 parece refletir o processo próprio do trabalho enquanto atividade vital humana – como algo intrínseco a seu ser: embora se saiba que os significados da atividade encontrem sua origem no social, quando apropriados e posteriormente objetivados, traçam um novo caminho, partindo do individual para o coletivo.

A identificação com o trabalho também fica evidente quando o exercício da função se dá fora do contexto laboral. É o caso de P1, que diz:

Quando ele veio pra cima de mim eu consegui grudar a mão dele, segurar a mão que estava com a arma, pra ele não tatear meu corpo e achar a minha, que tava na cintura, senão eu não estaria aqui conversando com você, consegui puxar a minha arma e nisso que eu consegui puxar eu já falei **“polícia!”, que é o exercício da função, eu sou o que eu sou e não vou deixar de ser jamais** (P1).

Ao ser categórico, afirmando que a sua função o constitui, o participante indica a construção consolidada de sua identidade pessoal é sobreposta à sua identidade profissional. Nesse sentido, ao papel de policial é atribuído um significado mais amplo do que o de profissão, ligado à sua subjetividade. A atividade então deixa de ser simplesmente o que ele faz e passa a constituir quem ele é. A ação profissional extrapola o exercício do trabalho em si e se estende para outras esferas da vida do indivíduo. O participante P5 relata:

Então é aquela pressão que você vive, não só quando tá trabalhando, mas na sua vida civil também, porque você é policial militar 24 horas, no bairro onde você mora, o bandido sabe que você mora ali, os vizinhos sabem que você é polícia, se precisar de socorro, bate na sua porta. Você **tem que dormir sempre mais esperto**, porque alguém pode tentar fazer alguma coisa contra a sua família, como já tentaram contra a minha, você trabalhando, o cara tenta invadir sua casa (P5).

A profissão então se torna integral, ou seja, o tempo todo é reposta no meio social em que convive, sendo o policial representado como tal. Estar à paisana, ou seja, vestido com trajes civis, não confere para esse profissional a desobrigação de sua atividade fim. Ainda que a sociedade não pudesse identificar esse sujeito, confundindo-o com um civil, o policial não necessita estar paramentado para identificar-se como tal. A sua personalidade sofre então influência direta do trabalho em sua constituição.

Na profissão aqui discutida, esse vínculo pode ser observado também na presença de características militares em momentos de destaque na vida dos sujeitos, como o casamento ou mesmo o funeral. De acordo com o Manual da Ordem Unida da Polícia Militar (PMESP,

1991), policiais que se casam fardados têm direito de receber honras militares na ocasião, perpetuando sua condição de profissional mesmo numa cerimônia extraprofissional. As honras também poderão ser executadas em funerais de policiais, como uma homenagem ao militar falecido. Essas práticas, comuns em organizações militares em diversos países, indicam a centralidade do trabalho na vida do policial militar, de forma possivelmente mais evidente pelas tradições e costumes que envolvem esse trabalho. Tais aspectos acabam por influenciar na constituição da personalidade do indivíduo.

Para Martins (2004), a personalidade é uma formação psicológica que se constitui como resultado das transformações da atividade. Portanto, quando configurado como atividade vital humana, tem-se no trabalho, o fator crucial na formação da personalidade do indivíduo. Negando uma perspectiva meramente naturalista, sugere-se que a construção do indivíduo tem como base as objetivações das quais ele irá se apropriar, garantindo sua própria objetivação. Com isso, a personalidade se configura numa objetivação da individualidade, ou seja, “o estilo pessoal que lhe configura e, como tal, revela-se a continuidade na mudança permanente do processo de individualização” (MARTINS, 2004, p. 86). Compreende-se então o vínculo estrito da formação da personalidade com o fato que ocorre com os participantes, ao relatarem ser policiais durante todo o tempo.

Outro fator de destaque se dá em relação ao bom desempenho na função, que aparece nos relatos sobre a trajetória do policial militar. P1 diz: “**E investi minha função muito bem, muito bem mesmo.** Não é à toa que, eu fui pegar minha ficha, **não tem nada que desabone a minha função**”. No mesmo sentido, P5 afirma: “**Eu acho que eu fui um bom policial.** Porque eu tive uma **vida decente, fui honesto, trabalhador, e tenho muitos amigos**”. Nessas afirmações, é possível observar a importância do comportamento do policial, que deve seguir tão fielmente as normas e as expectativas comportamentais que regem a profissão. Isso fica evidente na fala de P5, que indica uma vida decente, a honestidade e o

esforço como pré-requisitos para ser um bom policial. Novamente, características que compõem a personalidade do indivíduo se fundem às de um policial adequado, caracterizando a profissão como expressão da própria personalidade, ou a personalidade como expressão da profissão.

O “bom” desempenho parece marcar inclusive as memórias que fazem referência à atividade policial, prolongando os efeitos das ações vivenciadas, como se observa no relato de P5:

“O importante é que eu fiz a minha parte e fiz bem. Até hoje eu visito o quartel, tem pessoas que contam histórias de mim, que lembram das minhas ocorrências, histórias, do meu nome, tem pessoas que vão agradecer que foram atendidas, que o filho foi salvo por esse cara, que a mulher foi feito o parto por esse cara, que o marido foi salvo por esse cara. Então isso enche a gente de orgulho, eu não digo vaidade, enche de orgulho de saber que por um tempo eu fui importante pra alguma coisa” (P5).

Nesta fala, nota-se que P5 atribui importância às ações que lhe configuraram como um bom policial, revivendo-as quando visita o quartel.

Ao descrever a estrutura da atividade, Leontiev (1978) distingue o homem do animal, dizendo que na atividade do segundo há uma relação direta entre motivo e objeto. O motivo da atividade animal, ou o que o leva a agir, está ligado ao seu objeto de maneira imediata. Na atividade humana, de maior complexidade, isso é diferente, pois há a relação mediada entre a ação e seu motivo. Como mencionado anteriormente neste trabalho, embora as ações contemplem o significado da atividade, o seu sentido é elaborado na consciência na relação entre o objeto e o motivo. Para tanto, é imprescindível que haja acesso ao objeto, ou seja, ao produto ou ao resultado do próprio trabalho. Para P5 o trabalho adquire um sentido pessoal, fortemente influenciado por seu resultado social. Configurado como a devolutiva positiva recebida da comunidade, os resultados tornam-se sinal de sua importância pessoal.

Outra singularidade do trabalho do policial militar se refere ao risco qual está exposto. Segundo Caderno de Divulgação elaborado pelo Governo Federal a respeito da

Polícia Militar (BRASIL, 1995, p. 11),

“seja nos treinamentos, na sua vida diária ou na guerra, a possibilidade iminente de um dano físico ou da morte é uma característica permanente da sua profissão. O exercício da atividade militar, por sua natureza, exige o comprometimento da própria vida”.

Dessa maneira, o risco é iminente, como se pode se observar no relato de P1, quando diz: **“Espero que não aconteça, mas acontece. E os que vão vir futuramente? Pode acontecer de o cara tá trabalhando aí na rua, de repente para numa cadeira”**. Os participantes parecem estar conscientes da possibilidade de acidentes ou do perigo de morte no trabalho, pois isso se configura como parte da vida de um policial.

Marx (1996) define trabalho como inicialmente um ato entre homem e a natureza. Porém, não se atendo a essa definição, o autor também pontua que a produção dos homens ocorre mediante relações estabelecidas entre si, pressupondo a organização de diversos participantes, visando o alcance de um objetivo que é próprio e igualmente comum ao coletivo. A Polícia Militar configura-se como uma instituição que, pelo intermédio de ações normativas, busca fazer com que seus instituídos garantam o seu fim, que se traduz na segurança pública. Na fala dos participantes, nota-se que o trabalho policial representa um papel central, capaz de configurar aspectos fundamentais da personalidade de um indivíduo, dando conexão entre os significados das ações – componentes da atividade, e os sentidos pessoais.

A Polícia Militar se revela como uma organização que tem seus significados consolidados perpetuados ao longo de sua história, como visto na fala de P5:

Mas acho que foi a melhor época da minha vida, porque você salvar uma vida é difícil. **Você tirar uma vida, qualquer profissão, qualquer coisa que você faça, é fácil, qualquer um pode, num momento ou outro, tirar uma vida, ou atrapalhar... Mas você salvar uma pessoa é uma coisa que te marca profundamente.** Salvar uma criança, fazer um parto, são coisas que se você viver 100 anos, você lembra como se fosse ontem. Você vai lá, conversa com um suicida,

por exemplo, e consegue dobrar aquela pessoa, a encarar de forma diferente o que ela tá passando (P5).

Para o participante, a tarefa de salvar vidas está associada ao papel de membro do Corpo de Bombeiros Militar, vista com grande admiração. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO, 2013), as atribuições laborais de cabos do Corpo de Bombeiros Militar, última patente atingida por P5 antes da reforma, consistem em realizar resgates e salvamentos, combate de incêndios, prevenção de acidentes, etc. Assim, observa-se que P5 atribui um sentido positivo aos significados associados à atividade do bombeiro militar.

Segundo Monteiro et al (2007), em pesquisa sobre a qualidade de vida no trabalho de bombeiros do Rio Grande do Sul, os bombeiros entrevistados manifestaram que existe reconhecimento por parte da comunidade em relação à atuação dessa Corporação. O mesmo afirmam Natividade e Brasil (2006), quando relatam que os bombeiros possuem uma autoavaliação positiva de sua atividade, e julgam que a população também o tem. Em pesquisa realizada em 2008 pela agência de pesquisa alemã *Gesellschaft für Konsumforschung* – GfK (Crescimento pelo Conhecimento) no Brasil e no mundo, a profissão de bombeiro foi considerada a mais confiável, com 95% de aceitação no Brasil e 92% no mundo, dentre um universo de 20 profissões¹⁴. Num estudo similar realizado pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE¹⁵, os bombeiros ficaram novamente em primeiro lugar com a categoria profissional escolhida como a mais confiável do país, contando com 93% de aceitação pela população. Essa aceitação por parte da população parece associar a figura do bombeiro a atos heroicos de salvamento, que fazem parte do rol de suas atividades profissionais.

Na fala de P5, fica evidente o reconhecimento dessa aceitação por parte da população em relação à sua profissão:

14 Disponível em: <http://www.ibdes.org.br/index/not_1441.html>. Acesso em 20 dez. 2013.

15 Disponível em: <http://www4.ibope.com.br/solution/downloads/solution_selecoes_set05.pdf>. Acesso em 20 dez. 2013.

Então eu acho que eu fui privilegiado, porque dentro da Polícia **eu fui trabalhar no Bombeiro, que todo mundo ama, todo mundo gosta, você vai no desfile, como se ia, o bombeiro é aplaudido de pé...e fui trabalhar na Polícia Rodoviária onde todo mundo achava bonito, aquela bota comprida, o cara de Ray Ban, né (P5).**

Também P7 refere-se ao auxílio social, orientações prestadas à população, como uma atribuição da Polícia Militar que lhe traz satisfação:

A maioria das ligações que se recebe no Copom (Centro de Operações da Polícia Militar), no 190, a grande maioria esmagadora, **se não for trote, é de auxílio social, que a Polícia Militar supre algum outro órgão do Estado que está em baixa, né? Uma ambulância, um socorro, uma orientação. É isso aí, não só caso de roubo, de Polícia propriamente, que a gente pode auxiliar... e é muito gratificante a gente estar podendo ajudar outra pessoa, é muito gratificante.** Eu não me vejo fazendo outra coisa que não isso (P7).

Embora esta seja uma das atribuições da Polícia Militar, o próprio participante reconhece que essa não é a finalidade da Corporação. Nesse caso, observa-se que uma das fontes de satisfação refere-se às ações que não correspondem às suas atribuições originais. Como já mencionado, cabem aos policiais militares atividades que assegurem a segurança pública, tais como o policiamento ostensivo e ações de combate direto à criminalidade. Ao primeiro tenente da Polícia Militar, posição ocupada por P7, são atribuídas tarefas como o comando de pelotão, do policiamento ostensivo, reservado e velado, gerenciamento de recursos humanos, planejamento de ações e operações, promoção de estudos técnicos, entre outros (CBO, 2013). Ainda assim, nenhuma dessas atividades foi mencionada como fonte de satisfação por P7. É incerto afirmar que a execução dessas atividades não lhe traga satisfação, no entanto, nem sempre trará o reconhecimento por parte da comunidade.

Como dantes mencionado, o Corpo de Bombeiros faz parte da Polícia Militar do Estado de São Paulo. No entanto, embora os membros desse setor sejam também policiais militares, há uma clara distinção em relação às suas atribuições profissionais e, possivelmente com base nessa diferenciação, o reconhecimento da população em relação a ambos seja

também diverso. Na mesma pesquisa realizada pela GFK (2008), anteriormente referida, a profissão de policial militar foi escolhida como a terceira menos confiável, com 48% de aprovação para os respondentes. Esse resultado condiz com os divulgados no artigo de Cardia (1997), ainda na década de 90. Segundo a autora, foram associadas à imagem da Polícia Militar de São Paulo e do Rio de Janeiro características como ineficiente, violenta, corrupta e despreparada. Dentre os participantes que afirmavam sentir medo da PM, a maior parte era de jovens negros.

Com isso, nota-se a contradição entre a confiança e a desconfiança atribuída ao trabalho do policial. Quando seu trabalho se refere a atividades como as exercidas pelo Corpo de Bombeiros, a valorização parece ser maior do que quando se refere ao trabalho ostensivo da Polícia Militar. Tal contradição pode ter como uma de suas origens o próprio trabalho do policial no contexto social.

A segurança pública, objeto de trabalho principal do policial militar, é um assunto controverso para discussão. Segundo Mello, Toigo e França (2004), o crescimento da violência, originado em questões econômicas e históricas, somado às tentativas falhas de contenção da criminalidade, favoreceram a descrença em relação a instituições públicas e a capacidade das mesmas em manter a segurança. A culpa atribuída a essas instituições, excluindo os fatores responsáveis pelo crescimento da violência, pode ser entendida pelo que Mello, Toigo e França (2004, p. 68) chamam de “animosidade entre as organizações policiais e suas respectivas comunidades”.

Para Muniz (2001), a história das organizações policiais no Brasil foi marcada pelo exercício da força contra a população e em favor do Estado. A ditadura militar contribuiu para tanto, levando tais organizações a abandonarem seu papel inicial e a exercerem a função de instrumento de imposição das ordens do Estado. Para a autora, vigorou por muito tempo a prática ou a concepção de que a Polícia deveria proteger a si e ao Estado de uma sociedade

rebelde – que não atende aos princípios normativos do Estado.

Atualmente, embora as práticas propostas pela Polícia Militar já não sejam as mesmas do período da ditadura, esse tipo de imagem foi consolidada. Entretanto, segundo Muniz (2001), não corresponde à desejada pela própria Corporação. Para a autora tal imagem deve ser transformada por meio do estreitamento das relações entre a organização e a população.

De maneira paralela, a criminalidade tem crescido consideravelmente de maneira geral pelo país. De acordo com Adorno e Salla (2007), desde a década de 80 o Brasil tem enfrentado o crescimento e a transformação do perfil criminal. A taxa de crimes aumentou e estes se tornaram mais violentos. Nessa direção evidencia-se um crescimento no número de homicídios, principalmente entre jovens e adultos, e, nas palavras dos autores, “o crime se modernizou” (ADORNO; SALLA, 2007, p. 10), tornando-se mais organizado.

Além da postura assumida pelas instituições militares na história do Brasil, um fator que contribui para a visão negativa popularmente divulgada da Corporação é a qualidade dos serviços prestados por esta. Oliveira Júnior (2011), em pesquisa realizada a respeito da confiabilidade na Polícia, relatam que a maior parte dos respondentes afirma basear sua opinião em experiências prévias e na avaliação que fizeram do serviço da Corporação. O autor constatou que os entrevistados tendiam a confiar na Polícia quando a avaliação do serviço era positiva e a desconfiar quando essa avaliação era negativa. Com isso, nota-se que o histórico de violência e de instrumento de repressão atribuído a Polícia contribuem para uma visão negativa de seu trabalho, o que, somado à realidade atual, sugere que mudanças concretas devem ocorrer na qualidade do serviço oferecido no preparo do profissional policial para esta nova realidade social.

A imagem que o policial militar tem para a comunidade também é influenciada pela corrupção policial, cada vez mais em evidência no país. De acordo com Nascimento

(2011), seja a corrupção interna, ocorrente entre policiais, ou a externa, onde a relação de corrupção se dá entre um policial e um indivíduo civil, o fenômeno faz parte da realidade de muitas corporações. Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, a autora entrevistou policiais militares e civis, que reconheceram a existência da corrupção em suas instituições. No entanto, os policiais evidenciaram que esse é um fenômeno que existe em função dos benefícios que traz, tanto para policiais quanto para civis. É o caso do pagamento de propina, em que um indivíduo paga dado valor para que um policial aja ilegalmente, deixando, por exemplo, de multá-lo por dirigir alta velocidade. Esses casos só se mantêm por uma complementaridade de interesses, representando a corrupção de ambas as partes. Esse fato é fruto de relações complexas que não se explicam facilmente por sua dimensão macroscópica. Por não ser objeto central de análise desse texto, as possibilidades da desvalorização do policial militar por sua associação com a ideia de corrupção são apenas suscitadas.

Outro fator que contribui para a construção de uma imagem negativa da Polícia Militar é a violência policial, assunto que também vem ganhando destaque ao longo dos anos. Com raízes no período da ditadura militar, o uso indevido e ilegal da força é muitas vezes um tema de difícil averiguação, mas existente na realidade do país. De acordo com Pinc (2007), a abordagem policial pode requerer o uso de força, desde que haja resistência por parte do indivíduo abordado, uma vez que a situação seja de risco para o policial ou para os demais presentes. As situações nas quais o uso da força for indevido ou ilegal configuram a violência policial.

No contraponto, tornam-se também mais frequentes as situações de violência contra policiais. São os ataques de facções criminosas contra policiais ativos e reformados ou membros de suas famílias, representando um risco adicional aos policiais. A respeito dos ataques a policiais militares, P4 manifesta o risco em estar fardado, mesmo fora de situações de conflito:

Acho que o governo deveria fazer alguma coisa pra melhorar essa situação porque a gente, antigamente, só o fato de você estar fardado já impunha respeito. **Hoje em dia você tem que esconder a farda pra não morrer porque simplesmente inverteram-se os valores (P4).**

Nota-se que essa condição de risco é fonte de sofrimento psíquico para os policiais. Com isso, tomam-se medidas como esconder objetos e/ou ações que representem a própria profissão, na tentativa de manter a segurança de si e da família. Essas ações evidenciam outro significado atribuído à profissão, ou seja, a de algo arriscado ou perigoso.

Para Adorno e Salla (2007), o surgimento de facções criminosas organizadas, como aquelas às quais crimes contra policiais acompanha o movimento de aumento da criminalidade.

Nesse contexto, percebe-se a desvalorização da Polícia Militar, num momento em que a demanda por segurança pública se apresenta em constante crescimento em função do crime organizado, tráfico de entorpecentes, etc. Assim, o policial encontra-se numa posição contraditória, na qual sua profissão é significada de maneira positiva, como necessária, e ao mesmo tempo negativa, pela insuficiência ou postura violenta e corrupta.

O participante P4 menciona a desvalorização do policial, afirmando: **“o povo, diante do perigo chama a polícia e aclama por Deus. Passado o perigo, amaldiçoa a polícia e esquece de Deus.** Então, é, tá difícil, como o pessoal tá dizendo, acho que deve ser o fim dos tempos”. Observa-se a contradição da realidade expressa em sua fala. A necessidade dos serviços prestados pelos policiais coloca a população em uma posição de dependência de uma Corporação na qual não confia. É nessa contradição que se origina a necessidade do aprimoramento do serviço oferecido e também das relações estabelecidas com a comunidade. A comparação entre a Polícia Militar e Deus, além de possivelmente indicar a visão positiva que o participante tem da Corporação, ajuda-o a explicar a contradição entre a opinião popular e a própria, a respeito de sua profissão.

Nas falas de P6 e de P4, é possível observar que novos significados começam a ser atribuídos à profissão do policial militar: profissão desvalorizada, amaldiçoada pelo povo; e arriscada, em função da perseguição a policiais. Nota-se aqui uma evidente contradição entre o ser amado e o ser amaldiçoado, entre uma atividade da qual se deve ter orgulho e a necessidade de esconder a farda. Assim, com significados positivos e negativos associados à profissão, compreende-se a possibilidade de surgimento de um sentimento de desvalorização nos policiais, além do sofrimento psíquico.

Somada a essa realidade, encontra-se a baixa remuneração como um problema manifesto pelos participantes. A esse respeito, P6 diz:

Então, com relação a Polícia, se fosse pra voltar pra Polícia hoje, **eu não voltaria mais porque a classe tá muito desvalorizada, o salário tá muito baixo.** A gente tem a aposentadoria e ainda **precisa de uma renda complementar, trabalhar por fora pra sobreviver, né?** Eu não tenho nenhuma intenção de voltar pra Polícia (P6).

Para o participante, a expressão máxima da desvalorização é a baixa remuneração. Observa-se aqui a importância do salário colocada acima da atividade desempenhada, o que, para Leontiev (1978) pode representar a ruptura entre os sentidos e os significados da atividade. O trabalho é exercido para o recebimento do salário, ao invés de estar relacionado aos motivos da atividade própria do policial militar.

Conforme já exposto, numa sociedade capitalista as condições de existência dependem de sua capacidade aquisitiva, que por sua vez, está ligada ao trabalho. No entanto, essa não é uma relação direta, na qual quanto mais se trabalha, mais se ganha. O lucro está associado à propriedade privada e aos meios de produção. Com isso, as riquezas materiais e culturais não estão à disposição de todos, mas aos que detêm maior poder econômico.

Assim, o trabalho do policial militar pode não atender às suas necessidades básicas. A realização de atividades paralelas, como o "bico", poderá ocorrer com frequência, como um meio de aumentar seus provimentos mensais. Essa prática implica em um sistema

deficitário de remuneração, que compreenda a satisfação das necessidades dos indivíduos.

Os rendimentos no "bico" muitas vezes ultrapassam o salário recebido na Polícia Militar. P2 menciona esta situação, dizendo que o que ganhava nas atividades paralelas equivalia a três vezes o valor que recebia como militar. Com isto, nota-se que, mesmo recebendo menos do que era capaz de ganhar em outras funções, o participante continuava na Polícia Militar, o que reforça a importância da organização em sua vida profissional.

Qualquer atividade paralela remunerada era considerada ilegal pela Polícia Militar de São Paulo, conforme a lei nº 10.291, novembro de 1968 (SÃO PAULO, 1968), que instituiu o regime especial de trabalho policial. No entanto, reconhecendo que muitos membros da Corporação aderem à prática do "bico", foi sancionada em novembro de 2012 a lei complementar nº 1.188 (SÃO PAULO, 2012), autorizando a atividade delegada, ou o "bico" oficial. Esta atividade é caracterizada pela prestação de serviços públicos relacionados à Polícia Militar, durante as horas de folga. O trabalho nessas condições é formalizado por contratos e não deve exceder 12 horas por dia e 96 horas por mês, sendo remunerado na forma de gratificação adicional ao salário do policial.

A mudança, embora permita ao policial complementar seu salário, oculta o problema da má remuneração dos militares. Os indivíduos continuam sendo levados a abrir mão dos horários de folga para garantir seus rendimentos, submetendo-se a um regime de trabalho mais cansativo e conseqüentemente mais arriscado.

Em meio a essas contradições da realidade dos policiais militares, apresenta-se a aquisição da deficiência como um agente transformador da história desses indivíduos. Soma-se à necessidade de superação dessas contradições a importância de novas condições, que favoreçam o desenvolvimento do indivíduo com uma deficiência adquirida. Esses aspectos serão abordados nos próximos núcleos de significação.

3.2.2 Condições de existência: transformações após a deficiência adquirida

Neste núcleo de significações estão relacionados o indicador 2, vinculado às consequências da aquisição de uma deficiência, e o indicador 3, referente aos aspectos da readaptação pessoal e/ou reabilitação profissional. Foram então identificadas as transformações ocorridas na trajetória de vida dos policiais em função da aquisição da deficiência.

Conforme já mencionado, o homem, não dependendo mais das condições postas na natureza, é capaz de modificar suas condições de existência para garantir seu máximo desenvolvimento. No entanto, mediante a aquisição de uma condição orgânica diferenciada serão necessárias transformações no contexto para o seu desenvolvimento.

Encontrou-se nos relatos dos participantes falas que apontam para a transformação da vida como algo desagradável. É o caso de P1, que diz: **“Foi meio chato? Foi. É chato porque você tá acostumado a fazer um monte de coisa, você tem que mudar a sua vida totalmente pra poder se adaptar”**. O mesmo surge na expressão de P5, ao refletir a respeito de sua condição, perto da descoberta da cardiopatia: **“Caramba, e agora? Não posso mais fazer força física, esforço físico, não posso mais isso, não posso mais aquilo”**.

Nos trechos mencionados, os participantes fazem referência às transformações relacionadas à aquisição da deficiência e suas respectivas consequências, em comparação a realidade vivenciada anteriormente. Observa-se que as mudanças estão associadas às limitações decorrentes da deficiência e que a elas é atribuída uma conotação negativa. O “não poder mais” implica em uma forma de avaliar sua condição atual em comparação com a anterior, indicando uma situação de restrição.

Ao pensar a deficiência na conceituação utilizada nesta pesquisa, aborda-se um fenômeno que se origina socialmente, tal como o proposto por Omote (1995). Para ele, é na comparação que a deficiência se caracteriza como negativa. Ao discutir a deficiência, também Vigotski (1995b) afirma a importância da dimensão social em sua compreensão. Para o autor, a deficiência pode ser distinta entre primária e secundária. A primária refere-se às características físicas apresentadas pela pessoa com deficiência, sejam lesões orgânicas, cerebrais, malformações ou alterações cromossômicas. Já a secundária refere-se ao desenvolvimento do indivíduo a partir das interações sociais estabelecidas. Considerando que o desenvolvimento ocorre mediante o social, a deficiência secundária se dará quando a primária, ou seja, sua diferença física, influenciará nas interações sociais do sujeito. Em outras palavras, a deficiência secundária ocorrerá a partir das dificuldades decorrentes da falta de participação no contexto social, em função do modo como este se relaciona com o sujeito. Com base nesses pressupostos, infere-se que a comparação que é feita pelos policiais que adquiriram uma deficiência tem como referencial sua própria realidade anterior, na qual as ações que realizavam eram possíveis, considerando as condições de existência que estavam postas a eles.

A existência de consequências que se seguem à aquisição de uma deficiência e denotem algum nível de incapacidade física se expressa na fala dos participantes. P3, cuja deficiência implica numa restrição grave dos movimentos corporais, expressa: “Fiquei mais cinco (dias) no quarto, depois me deram alta, fui pra casa. **Tudo bem que eu cheguei em casa e mexia o pescoço um pouco. Aí eu falei 'Putá merda'.** Só fazia isso (mexe o pescoço). Pouco eu podia falar, não conversava muito, e eu desmaiava”. No relato de P6, a aquisição da deficiência também é retratada como algo negativo, relacionando essa avaliação com as consequências negativas. Ele conta:

Antes eu jogava bola, era uma pessoa super forte, né? Tinha saúde completa, né. **Depois veio a deficiência, começou a vir o problema de infecção, escara, uma série de coisas que a gente não tinha antes, né.** Ficar doente, passava três meses, era infecção urinária, e era mais quatro meses, infecção urinária de novo. Depois escara, aí ficava acamado. **Foi terrível,** né (P6).

De acordo com Omote (2004), as características físicas adquirem caráter vantajoso ou desvantajoso na interação com o meio. No entanto, se admite que algumas características sejam intrinsecamente desvantajosas, limitantes do ponto de vista de funcionamento orgânico, uma vez que se revelam como prejuízos vitais para os indivíduos que as apresentam. Parece ser o caso de dificuldades enfrentadas por P3 e P6, como as faltas de ar, desmaios e escaras.

Para Kovács (1997, p. 96), a deficiência adquirida pode ser significada como uma “morte em vida”, uma vez que altera profundamente as potencialidades do indivíduo em diversos aspectos de seu cotidiano. A autora sugere a necessidade de elaboração do luto, que poderá envolver as fases do choque, negação, raiva, barganha, depressão e finalmente da aceitação de uma nova condição. Para os participantes, o fato de adquirir uma deficiência também parece representar o surgimento de mudanças profundas, envolvendo sentimentos como a raiva e a depressão. É o caso de P2, que conta:

Eu sei que eu parei, **aí nesse dia caiu a ficha “Caramba, eu não tenho mais condições de trabalhar”.** **Aí entrei em uma depressão nervosa.** (pausa) **Uma depressão nervosa...** (baixa o tom de voz). Aí fiquei, sabe, a gente fica arredio até com a família, né? Aí logo em seguida foi quando eu fiz a cirurgia, que não deu certo, aí fiquei na cadeira de rodas. Aí que eu fiquei mais revoltado ainda, né? (P2).

O sofrimento psíquico parece se agravar quando sua mobilidade reduzida após o acidente diminui ainda mais depois de um procedimento cirúrgico. Essa depressão o leva a ter ideias suicidas, como P2 relata no trecho: “Ah, foi quando, a gente surta, né? **Surta, se eu falar que eu não tentei o suicídio eu vou estar mentindo pra você”.**

Embora este não tenha sido o caso de P4, o participante também pontua esta

possibilidade ao falar de outros policiais: “Porque muitos que sofrem, **muitos que sofrem e tendem a se aposentar às vezes não tão preparados pra aquilo, e acabam cometendo besteiras**”. Na opinião do participante, a aposentadoria – precoce e ocorrida de forma abrupta – se constituiu num evento de forte impacto para o psiquismo dos participantes.

A ocorrência de ideações suicidas após a aquisição de uma deficiência para os participantes condiz com os resultados do estudo norte-americano de Russell, Turner e Joiner (2009). Os autores realizaram um estudo comparativo entre pessoas com e sem deficiência física questionando-as se já haviam pensado em suicídio. Os resultados sugerem que as respostas afirmativas tiveram o dobro da frequência na amostra de pessoas com deficiência física do que na amostra de pessoas sem deficiência. Concluem então que a deficiência física pode ser considerada como um fator de risco para o suicídio, em função das limitações e dos desafios impostos aos indivíduos que se encontram nessa condição. Os resultados dessa pesquisa parecem sugerir o mesmo: que para os policiais a aquisição de uma deficiência pode ser um fator que aumenta o risco de suicídio. Experiências estressantes relatadas pelos participantes agravaram ainda mais essa realidade.

O aumento do risco de suicídio após a aquisição de uma deficiência pode indicar que a mesma é significada de uma maneira intensamente negativa. Essa significação pode estar associada a diversos fatores, como as relações afetivas e outros significados apropriados ao longo de sua existência. Um desses fatores pode estar ligado às condições de existência da pessoa com deficiência, que se apresenta de maneira distinta para este grupo, quando comparadas às condições dadas para pessoas sem deficiência, em que o contexto social se mostra em grande medida adequado, tanto em termos estruturais, como instrumentais e comunicacionais.

No caso dos participantes desta pesquisa, a depressão e as demais expressões de sofrimento psíquico são por vezes associadas à impossibilidade de continuar a trabalhar como

policiais militares. A fala de P1 é um exemplo disto:

O cara acostumado... **Tem cara que não aguenta não, tem polícia que não aguenta. Porque ele tá lá, sempre ativo, correndo e de repente cai numa dessas? O cara não aguenta, a cabeça vira, se o cara não tiver cabeça, ele não faz mais nada (P1).**

O participante P5 também relata ter sofrido consequências negativas em sua carreira pela aquisição da deficiência: **“Eu tenho minhas limitações físicas, certas coisas eu não posso mais fazer, e tive algumas perdas, principalmente na minha carreira, por eu ter ficado doente”**. Para este, que sonhava em ser promovido a sargento antes de se aposentar, a deficiência também significou a interrupção da carreira.

A necessidade de afastamento do trabalho do policial considerada pelos participantes está relacionada à sua atividade ostensiva, que se configurava numa atividade direta nas ruas, sendo aquele que entra em contato com o crime e com situações de violência. Nessas atividades que, na condição de pessoa com deficiência, o policial poderá encontrar mais limitações e ser excluído dessas funções.

P2 conta que, num momento inicial, tentou voltar ao trabalho, mesmo sem autorização médica:

Aí nesse meio tempo, um dia... **As loucuras que a gente faz, né?** Eu pus a farda e fui pro quartel. Cheguei lá, deixei o carro no pátio, e o pessoal “e aí, P2, você voltou, você voltou, você voltou?” Assumi viatura. Aí eu falei “caramba, né?”. Até deu... **Minha mãe ficou brava comigo, podia ter acontecido coisa pior (P2).**

Ele se refere ao fato de não ter conseguido sair da viatura durante uma ocorrência que foi atender. Segundo ele, ao chegar ao local suas pernas travaram, e ele não pode sair para auxiliar seus companheiros. Na ocasião ocorreu um tiroteio e um dos policiais presentes foi atingido por um disparo, saindo ileso apenas pelo uso do colete à prova de balas. Segundo P2, essa ocorrência o fez pensar a respeito do risco ao qual estava expondo seus companheiros.

Ele conta que um deles lhe perguntou: **“P2, você tem certeza de que você está apto a fazer esse serviço?”**. O participante afirma que foi então que percebeu o quanto a redução de sua mobilidade poderia afetar seu desempenho em atividades de confronto.

Foi aí que caiu a ficha, por isso, é o que ele falou, a gente fica meio... Você fica, porque é muito difícil, inclusive pra quem gosta muito. Não o cara que entra por falta de opção. Porque têm as duas situações, né, o indivíduo que entra na Polícia por falta de opção, **e tem o indivíduo que entra na polícia porque é aquilo que você quer, é aquilo que você almeja na sua vida** (pausa) (P2).

Sob a influência dos significados dados à Polícia Militar desde a escolha profissional, a aquisição de uma deficiência vem como algo que interrompe sua carreira, obrigando-o a abandonar o que era considerado um sonho na esfera profissional. Uma vez que o trabalho como policial militar pode ser identificado como a principal atividade do indivíduo, nota-se que os comprometimentos decorrentes da deficiência podem implicar na perda da atividade fundamental, ou seja, na maneira como o indivíduo se objetiva no mundo, tal como proposto no núcleo anteriormente discutido.

Da maneira como está configurada, a Corporação requer de seus membros habilidades como a força física e a agilidade. Com a aquisição de uma deficiência, essas habilidades podem ser alteradas e a aposentadoria torna-se uma das alternativas indicadas.

Cabe ressaltar que esse afastamento absoluto não se dá com todos os policiais que se acidentam. Muitos deles requerem uma avaliação médica, que dirá se há ou não aptidão para o desempenho de atividades na Polícia. Se o indivíduo for considerado apto, o profissional da saúde emite um parecer, no qual deve constar se existem ou não restrições de atividades que ele pode desempenhar, e quais restrições seriam essas.

Violante e Leite (2011) em estudo sobre empregabilidade de pessoas com deficiência indicam que nessas situações o foco de análise sempre recai no sujeito, ou seja, é ele quem estaria inábil para a função. Nenhuma hipótese costuma ser feita com base numa

análise contextual, desconsiderando que se o ambiente sofrer mudanças, um número maior número de profissionais com comprometimentos orgânicos poderiam trabalhar.

Na Polícia Militar, quando ocorre permanência de pessoas com deficiência aptas, mas com fortes restrições, usualmente estas são encaminhadas para serviços administrativos. Por um tempo, esse foi o caso de P7, que adquiriu uma deficiência, mas optou por continuar na Corporação. Em suas palavras:

Aí eu fiquei seis meses afastado em casa, né, de licença afastamento, e aí **depois de seis meses eu voltei a trabalhar, com restrição de tudo, né? Não podia usar farda, não podia sair do quartel... Não podia sair do quartel, não podia nada. Fazer força, nada. Podia fazer os serviços administrativos leves, né? E aos poucos foi diminuindo as restrições, né? (P7).**

Após sucessivas avaliações médicas, P7 conseguiu a autorização médica que declara sua aptidão definitiva, sem restrições. Para ele, o que o motivou a buscar a autorização para prosseguir ativamente na Corporação foi o desejo de trabalhar como policial, e também sua idade:

Eu gosto disso aqui. **Eu não me vejo trabalhando em outro lugar que não seja a Polícia.** E outro ponto, por ter trinta... hoje eu tenho trinta e dois anos de idade, e quando aconteceu isso comigo eu tinha vinte e nove, vinte e nove anos. **Então eu sou novo. Eu sou novo e tenho muito pra trabalhar. O pouco que eu fiquei em casa esses seis meses, vamos dizer assim, eu já não tava aguentando mais. Eu queria trabalhar de qualquer jeito (P7).**

Assim, observa-se que, ainda que a aquisição de uma deficiência possibilite a aposentadoria, o participante preferiu permanecer no trabalho, sem se afastar da atividade principal. Desejo também compactuado por P3:

A vontade que eu tinha era... É que como já me inativaram... **Eu tenho fé que daqui a pouco eu vou estar andando... Era voltar pra Polícia e continuar meu serviço.** Era continuar trabalhando na Força Tática. **Mas eu sei que uma vez inativado, você não tem como reverter isso. Eu não consigo mais hoje voltar a Polícia.** Mesmo que eu voltasse a andar, eu não voltaria mais. **Mas eu me identifico, eu gosto do trabalho, e vou continuar gostando, isso aí, não tem... (P3).**

Embora saiba da impossibilidade de retorno após a aposentadoria, o participante afirma a vontade de continuar na profissão exercida anteriormente. A permanência ainda se mostra como um assunto controverso, pois depende fortemente do parecer médico da Corporação, além do aval da chefia direta. Com isso, os procedimentos em situações como essa encontram encaminhamentos diversos, dependendo mais das partes diretamente envolvidas do que de práticas padronizadas.

As opiniões a respeito da permanência de pessoas com deficiência são distintas, podendo estar baseadas em estereótipos em relação a algumas deficiências e não à realidade objetiva. Como o próprio P7 menciona, a capacidade de alguém que adquire uma deficiência pode ser desacreditada pela Instituição e por muitos de seus membros:

Como eu posso dizer, **muita gente não acreditava que a gente conseguiria voltar ao serviço operacional, porque eu perdi uma vista**, é uma coisa, né, **o pessoal fala que é muito grande**. E realmente não é fácil, **não é fácil pra tudo**. Mas a gente mostrando que a gente conseguia, era capaz (P7).

Nas designações do CBO (2013) em relação às funções dos policiais militares, observam-se diversas ações que não requerem habilidades físicas específicas, como as ações de gerenciamento dos setores administrativos, por exemplo. Assim, nem todas as ações a serem desempenhadas pelos policiais requerem a força física ou a agilidade. Porém, a homogeneidade dos membros ainda é valorizada, colocando pessoas com diferenças físicas numa situação de exclusão. Apesar de estabelecidos os direitos da pessoa com deficiência de acesso ao trabalho, a não obrigatoriedade da inclusão nas corporações militares pode torná-la ainda um ambiente supostamente impróprio para a pessoa com deficiência, levando à aposentadoria.

Alguns dos participantes questionam à Corporação e se posicionam de maneira contrária a exclusão, afirmando que um indivíduo com deficiência também pode ser capaz de

desempenhar atividades da profissão militar. Um deles é P1, que pontua:

Por que que as empresas aceitam e a PM não aceita? Por que que o Estado não reintegra o cadeirante que tenha condições de trabalhar atrás de uma mesa? Ou pra despachar ocorrências ou pra atender telefone no 190? É uma coisa que qualquer um pode fazer, o cadeirante faz (...) No Rio de Janeiro ele trabalha, trabalha no despacho de ocorrência, trabalha no monitoramento de câmera. Por que aqui em São Paulo, já que é o Estado mais rico, **o policial cadeirante que quer trabalhar, que quer continuar exercendo sua função, não pode?** É uma pergunta que deveriam fazer direto, né? (P1).

A possibilidade de permanência foi levantada por P5, que conta a respeito de uma prática que se tinha na década de 90 na Polícia Militar. Segundo ele, policiais com deficiência eram empregados por uma empresa terceirizada que prestava serviços administrativos para a Corporação. O participante, que chegou a trabalhar em uma dessas empresas, relatou que, por essa via, os policiais aposentados continuavam na organização, ainda que oficialmente inativos. Essa possibilidade também foi mencionada por P6, que sugeriu que essa prática fosse retomada:

Isso foi uma coisa que tinha que voltar com isso. Colocar por exemplo, um paraplégico, ele pode trabalhar no Copom, despachar ocorrência, digitar, tem várias coisas que ele pode fazer, ao invés de um temporário que não tem vínculo nenhum com a Polícia, ele fica dois anos na Polícia e vai embora. Ele não, **ele é policial, ele continua trabalhando, exercendo a profissão dele normalmente** (P6).

Apesar das possibilidades de permanência apontadas pelos participantes, o afastamento de uma pessoa com deficiência da Corporação ainda é uma prática usual, convergindo com práticas sociais adotadas comumente pela sociedade em relação às pessoas que tem características diferentes.

Para Leite e Martins (2012), lesões corporais e patologias representam o diferente, estranho, deficiente ou anormal em diferentes tempos e sociedades. Ideias de improdutividade e incapacidade das pessoas com deficiência contribuem para a construção dessa condição social de anormalidade, levando à marginalização.

De acordo com Marques (1998), quando a sociedade coloca pessoas com deficiência na condição de inferioridade e incapacidade produtiva, gera-se uma estratificação, limitando as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos. Para o autor, analisar a deficiência implica na discussão da problemática da delinquência e da discriminação racial e sexual. Nas sociedades industrializadas, a convivência com a diferença é dificultada pela valorização da produtividade. Procura-se garantir a homogeneidade entre seus membros, marginalizando pessoas que não garantirão a mesma produção das demais, diante das condições postas pela sociedade.

Segundo Amaral (1998), quando se discute a homogeneidade que socialmente se pressupõe a exclusão do desviante, ou do significativamente diferente. Para a autora, a diferença é considerada significativa de acordo com três critérios: o estatístico, ou seja, o diferente se define pelas características que fogem das apresentadas pela média da população; o estrutural ou funcional, seguindo as funções supostamente naturais de características humanas – a função natural das pernas, por exemplo; e o tipo ideal, referente à idealização do que o homem deveria ser, de acordo com um determinado grupo. Esse terceiro critério, segundo a autora, se vale dos anteriores para sua constituição, sendo de alta relevância para a discussão das diferenças.

Na Polícia Militar, é possível afirmar que exista um tipo ideal de profissional pelos próprios critérios de seleção de novos membros para as Corporações. Como afirma Silva (2011), além de características relacionadas à conduta incorrupta dos candidatos, o bom desempenho em atividades físicas, a altura e o índice de massa corpórea são importantes no processo seletivo. Com isso, infere-se que o policial ideal teria como qualidades tais características, diferindo de um indivíduo com prejuízos físicos.

Considerando o momento histórico de desconfiança da Polícia Militar, além da necessidade de uma instituição que garanta efetivamente a segurança pública, a Corporação

pode manifestar a preocupação com a eficácia de seus serviços e, conseqüentemente, com a eficiência de seus membros. Na busca pela garantia dessa eficiência, policiais que estejam distantes do perfil de policial ideal podem ser ainda mais desvalorizados e considerados como inaptos.

Um agravante na situação da aposentadoria do policial militar com deficiência, e que tem papel importante como causa de sofrimento se refere à questão salarial. Com o afastamento, muitas vezes perdem-se os benefícios recebidos em atividade, reduzindo os proventos do policial. Isto ocorreu para o participante P2, pois nos anos que se seguiram à publicação de sua reforma – o que ocorreu apenas em 2010, seu salário era proporcional a menos de um mês de trabalho, o que lhe gerou importantes problemas financeiros. Em suas palavras,

Você tá num padrão, e você tem desse padrão dez por cento. Dez por cento, aí você faz uma conta... Entendeu? Então é complicado. **Foi muito difícil, foi uma fase muito difícil... e eu falo pra você, eu fiquei atolado no lodo do fundo do poço, viu (P2).**

Na fala de P2, mais uma vez fica evidente a exposição ao sofrimento psíquico diante de situações decorrentes da aquisição de uma deficiência, no caso a perda financeira. A baixa remuneração na aposentadoria representa um problema adicional para a classe, que além de sofrer o impacto do afastamento da função, apresenta insegurança em relação ao seu sustento.

Ainda sobre a vida financeira dos policiais após a aquisição da deficiência, outro agravante seria o afastamento dos "bicos". Essas atividades da forma semelhante são interrompidas quando o policial se acidenta. Foi o que ocorreu com os participantes P2 e P3. Os rendimentos de P2 no "bico" ultrapassavam seu salário na polícia militar. Ele diz: “Então, veja bem, **quem tinha uma vida extremamente ativa (...).** Eu ganhava oito mil reais no "bico", mais o salário da PM. **E aí de repente você sair desses oito mil reais pra**

oitocentos...”. Já P3 possuía outras duas atividades paralelas, todas interrompidas em função do acidente. Em suas palavras:

Agora na concepção assim do acidente, entre você ser uma pessoa ativa, que eu era ativo, trabalhava na Polícia, trabalhava numa empresa que fazia segurança. Eu tenho uma oficina mecânica. **Então eu tinha três empregos, eu perdi tudo junto, ao mesmo tempo (P3).**

Além da situação financeira, nota-se que pela aparente impossibilidade do desempenho da atividade militar e das correlatas, a deficiência receberá o significado de incapacidade. Tanto P2 como P3 fazem menção ao “ser ativo”, antes da aquisição da deficiência. No contraponto, compreende-se que adquirir uma deficiência seja significado como tornar-se inativo, não apenas na profissão – como um policial inerte, mas uma pessoa sem atividade.

Diversos participantes, ainda que sob outras condições, executaram outros trabalhos, posteriores à aposentadoria. Continuar a trabalhar, além de representar uma forma de complementação da renda, diminuída pela aposentadoria, pode devolver ao indivíduo a possibilidade de exercício da atividade fundamental. P2, com seu trabalho na APMDFESP, afirma ver a possibilidade de continuar mostrando-se útil para à Polícia Militar. O participante diz:

Sempre fui apaixonado pela Polícia Militar. E hoje sou apaixonado pelo que eu faço aqui. Sou apaixonado pelo que eu faço aqui. **Hoje a minha utilidade, eu vejo até que hoje, pelo que eu tô fazendo eu sou mais útil do que quando eu estava na ativa, né? Hoje eu sou mais útil pra corporação do que pra população. Antes eu era útil pra população, agora não tanto. Agora é pra corporação,** brigando com todo mundo pra poder ajudar os colegas que passam por dificuldades (P2).

Pelo trabalho na APMDFESP, P2 parece ter conseguido conciliar sua nova profissão com a atividade militar, o que para ele torna-se fonte de satisfação. Além disso, por sua fala, nessa atividade o participante aparentemente consegue identificar mais utilidade em suas ações, o que pode indicar novos sentidos pessoais atribuídos às suas ações.

P4 também relatou ter mantido contato com sua profissão por meio do trabalho que desenvolve na APMDFESP, dizendo:

[...] mesmo depois de aposentado **eu continuo visitando as companhias, até pra divulgar o trabalho da associação**, da APMDFESP. Então eu, direto, **eu sempre tô na companhia, no batalhão onde eu trabalhava**. Mesmo aqui, os policiais vêm sempre aqui pra fazer qualquer tipo de tratamento, eu os revejo (P4).

Aparentemente, o vínculo com a Polícia Militar é mantido por policiais que, mesmo após a aposentadoria, buscam visitar seus antigos batalhões, ou até procuram trabalhar em locais que remetam à Corporação. Dessa forma o rompimento com a atividade ocorre de maneira mais sutil, uma vez que se perpetua o contato de algum modo com as pessoas e situações que remetem vivenciadas anteriormente.

Trabalhar na APMDFESP também é uma fonte de satisfação para P5. Referindo-se a esse trabalho, ele afirma: “hoje eu sirvo pra outra, não para a mesma, **mas eu sirvo pra alguma coisa**”. P4 também abordou esta satisfação em seu relato, dizendo:

Aqui eu me achei, **porque nada melhor do que você estar num meio que é de uma coisa que você já sofreu, e poder ajudar um policial deficiente que chega pra cá precisando de um apoio, ou qualquer outro tipo de situação**. Até apoio psicológico, exemplos que aconteceram conosco a gente tenta passar pra eles se acalmarem (P4).

O prazer em ajudar aos que sofrem do mesmo que o participante já sofreu fica evidente no relato de P4, que aponta para um novo sentido conferido ao próprio trabalho. Além dos significados relacionados a essa atividade, o trabalho sofre influência de sua própria história. Mais do que uma atividade na qual é possível ajudar outros indivíduos, o trabalho na APMDFESP pode representar uma via pela qual os indivíduos superam sua própria condição de deficiência e os estereótipos de inutilidade a ela associados, ou seja, volta-se a ser ativo outra vez, mesmo que sob outro formato. Ajudando pessoas com deficiência, os participantes que trabalham na APMDFESP podem negar o significado de incapacidade a eles associado,

colocando-se novamente no papel de herói, daquele que ajuda a sociedade. Uma frase do relato de P5 permite notar como esse heroísmo é retomado: **“E não é porque hoje eu não estou vestindo uma farda que eu não posso ajudar”**. Com isso, o participante recupera a possibilidade de ajudar, o que parecia ser uma característica muito valorizada ligada à atividade.

Além de levar ao afastamento da atividade profissional, observa-se que a deficiência aparece nos relatos dos participantes como algo que leva à dependência. Isso aparece na fala de P1, que diz: **“É uma coisa diferenciada? É, é diferente! É diferente que você depende de pessoas pra poder te tirar de um lugar pra poder te colocar em outro**. No momento em que você tem que entrar no carro, da cama pra cadeira, da cadeira pra cama, pra ir pro chuveiro”. Em outro trecho, o mesmo participante conta:

É às vezes meio difícil? É, tem lugares que é muito difícil. Pode acontecer alguma intercorrência? Pode. E eu vou estar sozinho? Vou, como aconteceu de o carro quebrar na marginal e eu tava sozinho, ou furar um pneu, a sorte que eu consegui levar o carro até onde eu trabalhava pra trocar. Então essas são as dificuldades de quem, se você tá sozinho de carro. Ou se você tá sozinho na rua, pode furar o pneu da cadeira? Pode. E aí, como é que você vai se virar? **É difícil porque a gente vê muitos cadeirantes aí que nem de casa saem, ou por vergonha ou por trauma (P1)**.

Situações como as descritas por P1 evidenciam a dependência gerada pela deficiência, podendo ser associadas ao traumático e vergonhoso. Esses significados, somados aos demais atributos negativos concedidos à condição da pessoa com deficiência, podem levar o indivíduo a restringir suas atividades, visando evitar tais situações de constrangimento.

Além da própria condição, outros fatores têm influência sobre as significações relacionadas à deficiência para os participantes. P5 aborda em seu relato um caso de deficiência na família, o que também pode representar a apreensão de novos significados em relação ao tema. Seu filho tem autismo, e o participante atribui ao diagnóstico parte da responsabilidade pelo desenvolvimento de sua cardiopatia. Ele diz: **“E eu acredito que esse**

problema do meu filho agravou, e **foi um gatilho pra esse problema que eu tive**". Em outro trecho, P5 conta:

Porque aí, quando eu tive a notícia do problema dele, eu não consegui por pra fora. **A família toda chorou, todo mundo ficou desesperado...** Porque o médico chega pra você, "pô, pode falar, doutor". "Olha, **teu filho não vai casar, não vai ter filhos, não vai poder ter uma vida normal, vai depender de você pra tudo, ele nunca vai ser independente**". Aí tu fala: "**caramba, e os sonhos que eu tive pra esse garoto? Aí cai por terra.**"

Com essa fala, nota-se que a deficiência, mesmo que seja a do outro, foi significada como a perda dos sonhos, uma decepção advinda da mudança das expectativas relacionadas ao futuro.

Os significados de incapacidade e dependência parecem estar relacionados às condições sociais de existência das pessoas com deficiência e não apenas as características intrínsecas dos indivíduos. Essas condições envolvem um ambiente incapacitante, no qual o desenvolvimento e as atividades se apresentam de modo restritivo. Como explica Vigotski (1999), a sociedade está adaptada a um 'tipo' de homem, referindo-se ao que não é desviante. Por essa razão, o indivíduo com desenvolvimento atípico em função de uma deficiência é visto pelo contexto como alguém com dificuldade em se integrar aos demais. Com isso, conclui-se que o indivíduo estará sujeito a uma série de restrições, que podem ir do exercício de sua atividade fundamental ao atendimento de necessidades mais básicas, como o autocuidado ou a locomoção.

Um dos aspectos que podem passar por alterações é a sexualidade dos indivíduos que adquirem uma deficiência. P5 menciona outras mudanças surgidas em sua nova condição física:

E em certos casos, no meu aconteceu por um certo tempo, **até na parte íntima você dá uma caída**, porque o coração, você sabe que é primordial, né? Então você também fica com essa preocupação "**caramba, não sou mais homem, ou não sou mais da forma que eu era**". Existe uma mudança, **você tem que se adaptar**. Apesar de eu ter uma esposa maravilhosa, que sempre compreendeu, **mas tu começa a se achar um lixo**, entendeu? (P5).

Quando os efeitos de sua limitação física atingem sua vida sexual, o participante vê abalados os conceitos que tinha em relação a si mesmo. “Não ser homem”, ou “ser um lixo” são ideias que ajudam a construir o significado de deficiência enquanto um problema de alta gravidade. Com isso, a autoimagem do indivíduo pode ser alterada, bem como seu papel enquanto esposo.

Para Maia (2011), ao discutir a sexualidade da pessoa com deficiência é importante reconhecer que as dificuldades podem estar no plano orgânico e psicossocial. Existem questões clínicas como alterações anatômicas, fisiológicas ou farmacológicas que podem interferir diretamente na resposta sexual – ereção ou ejaculação no caso dos homens e lubrificação vaginal ou sensibilidade clitoriana para mulheres. Já as questões psicossociais, de maior importância na discussão da sexualidade, referem-se à ansiedade, a preocupação com o desempenho sexual, ou mesmo problemas de relacionamento entre o casal. Esses fatores podem influenciar diretamente o funcionamento sexual.

No caso de P5, aparentemente as alterações fisiológicas percebidas levam à preocupação com a própria imagem e o questionamento de sua masculinidade. Esses fatores não estão diretamente ligados ao corpo e à resposta sexual, mas aos significados que se atribuem à deficiência ou a particularidades da sexualidade.

Para P6, a aquisição da deficiência teve como consequência a perda de oportunidades relacionadas à dimensão familiar, que para ele eram importantes. Em suas palavras: “Eu não tive a oportunidade de ter filhos devido à lesão, né? Que lesionou, a parte sexual. E eu **perdi a oportunidade de ser pai, né?**”.

Com isso, as idealizações do indivíduo em relação ao futuro – no caso para a composição familiar – sofrem alterações. Ter ou não filhos é uma das dimensões que constituem o plano de vida que o sujeito pode ter para si, como parte integrante da história

de vida que quer construir.

Apesar das dificuldades de participação social e das restrições às quais estão submetidos, nota-se na fala dos participantes a frequente necessidade de estar na categoria da normalidade. A fala de P3 exemplifica esta necessidade: “Eu, por exemplo, estou tetraplégico. **Eu acho que o meu problema não é grande, em vista de pessoas que eu vi que realmente têm problema.** Então você vê, **eu tô tetraplégico, pra mim eu tô normal**”.

Nesse trecho, a normalidade citada por P3 tem como referência a condição de outros indivíduos, a qual julga ser pior do que a dele. Assim, ainda que a deficiência esteja associada com a anormalidade, há uma aparente busca do participante por enquadrar-se na categoria do que é normal, considerando uma gradação de severidade da condição. Isso também é observado no seguinte trecho: “Hoje, se tiver que colocar numa vaga de cadeirante, às vezes acabo nem colocando, deixo pra outro. **Porque eu me sinto assim, super bem como eu tô, eu coloco a cadeira, saio do carro, e tô tranquilo,** e acabo deixando liberado”.

A busca por encaixar-se na categoria da normalidade por meio de uma comparação com outras pessoas com deficiência se expressa na fala de P7, que diz:

Eu penso que **eu tenho uma deficiência, porém é como se eu não tivesse.** O meu pensamento é que é como se eu não tivesse nenhuma. Aqui... **Sei lá, vamos comparar. Eu perdi uma vista, perdi um olho, mas podia ter pedido um braço (...).** Se você tem um olho ou se tem dois, é a mesma coisa, eu enxergo do mesmo jeito. Posso ter um problema médico, o médico falou 'ó, você tem cinquenta por cento só da sua vista'. **Mas eu tenho cem por cento, eu enxergo normal! Não tem diferença nenhuma.** É como se eu não tivesse, né (P7).

Numa análise desses relatos percebe-se que, após a aquisição de uma deficiência, tais participantes continuam a se enquadrarem na condição de ‘normais’, pois entendem que mesmo apresentando diferenças essas não o incapacitam para as situações cotidianas. No entanto, não deixam de notar a existência da deficiência, ou seja, percebem a diferença posta.

Ao falar de normalidade e anormalidade, Amaral (1998) deixa clara sua posição

em relação aos termos: na opinião da autora, o normal e o anormal existem – ainda que definidos por um contexto histórico. No entanto, os critérios para inserção de um indivíduo em uma ou outra categoria devem ser repensados. A anormalidade, na maneira como o termo é habitualmente utilizado, parece ter uma conotação de patologia, de algo a ser curado, ou evitado. Para garantir esse afastamento, ocorre o processo de estigmatização, em que uma característica torna-se uma marca social. A autora sugere que a anormalidade, deixando de ser associada ao patológico, pode ser “expressão da diversidade da natureza e da condição humana” (AMARAL, 1998, p. 15).

Para Amaral (1994), a anormalidade, na qual também se expressa a deficiência, pode ser vista como algo ameaçador, um perigo a ser combatido. Diante desse perigo, é possível que se assumam diversas posturas, visando minimizar uma potencial ameaça. Uma das respostas se constitui na atenuação, que pode ser ilustrada por frases como “poderia ser pior”, ou “não é tão grave assim”. Essa tentativa de atenuação está presente na fala dos participantes, quando se comparam a outras pessoas para diminuir a conotação negativa de suas próprias características. Outra postura mencionada pela autora é a simulação, na qual a característica é reconhecida, mas há uma tentativa de ignorá-la, como na expressão “é, mas é como se não fosse”. Essa atitude é visivelmente a de P7, ao dizer “Eu penso que **eu tenho uma deficiência, porém é como se eu não tivesse**”.

Em suma, a maneira adotada por P3 e P7 para lidar com os significados negativos atribuídos à deficiência parece ser a tentativa de fuga de serem taxados como incapazes, por isso a conotação ao enquadramento na categoria de normalidade.

De maneira distinta, a adaptação que é sugerida por P1 parece envolver suas próprias características, numa postura de aceitação das mesmas. O participante afirma:

Tendo um lugar que seja adaptado, tendo condições de alguém que me desembarque, eu me viro. Ontem mesmo eu fui no *shopping* sozinho, peguei o carro, fui lá, lá o pessoal ajuda a gente a desembarcar, o pessoal já tá acostumado, o

peçoal já me conhece. É um local que eu frequento direto então eles já me conhecem, já me desembarcam (P1).

Na mesma direção, P6 relata: **“E na minha vida, eu adaptei carro, eu adaptei um carro pra mim, então eu saio no final de semana. Tem que ter uma vida normal, né? Viajo...”**. Nesta fala, a deficiência parece ser significada como algo contextual, que depende de condições externas ao indivíduo.

Reconhecer a deficiência como uma característica própria é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, bem como compreender a necessidade de ajustes que extrapolam a questão individual. Por exemplo, se um automóvel é feito para propiciar a veiculação das pessoas, com aquelas que apresentam uma deficiência não deve ser diferente – o objeto é feito para auxiliar e/ou facilitar a atividade humana, devendo estar disponível para todos os homens.

Porém, as adaptações devem envolver mais do que apenas o esforço do indivíduo. O mérito próprio na adaptação aparece na fala de P1, ao dizer: **“E eu me viro sozinho, tô me virando sozinho, com a minha cadeira, vou pra um lado, vou pro outro, caçando os caminhos do lugar”**. No mesmo sentido, P4 afirma: **“A gente se adapta... e eu me adaptei bem a tudo que está acontecendo”**. Nos trechos dos dois relatos, a adaptação parece ser responsabilidade individual, sendo o sucesso considerado como mérito próprio. Com isso, se exclui a necessidade de ajustes externos ao homem, eximindo à sociedade a sua responsabilidade.

De maneira geral, neste núcleo de significados é possível notar que a deficiência aparece como algo que transforma diretamente as condições de existência dos policiais, transformando suas trajetórias. Desde o impedimento para a realização da atividade vital a uma série de outras restrições, como a dependência de outros. Os significados atribuídos à própria deficiência, seja pela apreensão de significados compartilhados na sociedade ou pela própria experiência, são – em grande parte – negativos. A busca por um novo trabalho, ainda que ligado à Polícia Militar, ou mesmo a negação da própria deficiência se configuram em

atitudes observadas no relato dos participantes que visam afastar tais significados.

Entretanto, na fala dos participantes foi possível identificar ainda fatores que podem representar a base para as transformações dos mesmos, ou seja, a superação das condições relacionadas à inatividade, à ineficiência ou aos estados depressivos. Tais fatores constituem-se como suporte e estão presentes nas relações sociais entre o grupo familiar e de amigos, além do amparo de instituições como a própria APMDFESP.

3.2.3 Condições de existência: relações de suporte social

Neste terceiro núcleo estão relacionados os indicadores de número 5 e 6, ligados às relações de suporte e à religiosidade. As relações sociais possuem papel fundamental na constituição do indivíduo; por meio delas, ele se apropria e objetiva, aproximando-se do ser humano genérico. No caso da aquisição de uma deficiência, as instituições de apoio e as relações com os familiares e/ou amigos, e as relações estabelecidas no trabalho podem favorecer o desenvolvimento do indivíduo em suas novas condições de existência, funcionando como mecanismos de suporte social.

Cobb (1976, p. 300), um dos precursores do estudo do suporte social, define o termo como sendo a “informação que leva o indivíduo a acreditar que ele é cuidado, amado, estimado e que pertence a uma rede social com obrigações mútuas”. Dunst e Trivette (1990) afirmam que o suporte está ligado aos recursos e unidades sociais, como a família ou amigos, enquanto meios de ajuda e assistência.

A importância do apoio familiar foi ressaltada por P2: **“Aí a família, se não tiver muito próxima, você... é muito difícil”**. Fato semelhante é identificado por P3:

Eu tenho uma esposa maravilhosa, o nome dela é V., ela é policial também, mas **tá sempre do meu lado, todos os dias. Desde o dia do acidente...** Eu namoro com ela desde os quatorze anos, já tem muito tempo, e estamos juntos até hoje. **Ela na verdade hoje está sendo meu braço direito, esquerdo (P3).**

Na fala dos participantes, observa-se que, além da aquisição de uma deficiência significada como algo difícil e negativo, a família aparece como um ponto de apoio, algo importante para que consigam superar as dificuldades encontradas nessa nova condição.

De modo sintético, o conceito de família é uma construção social, que depende do contexto histórico na qual é analisado. De acordo com Simionato e Oliveira (2003), a família pode ser entendida como um sistema inserido em uma diversidade de contextos, constituído por indivíduos compartilhando valores e sentimentos, e formando laços de especificidade própria. Dessa maneira, a família configura-se como um fator importante no suporte social.

Glat (1996) aborda família enquanto um grupo social primário, no qual se apreendem os primeiros papéis sociais, ou seja, no qual o indivíduo formará inicialmente a imagem que tem de si. Ainda que ocorra a inserção em outros grupos, as relações estabelecidas na família poderão influenciar as relações que o sujeito tem com outros grupos. Segundo a autora, os indivíduos com deficiência que estão mais integrados na própria família são também aqueles que estarão mais integrados socialmente, ou seja, participando mais ativamente da vida social.

Embora a família possa configurar-se como um ponto de apoio para o indivíduo, auxiliando-o na superação da realidade na qual se encontra, ela também é influenciada pela aquisição da deficiência, podendo sofrer suas consequências. Assim, como afirma Glat (1996), o grupo familiar pode ser agente determinante ou de impedimento da integração do indivíduo, de acordo com a postura que assumir. No mesmo sentido, Maia (2011) afirma que as relações familiares podem marcar o oferecimento de afeto e auxílio, mas podem do mesmo modo prejudicar a reintegração do indivíduo, se marcadas por atitudes de superproteção e

estímulo da dependência.

Em relação às mudanças ocorridas na família, P1 é enfático, mencionando o fim do casamento - ou o abandono, como ele define - enquanto uma prática comum após a aquisição de uma deficiência. Ele conta que, em seu caso, a separação ocorreu antes do acidente, mas que com outros policiais isso pode ocorrer:

Eu já tinha separado, mas já vi casos de policiais, como tem um aqui que foi baleado na cabeça que, é aquele negócio, **o pessoal abandonou mesmo. A mulher abandonou, é chato, é uma situação assim que você vê que a pessoa que você casou, que deveria te apoiar (...)** (P1).

Esse abandono para o participante é associado diretamente à deficiência, o que fica evidente neste trecho:

Agora, **tem policiais que já não tem esse aparato todo, esse amparo familiar.** Tem policiais que infelizmente acontece da mulher chegar e falar “olha, eu casei com um cara que andava, que fazia e acontecia, então não quero mais”. Aí arruma outro que ande, que fale... **Essa é a parte vergonhosa, que a pessoa que tá do seu lado, ao invés de te apoiar, não, ela te vira as costas (P1).**

Assim, nota-se que a deficiência é vista como uma razão para o abandono, um fardo para o companheiro ou a companheira, que apresentava uma expectativa diferenciada quanto ao futuro do casal. O mesmo é relatado por P3, que diz:

Tem outros casos, tem policiais casados há um ano, a mulher já largou, porque não tem filhos, não tem nada, **a mulher já abandonou com o pai, com a mãe. Isso afeta a cabeça da pessoa, a pessoa fica, né? A pessoa já sofre um acidente, fica na cama, vegetando ou não, e a pessoa casada nova, acaba não...** Teve um polícia que teve esse problema e a mulher acabou entregando pros pais. E foi seguir a vida, dela, entendeu, pra não cuidar. **Foi coisa que graças a Deus na minha vida eu não tive, e tamos juntos até hoje** (P3).

É interessante observar as palavras utilizadas pelo participante, ao dizer que a esposa entrega o policial para os pais, como se este, com a deficiência, se tornasse despersonalizado, quase um objeto a ser devolvido ou entregue a alguém. À deficiência são

atribuídos significados de menos valia ou mesmo de ausência de vontade ou poder decisório sobre a própria vida.

Maia (2011) pontua que, diante da aquisição de uma deficiência por um membro da família, a reorganização das funções familiares pode ser comum, muitas vezes desconsiderando as vontades do próprio sujeito. Se a estrutura psicológica do indivíduo é preservada, muitas vezes ele poderá se reinserir nas relações com uma nova identidade. No entanto, nas palavras da autora,

“se as mudanças são por demais penosas para o sujeito e comprometem sua integridade psíquica, é comum que a própria família deixe de acolher a pessoa com deficiência e o exclua da participação familiar, como em geral se faz com os idosos” (MAIA, 2011, p. 53).

Essa pode ser a realidade de famílias como as mencionadas pelos participantes: o indivíduo que anteriormente ocupava o papel de marido, com a aquisição da deficiência, retorna ao papel de filho, sendo levado de volta à casa dos pais.

Nota-se o impacto que a deficiência pode causar, não apenas para o indivíduo, mas para todo grupo familiar. No caso de deficiências que impliquem em graus mais severos de restrição, a manutenção dos papéis familiares anteriores podem sofrer transformações. Muitas vezes é um dos familiares que assume o papel de cuidador principal, significando de outra maneira a posição do outro e a de si mesmo no grupo familiar.

Um exemplo da reclusão que se estende à família é trazido por P3, a respeito de sua própria família. Ele conta que **“os filhos acabam sentindo, né? Que... ter um pai ativo, que você saía quase todo final de semana.** Então eu falo que no começo foi meio difícil pra eles. Eles cobravam: 'ó pai, vamos sair', isso e aquilo”.

Infere-se que as transformações advindas da deficiência podem afetar o grupo familiar. Uma das relações que podem sofrer esta influência é a relação conjugal, tal como afirmaram os participantes da pesquisa. Tendo como contexto as possíveis desvantagens

socialmente estabelecidas no quadro de um indivíduo com restrições, o divórcio pode ser uma das transformações familiares. O estudo de Kreuter (2000), uma revisão bibliográfica de pesquisas europeias a respeito de relacionamentos conjugais envolvendo pessoas com lesões na medula espinhal, mostrou que a possibilidade de divórcio aumenta consideravelmente quando um dos parceiros adquire uma deficiência. Os dados indicam que a taxa de divórcios se altera de 8% a 48% na aquisição de uma deficiência como a paraplegia ou a tetraplegia. A revisão feita por Angel e Buus (2011) indica que, mediante a aquisição de deficiências envolvendo a medula espinhal, indivíduos que continuaram casados apresentavam um nível mais positivo de qualidade de vida, ao contrário de separados, divorciados ou viúvos.

Embora se considere que a própria família deva tomar suas próprias decisões conscientes em relação aos encaminhamentos que deva tomar, é importante que essas decisões também reflitam a vontade do indivíduo com uma deficiência em sua nova condição. O divórcio ocorrido após a aquisição da deficiência pode levar ao sentimento de abandono, remetendo a uma significação da própria pessoa com deficiência como dependente, passível de ser abandonada ou não. No entanto, se o indivíduo se vê como ser capaz de refletir e objetivar suas próprias decisões, os encaminhamentos familiares serão responsabilidade dele. Seu papel em uma situação de divórcio, por exemplo, será ativo. O indivíduo consciente de suas possibilidades, que busca superar a realidade de suas condições e que conte com ações de suporte social, terá mais chances de exercer um papel ativo na família.

Outro fator relevante no suporte social do qual os indivíduos podem gozar são as relações de amizade. Para o participante P6, o apoio recebido de seus colegas de profissão que ainda estão na ativa é bastante satisfatório. Segundo o policial, estes são como membros de sua família, auxiliando-o em diversas necessidades. No entanto, P6 admite saber que nem todos os policiais com deficiência recebem a mesma atenção:

E com questão à Polícia, eu vejo assim, **o único braço que a gente tem assim de apoio, hoje, é o Batalhão onde eu estou**, que é o décimo nono da Força Tática. **Mas a Polícia assim no geral não dá apoio pra todo mundo**. No geral não dá apoio pra todos. Onde você tem que encontrar apoio assim, aquela mão grande mesmo, é a Associação aqui, é a APMDFESP (P6).

No mesmo sentido está a fala de P4, que ressalta a importância de visitas feitas a associados da APMDFESP pela equipe de funcionários:

(...) **muitos deles ficam esquecidos**. Alguns moram até perto dos destacamentos, das companhias, e **os policiais não visitam, não visitam**. Mas não por não querer, às vezes até por estar muito envolvido na vida, na própria vida, ele não tem tempo pra estar visitando (P4).

Assim, afirma-se o papel fundamental de relações de amizade e companheirismo como uma das dimensões do suporte social. Importante para todos os indivíduos, as relações afetivas de amizade podem promover a percepção de pertencimento para o indivíduo com deficiência.

Outro importante ponto de apoio para muitos dos participantes foi à religiosidade. O relato do participante P2, bem como o de P6, indica que tal aspecto teve um papel importante em sua vida após a aquisição da deficiência. Para P2, foi um recurso para aceitação e compreensão de sua nova condição. Nas palavras do participante,

É, é aquela situação que Deus escreve certo por linhas tortas, eu sei que é verdade, é verdade mesmo. E eu sei que **Ele não te dá fardo maior do que aquele que você pode carregar. Lógico que Ele testa também, né, pra saber até onde vai o seu limite, e eu falo que é difícil, essas provas assim**. Hoje eu sou evangélico, né? Hoje não, já faz um tempo que a gente faz, a gente fala, **tem duas opções, ou vem pela dor ou vem pelo amor. Eu vim pela dor, né? Eu vim, pela dor** (P2).

De modo semelhante P5 encontra na religiosidade uma explicação para a realidade vivida. Ele conta que questionou a Deus o porquê de sua deficiência em um culto da igreja que começou a frequentar, a convite de um colega. Em suas palavras,

Eu falei: 'Deus, por que que eu fiquei doente se eu era um homem tão forte? Eu era um atleta, eu tinha um vigor... E eu não sei porque que eu fiquei doente. Eu fazia tudo certo'. (...) E começou o culto, e no final do culto, o cara levantou os braços (...), e ele falou 'essa doença não é pra tua morte, é pra que, que ela, Deus permitiu ela no seu corpo por que dessa forma você tá conhecendo Deus, se não, de outra forma você não conheceria'. E eu tô lá até hoje. Então isso me deu um alívio, aceitei essa minha deficiência, porque até então eu era revoltado, não sabia o motivo dela. Então eu vi, hoje eu vejo de forma diferente (P5).

Tanto para P2 quanto para P5, a deficiência é significada como algo que influenciou a dimensão espiritual em suas vidas, fazendo com que se aproximassem de Deus. Essa significação condiz com os resultados da pesquisa realizada por Schulz (2005), nos Estados Unidos. A autora investigou os significados da espiritualidade para indivíduos com deficiência, chegando à conclusão de que, para os participantes de sua pesquisa que adquiriram uma deficiência na idade adulta, a deficiência era vista como um catalisador para o despertar da espiritualidade em suas vidas.

Autores como Lukoff (1992) e Worthington Jr., Kurusu e McCullough (1996) distinguem os termos religiosidade e espiritualidade. Para o primeiro, a religiosidade envolve práticas e crenças de uma instituição religiosa, enquanto a espiritualidade abarca a relação entre o indivíduo e a entidade na qual acredita. Worthington Jr., Kurusu e McCullough (1996) afirmam que a religiosidade se expressa quando o indivíduo valoriza religião ou uma instituição religiosa, enquanto na espiritualidade há a valorização de um ser superior, embora não haja necessariamente uma religião. Entretanto Hill et al (2000) afirmam que a distinção entre ambos aspectos é desnecessária, pois a religiosidade e a espiritualidade não são mutuamente excludentes ou incompatíveis. Sendo assim, ser religioso pode ou não implicar a valorização da espiritualidade.

Independentemente da dimensão a ser valorizada pelo indivíduo, Faria e Seidl (2005) indicam a relevância do que chamam enfrentamento religioso, ou seja, atitudes de enfrentamento que se amparam em práticas religiosas, em situações de doença. Segundo as autoras, dados indicam que a autoestima e a percepção positiva da qualidade de vida são

frequentemente observadas em pacientes que manifestaram o enfrentamento religioso. No entanto, as autoras ressaltam que, no caso de indivíduos que se valeram de tais atitudes em busca de uma cura foram observados altos níveis de ansiedade.

No caso dos participantes da pesquisa, a religiosidade parece fornecer um novo sentido pessoal à aquisição da deficiência. A religiosidade pode ser um fator contribuinte para a superação da realidade concreta, na qual a deficiência parece ganhar uma significação negativa. Assim, um acontecimento que aparentemente traria apenas perdas ganha sentidos pessoais que os participantes objetivam como parte de suas histórias de vida.

Para P4, sua sobrevivência após a ocorrência foi fruto de um milagre, que antes de acontecer já havia sido anunciado para sua esposa. Em suas palavras,

É, no dia que aconteceu essa situação comigo, a minha esposa – eu sou católico – a minha esposa foi parada na rua por um presbítero, que disse pra ela que Deus tava dando... tava pedindo pra ele falar uma palavra pra ela. **E ele falou que Deus tava dando um livramento de morte muito grande na família** - isso duas horas antes, menos de duas horas antes de acontecer – e que havia uma luz muito forte na cabeça, dela, que ele não conseguiria abrir os olhos, senão ele ia ficar cego. **Pedi pra ela ter fé e seguir o caminho dela.**

Nesse caso a deficiência parece estar associada a um “livramento”, ou seja, à sobrevivência em um momento de alto risco. Com isso, é possível que os significados da deficiência sejam associados aos de consequência menos negativa do que a morte.

Pela escassez em pesquisas que tratem do fenômeno religião e seus respectivos adjacentes em relação à deficiência, tentou-se mostrar como este pode estar altamente relacionado ao tema, ou ainda à condição de deficiente. A religião mostra-se como um suporte necessário não apenas para a continuidade do processo vital, mas, sobretudo para aceitar ou se resignar a uma nova condição.

O apoio recebido de instituições não governamentais como a APMDFESP foi evidenciado pelos participantes como algo importante em suas trajetórias, atribuindo à

associação o significado de algo que auxilia na superação de dificuldades. O participante P1 exemplifica essa importância, dizendo:

Nós temos aqui a associação, **e a associação ajuda mesmo. E ainda tem polícia que fala que não serve pra nada essa associação.** Não serve? Se não fosse por eles eu não tinha cadeira, eu não tinha almofada, eu não tinha carro adaptado, eu não tinha material pra ajudar, pra fazer meus procedimentos. Mas é assim que funciona (P1).

P4 também atribui sua recuperação à ajuda recebida da Associação, afirmando o papel relevante na vida de outros policiais com deficiência que se tornam associados:

Uma recuperação também muito veloz, graças a Deus eu tô hoje aqui, **e principalmente a essa associação,** que eu vim fazer parte dela em fevereiro, vai fazer, fez um ano agora em fevereiro, que eu entrei aqui em 2012. Fez um ano que eu entrei aqui (P4).

A existência de organizações assistenciais de caráter filantrópico como a APMDFESP e a importância que têm na vida de seus associados – auxiliando no fornecimento de equipamentos, fraldas, próteses e órteses, pode indicar a falha do sistema público de apoio para o policial com deficiência. Associações como essa se configuram como serviços de reabilitação, fundamentais após a aquisição de uma deficiência. Como propõe Simões (2008), esses serviços devem estar voltados para a reabilitação física e psicossocial, oferecendo ações educativas em relação à nova condição do indivíduo.

O amparo ao indivíduo com deficiência é uma das responsabilidades governamentais, não diferindo das demais obrigações do Estado. Os direitos de todos os cidadãos são assegurados legalmente, e a saúde pública é um deles. De acordo com o 25º artigo da Convenção sobre Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007; 2011), “todas as pessoas com deficiência possuem o direito de gozar do estado de saúde mais elevado possível, sem serem discriminadas”. No mesmo artigo, assegura-se o oferecimento de programas de atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis, inclusive os especificamente relacionados à

deficiência. Esses serviços devem ser oferecidos por profissionais que dispensem cuidados da mesma qualidade dos oferecidos aos demais. Apesar desta e de outras definições que tornam o oferecimento de serviços obrigatório, muitas vezes estes inexistem ou são insuficientes, atendendo altas demandas e relegando o atendimento à filantropia.

Como pontuado por Silva (2006), a evidência dada a associações filantrópicas obscurece a existência de políticas públicas e de órgãos do Estado. Para a autora, estas instituições filantrópicas ressaltam a lógica de que pessoas com deficiência devam ser alvo da caridade, remetendo a estereótipos e às significações de incapacidade e desvalia dos mesmos. Isso acaba por conferir-lhes a ideia de que aquele que não está na condição de deficiência está num grau privilegiado e, portanto, deve cuidar, assistir ou ser benevolente com o outro.

No caso das corporações militares, essa necessidade encontra o agravante da responsabilização pela saúde de seus membros. Embora policiais possam acessar serviços públicos, são oferecidos serviços específicos pela própria Polícia, como o Hospital da Polícia Militar. No entanto, a existência da APMDFESP mais uma vez denota a insuficiência desse serviço para aqueles que são afastados e/ou reformados, ou seja, não estão mais aptos para se enquadrarem na população atendida, deixando essa responsabilidade a cargo da filantropia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deficiência adquirida por policiais militares é um assunto relativamente novo no campo das discussões científicas. A revisão bibliográfica mostrou que poucos estudos tendo como sujeitos os militares foram realizados no Brasil e ainda é quase inexistente a produção científica quando esses se encontram na condição de deficiência.

Apesar dos avanços históricos e científicos nas discussões que envolvem a temática, a exclusão da pessoa com deficiência em diversos contextos sociais é uma realidade. No estudo da deficiência, tem-se objetivado a criação de subsídios teóricos que pautem práticas mais democráticas, visando assegurar a participação social e, conseqüentemente, o desenvolvimento das pessoas com deficiência, como pontuam Aranha (2001), Omote (1995; 2005), Amaral (1994; 1998), Glat (1996) e Leite (2014).

A figura do policial, à qual se associa força e integridade física, se mostra incompatível com a imagem atribuída à pessoa com deficiência. No entanto, conforme o percorrido ao longo deste texto, na profissão do policial o risco de aquisição de uma deficiência é alto, considerando as características ostensivas e de combate à violência, ações inerentes a essa atividade. Esse risco é ainda maior quando se considera o crescimento da criminalidade no país. Assim, a aquisição de algum tipo de deficiência por policiais militares torna-se mais do que uma possibilidade, mas uma realidade objetiva na vida de diversos profissionais.

Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, proposta por autores como Vigotski e Leontiev, este estudo visou identificar em policiais com deficiência adquirida o conjunto de significações relacionado à deficiência e ao trabalho desempenhado junto à Polícia Militar, compreendendo a relação desses significados com a trajetória de vida dos participantes. Para tanto, foi realizada a identificação e análise

dos núcleos de significações, com base nos relatos autobiográficos dos participantes seguindo as referências apresentadas por Aguiar e Ozella (2006; 2013). A hipótese do estudo era de que as significações da deficiência e da profissão de policial militar influenciariam a compreensão da própria trajetória de vida dos participantes, fato constatado durante o desenvolvimento desta pesquisa.

A identificação de núcleos de significação consistiu em meio para o alcance dos significados, capazes de expor as propriedades do todo, refletindo e objetivando a consciência dos indivíduos em suas falas. Na análise dos dados foram identificados três núcleos: (a) A expressão do trabalho como atividade fundamental; (b) Condições de existência: transformações após a deficiência adquirida; e (c) Condições de existência: relações de suporte social.

No primeiro núcleo, referente ao trabalho enquanto expressão da atividade vital, notou-se que a atividade exercida junto à Corporação possui um papel significativo na vida dos policiais, sendo um dos fatores que constituem suas personalidades. Na atividade profissional, ou seja, no exercício de ser policial, os participantes parecem ter encontrado mais que uma fonte de satisfação - um meio para a própria objetivação. Considera-se a hipótese de que, no caso dos policiais, essa configuração do trabalho seja facilitada pelas características da função, que exigem um comprometimento bastante intenso do profissional.

A realidade dos policiais militares apresenta diversas contradições em relação às condições nas quais devem exercer a profissão. Ao mesmo tempo em que o policial é visto como uma figura de autoridade, cujos objetivos são garantir a segurança pública e combater o crime, sua imagem é muitas vezes associada à corrupção e até mesmo à violência, em situações de abuso de poder. Diante de um cenário de violência contra policiais, por exemplo, em função do crescimento de facções criminosas, somada à baixa remuneração da categoria, a própria profissão é vista como desvalorizada pelos participantes.

Fica evidente a necessidade de uma discussão criteriosa da denominada crise na segurança pública, mencionada por Adorno e Salla (2007), a qual envolve múltiplas determinações. Num olhar crítico, é possível avaliar que práticas de organizações de segurança pública, como a Polícia Militar, devem superar estas dificuldades, na busca por resultados mais próximos aos esperados pela sociedade. Dessa maneira a atividade pode ser aprimorada, garantindo o alcance de seus objetivos e o desenvolvimento social e de seus membros.

Apesar das contradições postas e da desvalorização relatada, a atividade do policial teve papel de destaque nos relatos dos participantes, como fonte de satisfação. A importância dada à dimensão da atividade reflete uma característica própria do gênero humano, que pela atividade, se apropria da cultura material e histórica produzida pela humanidade, além de objetivar a própria personalidade, tal como proposto por Leontiev (1978).

O segundo núcleo de significação, referente às transformações decorrentes da aquisição da deficiência nas condições de existência, permitiu compreender os significados atribuídos à deficiência.

A aquisição da deficiência por um policial militar se apresenta como uma contradição. Embora o risco seja reconhecido pelos participantes como parte do trabalho, quando esta hipótese é materializada a, esse acontecimento pode representar o rompimento com a atividade fim. Esse rompimento é fonte de sofrimento para os indivíduos, dada a importância do trabalho em suas vidas.

A permanência de policiais com deficiência trabalhando na Corporação ainda é um assunto controverso, e inexistem políticas públicas que pautem os procedimentos da Polícia diante de acidentes.

Após a aposentadoria, os participantes buscaram a reinserção profissional como

uma forma de complementação da renda e também de tornarem-se ativos novamente. Com exceção de P1 e P3, todos realizam atividades ainda ligadas à Polícia Militar. Embora esse resultado tenha influência do local de pesquisa – a APMDFESP, onde muitos policiais reformados trabalham – parece indicar que estar em um contexto militar é algo valorizado pelos participantes, perpetuando a proximidade como meio militar.

No terceiro núcleo identificado, destacaram-se as relações sociais enquanto possibilidades de suporte. A religiosidade foi um assunto de destaque em diversos relatos, enquanto algo que auxiliou na compreensão da deficiência e de sua relação com a trajetória de vida. Para os participantes, pelo intermédio da participação mais efetiva em instituições de cunho religioso foi possível encontrar uma razão explicativa - aceitável, para a aquisição da deficiência, o que deu novos significados à própria condição.

O amparo familiar e de amigos também foi abordado como algo importante para a superação das dificuldades advindas da aquisição da deficiência, bem como o apoio da APMDFESP. A Associação pareceu ter exercido um papel de alta importância na reabilitação física e psicossocial dos policiais, favorecendo uma recuperação rápida dos mesmos. Aparentemente, essa adquire o *status* de suporte estrutural, auxiliando o policial em suas dificuldades financeiras. Ao mesmo tempo, pode ser atribuído à Associação o caráter de suporte emocional, que também se trata de uma necessidade dos indivíduos. Mais pesquisas devem ser realizadas na área, investigando o papel de instituições como a APMDFESP na vida de pessoas com deficiência, visando garantir a máxima potencialidade dos suportes oferecidos.

Considerando os objetivos da pesquisa, a análise dos dados permite concluir que as significações da Polícia Militar e da deficiência em policiais militares estão intimamente relacionadas entre si e à trajetória de vida dos participantes. Antes da aposentadoria, a atividade militar tinha um papel central na vida dos policiais, sendo identificada como

atividade fundamental. No entanto, essa trajetória é interrompida pela aquisição da deficiência, afastando o policial de sua função. A deficiência então passa a ser significada como algo que impossibilita o exercício da atividade vital, impedindo a própria objetivação do indivíduo.

Conforme o proposto por Bernardes (2010), a pesquisa fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural visa superar as condições instituídas na realidade, buscando condições para que a potencialidade do gênero humano se objetive na individualidade do sujeito. Assim, a postura a ser assumida na pesquisa é a de cunho revolucionário, contrária à condição humana instituída na sociedade e visa à transformação dos processos sociais.

À luz desses pressupostos, os resultados da pesquisa permitem concluir que a exclusão do policial com deficiência de seu contexto de trabalho reforça a visão da deficiência enquanto sinônimo de ineficiência e invalidez. A impossibilidade de permanência na Corporação favorece a perpetuação desses significados. Buscando garantir a homogeneidade de seus membros, a Polícia Militar coloca as pessoas com deficiência em uma categoria excluída do contexto dos demais: a categoria dos inativos e/ou reformados. Para os policiais, pela forte identificação com o trabalho, ser um policial inativo pode significar ser uma pessoa improdutiva, ou seja, não apta para o exercício militar.

Ao mesmo tempo, a aquisição de uma deficiência durante o exercício da profissão pode surgir como algo valorizado entre os policiais, como algo que evidencia sua dedicação total à Corporação e ao próprio serviço desempenhado. O heroísmo pode ser também associado a esse policial, que encerraria sua carreira em função do bom desempenho da profissão. Essa característica contraditória do fenômeno estudado nessa pesquisa indica a necessidade de novas investigações na área.

As condições de existência do indivíduo com deficiência parecem representar barreiras para seu próprio desenvolvimento. Uma vez que as condições sociais foram

pensadas e construídas para o indivíduo “tipo”, como afirma Vigotski (1999), e não para o desviante, o desenvolvimento da pessoa com deficiência pode ser restrito. No caso dos policiais, uma das restrições encontradas pode estar relacionada ao trabalho e à impossibilidade de continuar exercendo sua função.

A Polícia Militar enquanto organização deve atentar para a realidade dos membros que se acidentam, visto que é um fato posto. A garantia da reabilitação, enquanto um processo voltado para as condições físicas e psicossociais do indivíduo, deve estar a cargo da Corporação e não de uma associação não governamental de natureza filantrópica, mantida por doações feitas pelos próprios policiais.

Diversos participantes defendem que policiais com deficiência que estejam aptos a trabalhar administrativamente devem ser mantidos no contingente ativo da Corporação. Essa permanência é uma realidade para alguns policiais, como P7, porém o desconhecimento dessa alternativa – observado nos relatos de P1, P3 e P6, indicam que a mesma é pouco comum. Evidencia-se a necessidade de criação de novas práticas que considerem a possibilidade de permanência na organização como benefício aos policiais - os quais poderão continuar a exercer a função - e à própria Polícia Militar, que poderá contar com os serviços desses profissionais.

Considera-se ainda a possibilidade de que policiais acidentados também possam preferir a aposentadoria, ao invés de permanecerem ativos. Sugere-se então o desenvolvimento de novos estudos na área, que investiguem o posicionamento de um número maior de sujeitos em relação ao tema. Também se reforça a necessidade de mais pesquisas que avaliem a trajetória de policiais com deficiência que estejam ativos, visando fornecer dados concretos para a compreensão de suas potencialidades.

Recorda-se que após o afastamento da Corporação, diversos participantes encontraram oportunidades de trabalho na APMDFESP. Ali, os policiais continuam a

vivenciar o universo perdido após a aquisição da deficiência, no contato constante com a Corporação Militar e com outros policiais. Essa parece ser uma maneira de recuperar a ligação que tinham com a atividade fundamental, ainda que em outro contexto.

Trabalhar na APMDFESP parece representar uma possibilidade de encarar a deficiência de outra perspectiva: não mais como o indivíduo que precisa de apoio, mas como o que oferece ajuda. Nesse contexto, o trabalho parece satisfazer à necessidade de superação da própria condição, pela mudança de posição social. Isso indica que, mesmo que os indivíduos retornem à atividade, as significações da deficiência ainda estão associadas ao estigma de ter uma característica indesejável, que deve ser superada.

A evidência dada à importância de uma instituição filantrópica como a APMDFESP na reabilitação dos participantes mostra que a pessoa com deficiência ainda depende de obras de caridade para o atendimento de suas reais necessidades. Constatou-se que o que o direito básico de todos os indivíduos ainda é representado como uma ajuda ou um favor de uma instituição. Esse dado é consoante com o proposto por Omote (1994), que pontua que muitas vezes os serviços direcionados a esse público cumprem a função de socializar a pessoa com deficiência, no papel de pessoa com deficiência – ou seja, apenas perpetuam os mesmos modelos assistencialistas no qual os mesmos papéis são reproduzidos. No caso da APMDFESP, a existência de uma associação que oferece ajuda aos policiais com essa condição pode reproduzir a concepção de que esses indivíduos devam ser alvos de ações de assistencialismo, voltadas a promoção da benevolência e de caridade, e não que sejam cidadãos com direito à saúde e à qualidade de vida.

Evidencia-se a necessidade de realização de novas pesquisas que envolvam o tema pesquisado, respondendo a novos questionamentos surgidos durante o trabalho, a respeito dos significados associados à Polícia Militar e à Deficiência por essa população. Um deles diz respeito às significações da própria Corporação e da função do policial. Embora o processo de

significação tenha sido analisado no trabalho, é possível identificar outros fatores de análise, como a própria história familiar, por exemplo. Outra questão concerne aos demais fatores que podem influenciar essa população em relação à significação da deficiência, para além da própria história de vida.

Conclui-se com essa pesquisa que, apesar das transformações já realizadas nas condições das pessoas com deficiência, as significações dadas a elas estão associadas à desvalorização e a aspectos negativos, mesmo em tempos em que ações inclusivas têm sido propagadas em termos normativos e sociais. A falta de adaptações e de interesse na inserção de pessoas com deficiência em diferentes contextos laborais evidencia que a exclusão dessa população ainda é uma realidade. Torna-se premente a adoção de ações afirmativas que facilitem a participação social e a equidade de direitos em contextos sociais diversos – trabalho, saúde, educação, dentre outros, como relatado por Leite e Martins (2013) para a garantia de condições mais favoráveis de segmentos excluídos, como no caso o de pessoas com deficiência.

Ao considerar que os significados são construídos nas relações sociais, é imprescindível que estas sejam transformadas. Como pontua Molon (2003), a construção teórico-metodológica da Psicologia Histórico-Cultural visa à constituição de uma nova sociedade e de um novo homem. Nesse sentido, julga-se que apenas por meio da mudança social os indivíduos com deficiência terão acesso garantido às plenas condições para o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S.; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Revista Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.
- AGUIAR, W. M. J. A escolha na orientação profissional: contribuições da psicologia sócio-histórica. **Psicologia da Educação**. São Paulo, v. 23, n. 2, p.11-25, 2006.
- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.
- _____. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan.,2013.
- AMARAL, L. Corpo Desviante/Olhar Perplexo. **Revista Psicologia USP**, v. 5, n. 1/2, p. 245-268, 1994.
- _____. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Diferenças e preconceitos**. São Paulo: Summus, 1998.
- ANDRIANI, A. G. P. **A cor da pele**: significações constituídas nas relações. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- ANGEL, S.; BUUS, S. The experience of being a partner to a spinal cord injured person: A phenomenological-hermeneutic study. **International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-Being**, v. 6, n. 4, p. 7199, 2011.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da Deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano XI, n. 21, p.160-173, março, 2001.
- BARISCH, E. J. A. **Preparação para a reserva**: necessidade estratégica para a Aeronáutica. Dissertação (Mestrado em Ciências Aeroespaciais) – Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2006.
- BERNARDES, M. E. M. O método de investigação na Psicologia Histórico-Cultural e a pesquisa sobre o psiquismo humano. **Psicologia Política**, v.10, n. 20, p. 297-310, 2010.
- BORGES, A. M. F.; BRIGNOL, P.; SCHOELLER, S. D.; BONETTI, A. Percepção de pessoas com lesão medular sobre sua condição. **Rev Gaúcha Enferm**, v. 33, n. 3, p.119-125, 2012.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.
- _____. Decreto n. 66.862, de 8 de julho de 1970. Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

_____. Decreto n. 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R200). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

_____. **A Profissão Militar**. Presidência da República – Estado Maior das Forças Armadas: Caderno de divulgação. Brasília: 1995.

_____. Lei n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

_____. Lei n. 10.029, de 20 de outubro de 2000. Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

_____. Decreto n. 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

_____. **Convenção mundial sobre os direitos das pessoas com deficiência**: Protocolo facultativo à Convenção mundial sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 2011.

CARDIA, N. O medo da Polícia e as graves violações dos direitos humanos. **Revista de Sociologia da USP**, v. 9, n. 1, p. 249-265, 1997.

CBO. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>> . Acesso em 12 jan. 2014.

COBB, S. Social support as a moderator of life stress. **Psychosomatic Medicine**, v. 38, n. 5, p. 300-314. 1976.

CONCEIÇÃO, A. C. **Análise da morbimortalidade de mulheres policiais militares na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação. Instituto Fernandes Filgueira – Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na Psicologia de A. N. Leontiev. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 44-63, 2004.

DUNST, C.; TRIVETTE, C. Assessment of social support in early intervention programs. In: MEISELS, S.; SHONKOFF, J. **Handbook of early childhood intervention** (p. 326-349). New York: Cambridge University Press. 1990.

DUTRA, O. P. II Diretriz brasileira de cardiopatia grave. **Arq. Bras. Cardiol**, São Paulo, v. 87, n. 2, p. 223-232. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2006001500024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 de outubro de 2013.

FARIA, J. B.; SEIDL, E. M. F. Religiosidade e enfrentamento em contextos de saúde e doença: revisão de literatura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 3, p. 381-389. 2005.

FERRAJÃO, P.; DUARTE, P. C.; OLIVEIRA, R. O. Pensar debaixo de fogo: intervenção em grupo junto de profissionais expostos a cenários de risco. **Revista de Psicologia Militar**, n. 18, p. 175-193, 2009.

FRAGA, C. K. *Polícia militar acidente de trabalho: O processo de construção institucional da invisibilidade do acidente de trabalho na brigada militar*. **Dissertação**. (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

_____. A Polícia Militar Ferida: da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço. **Tese**. (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

_____. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos e Contexto**, 6, ano V, dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Trabalho%20Policial%20Militar.pdf>>. Acesso em 27 de janeiro de 2012.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês**: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

_____. O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, n. 4, p. 111-118. 1996.

GLAT, R. PLETSCHE, M. D. O método de história de vida em pesquisas sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**. v. 22, n. 34, p. 139-154, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em 01 de novembro de 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HEUPA, A. B. **Análise do ruído de impacto na audição de integrantes do batalhão de operações especiais da política militar do paraná**: uma proposta de prevenção. **Dissertação**. (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) - Universidade Tuiuti do Paraná, 2010.

HILL, P. C., PARGAMENT, K. I., WOOD, R. W. JR., MCCULLOUGH, M. E. & SWYERS, J. P. Conceptualizing religion and spirituality: points of commonality, points of departure. **Journal of Theory of Society of Behaviorism**, v. 30, p. 51-77, 2000.

JONES, B. H.; HANSEN, B. C. An Armed Forces Epidemiological Board evaluation of injuries in the military. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 18, n. 3, p. 14-25, 2000.

KOVÁCS, M.J. Deficiência adquirida e qualidade de vida: possibilidades de intervenção psicológica. In: MASINI, E.A.F.S. et al. **Deficiência: alternativas de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KRAHL, P. L.; JANKOSKY, C. J. THOMAS, R. J.; HOOPER, T. I. Systematic Review of Military Motor Vehicle Crash-Related Injuries. **American Journal of Preventive Medicine**, v.38, n.1, p.189-196, 2010.

KREUTER, M. Spinal cord injury and partner relationships. *Spinal Cord*, v. 28, n.2, p. 3-6, 2000.

LEITE, L.P. A Psicologia histórico-cultural na compreensão dos conceitos relacionados à deficiência: uma análise investigatória com futuros profissionais. **Relatório Científico – CNPq**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2014. (Texto não publicado).

LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O. **Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. As contribuições da Educação Especial para promoção da Educação Inclusiva nas normativas brasileiras. **Revista Psicología, Conocimiento y Sociedad**. No prelo. 2013.

LEME, M. E. S. Pessoas com deficiência e trabalho: o discurso de sujeitos e instituições. **Tese**. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2010.

LEONTIEV, A. N. **Desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

_____. **Actividade, conscienciay personalidad**. Buenos Aires, Ediciones Ciencias del Hombre, 1978b.

LUKOFF, D. Toward a more culturally sensitive DSM-IV (psychoreligious and psychospiritual problems). **The Journal of Nervous and Mental Disease**, v. 180, 673-682, 1992.

LURIA, A. R. **Linguagem e pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **Inclusão e sexualidade na voz de pessoas com deficiência física**. Curitiba: Juruá, 2011.

_____. A importância das relações familiares para a sexualidade e a autoestima de pessoas

com deficiência. **Psicologia.com.pt – O portal dos psicólogos**. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0515.pdf>>. Acesso em 14 de agosto de 2013.

MARQUES, C. A. Implicações políticas da institucionalização da deficiência. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 62, p. 105-122, 1998.

MARQUES, L. S. Deontologia da Polícia Militar. **Revista NPI – FMR**, ago., 2011. Disponível em: <http://www.fmr.edu.br/npi/npi_policia.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2012.

MARTINS, L.M. A natureza histórico social da personalidade. **Cadernos Cedes**. Campinas, vol. 24, n. 62, p. 82-99, abr. 2004.

_____. Psicologia Sócio-Histórica: o fazer científico. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. (orgs.) **Método Histórico-Social na Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **A formação social da personalidade do professor**. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da Psicologia Histórico Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Tese (Livre Docência em Psicologia da Educação). Universidade Estadual Paulista, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MENNOCCHI, L. M. **Representações sociais de professores e alunos sobre envelhecimento humano e educação em um programa de universidade aberta à terceira idade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Universidade Estadual Paulista, 2009.

MENNOCCHI, L. M.; LEITE, L. P. Volta às aulas aos sessenta anos: perfil dos alunos em uma universidade aberta à terceira idade. In VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. (Orgs) **Aprendizagem e comportamento humano**. Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MELLO, M. D.; TOIGO, M. D.; FRANÇA, A. A. A percepção da comunidade sobre a Polícia Militar em Marília. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 3, p. 67-86, 2004.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coordenação de Atenção a Grupos Especiais. Programas de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. **Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência no Sistema Único de Saúde: planejamento e organização de serviços**. Brasília: Secretaria de Assistência à Saúde, 1993.

MOLON, S. I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MONTEIRO, J. K.; MAUS, D.; MACHADO, F. R.; PESENTI, C.; BOTTEGA, D.; CARNIEL, L. B. Bombeiros: um olhar sobre a qualidade de vida no trabalho. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 27, n. 3, p. 554-565, 2007.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho**. Brasília, 2007. Disponível *on line* em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF9D75166284/inclusao_pessoas_defi12_07.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2013.

MUNIZ, J. A crise de identidade das polícia militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defenses Studies Review**. v. 1, p. 179-198, 2001.

NASCIMENTO, A. A. A corrupção policial e seus aspectos morais no contexto do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, n. 9, p. 58-70, ago., 2011.

NATIVIDADE, M. R.; BRASIL, V. A escolha profissional entre os Bombeiros Militares. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 7, n. 1, p. 37-43, 2006.

NAVARRO, V. e PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia e Sociedade**. vol.19, número especial, Porto Alegre, 2007.

NEME, C. **A instituição policial na ordem democrática: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.25-51.

OLIVEIRA, J. H. O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade na polícia militar. **Revista Vivência**, v. 35, p. 101-117, 2010.

OLIVEIRA, M. K.; REGO, T. C.; AQUINO, J. G. Desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: ciclos de vida, narrativas autobiográficas e tensões da contemporaneidade. **Revista Pro-Posições**, v. 17, n. 2 (50) - maio/ago. 2006.

OLIVEIRA JUNIOR, A. Dá pra confiar nas Polícias? Confiança e percepção social das Polícias no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, n. 9, p. 6-22, ago. 2011.

OMOTE, S. A Integração do Deficiente: um pseudo-problema científico. **Temas em Psicologia**, n. 2, p. 55-62, 1995.

_____. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004.

PINC, T. Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a Polícia e o público.

Revista Brasileira de Segurança Pública, n. 2, p. 6-23, 2007.

PMESP. **Manual de Ordem Unida a pé**. 3ª edição. São Paulo: Setor gráfico do CSM/M Int. 1991.

PONCIONI, P. Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. Estigma no tempo de inclusão. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.10, n.3, p.287-308, 2004.

ROSIN-PINOLA, A. R.; SILVA, C. P.; GARBULHO, N. F. Implicações psicossociais para o acidentado de trabalho reinserido no mercado de trabalho e desempregado. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 5, n. 2, p. 53-62, 2004.

RUSSEL, D.; TURNER, R. J.; JOINER, T. E.; Physical Disability and Suicidal Ideation: A Community-Based Study of Risk/Protective Factors for Suicidal Thoughts. **Suicide and Life-Threatening Behavior**, v. 39, n. 4, August, p. 440-451, 2009.

SÃO PAULO. Lei n. 10.291, de 26 de novembro de 1968. *Institui na Secretaria da Segurança Pública, o Regime Especial de Trabalho Policial para os ocupantes de cargos, funções, postos e graduações indicados e dá outras providências.* **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

_____. Lei complementar n. 1.188, de 27 de novembro de 2012. Altera a Lei nº 10.291, de 26 de novembro de 1968, que instituiu o Regime Especial de Trabalho Policial, na forma que especifica. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

_____. Decreto-Lei n. 217, de 8 de abril de 1970. Dispõe sobre a constituição da Polícia Militar do Estado de São Paulo, integrada por elementos da Força Pública do Estado e da Guarda Civil de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP.

SCHULZ, E. K. The meaning of spirituality for individuals with disabilities. **Disability and Rehabilitation**, v. 27, n. 21, p. 1283-1295, 2005.

SELBY, E. A.; ANESTIS, M. C.; BENDER, T. W.; RIBEIRO, J. D.; NOCK, M. K.; RUDD, M. D.; BRYAN, C. J.; LIM, I. C.; BAKER, M. T.; GUTIERREZ, P. M. JOINER, T. E. Overcoming the fear of lethal injury: Evaluating suicidal behavior in the military through the lens of the Interpersonal–Psychological Theory of Suicide. **Clinical Psychology Review**, v.30, n. 3, p. 298-307, 2010.

SILVA, L. M. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 424-434, set./dez. 2006.

SILVA, G. G. **A identidade e o sofrimento policial militar**: entre o público e o privado. Monografia (Graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília). 2011.

SIMÕES, C. M. L. **Paraplegia**: prevalência, etiologia e processos de reabilitação. Dissertação (Mestrado em Educação pela Universidade do Minho, Portugal). 2008.

SMOLKA A. L. B. Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta de rede de significações. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S; SILVA, A. P. S & CARVALHO, A. M. A. (orgs.). **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SOUSA, R. R. **Análise do perfil cultural das organizações policiais e a integração da gestão em segurança pública em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SPANIOL, M. I. **Vítimas e Vitimadores**: Fatores associados aos acidentes de trabalho e ocorrências policiais, com Arma de Fogo, em PM do RS. Dissertação. (Mestrado em Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

SPODE, C. B. **Ofício de oficial**: trabalho, subjetividade e saúde mental na polícia militar. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

TEIXEIRA, A. M. **Vida revirada**: o acontecer humano diante da deficiência adquirida na fase adulta. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas**: Vol. 2. Problemas de Psicología General. Madrid, España: Visor, 1991.

_____. **Obras Escogidas**: Vol. 3. Problemas del desarrollo de la psique. Madrid, España: Visor, 1995.

_____. **Obras Escogidas**: Vol. 5. Fundamentos de Defectología. 2a. edição. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1995.

_____. **Teoria e método em Psicologia**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1996.

_____. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Manuscrito de 1929. **Educação e Sociedad**, ano XXI, n. 71, p. 21-44, jul., 2000.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIOLANTE, R. R.; LEITE, L. P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 73-91, 2011.

WORTHINGTON JR., E. L., KURUSU, T. A. & MCCULLOUGH, M. E. Empirical research on psychotherapeutic processes and outcomes: A 10 year review and research prospectus. **Psychological Bulletin**, v. 119, p. 448-487, 1996.

YANCOSSEK, K. E.; ROY, T.; ERICKSON, M. Rehabilitation programs for musculoskeletal injuries in military personnel. **Current Opinion In Rheumatology**, v.24, n. 2, p. 232-236, 2012.

ZANELLA, A. V.; REIS, A. C.; TITON, A. P.; URNAU, A. P.; DASSOLER, T. R. Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, n. 19 (2), p. 25-33, 2007.

APÊNDICE

A – Questionário de Identificação

1) Identificação:

2) Idade:

3) Estado Civil:

4) Escolaridade:

5) Patente:

6) Ano de ingresso na corporação:

7) Origem da deficiência:

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
E APRENDIZAGEM**
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: SIGNIFICADOS DA DEFICIÊNCIA ADQUIRIDA EM FUNÇÃO POR POLICIAIS MILITARES

PESQUISADORAS RESPONSÁVEIS: Mestranda Eliza Maura de Castilho Lopes e Professora Dra. Lúcia Pereira Leite

OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA: Tem-se como objetivo investigar a influência da aquisição de uma deficiência na vida de policiais militares, em decorrência do exercício da função, e da possível aposentadoria. Pretende-se: a) identificar mudanças na trajetória de vida em decorrência da aquisição da deficiência em policiais reformados; b) identificar em policiais na ativa os significados atribuídos à sua profissão, à condição de deficiência e à aposentadoria; c) comparar nos dois grupos de policiais – ativos e reformados, os significados e demais aspectos psicológicos relacionados a aquisição de uma deficiência e da aposentadoria para profissionais da Polícia Militar. Para tanto, serão realizadas entrevistas com policiais com deficiência e policiais da ativa, a serem realizadas de maneira individual em local a ser combinado entre a pesquisadora e cada entrevistado. As entrevistas serão gravadas em áudio para análise posterior.

ESCLARECIMENTOS E DIREITOS: Participar desta pesquisa é uma opção e caso o indivíduo não aceite participar ou desista em qualquer fase da pesquisa fica assegurado que não haverá nenhum prejuízo em suas atividades.

Os direitos do participante estão garantidos pelo Comitê Nacional de Ética/Resolução 196/96 (http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm).

Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em congressos, eventos científicos e em publicações, sem identificação de nomes ou identidades dos participantes.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, portador(a) do RG _____, declaro ter recebido as devidas explicações sobre a referida pesquisa e concordo que minha desistência poderá ocorrer em qualquer momento sem que ocorram quaisquer prejuízos físicos, mentais ou no desenvolvimento de minhas atividades. Declaro ainda estar ciente de que a participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido(a) quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Autorizo,

_____ de _____ de 2012.

Assinatura

ENDEREÇO E TELEFONES PARA CONTATO:

Eliza Maura de Castilho Lopes – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem – Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Vargem Limpa – Bauru – CEP 17.033-360. Fone: (14) 3103-6077 / (14) 9142-7616. E-mail: eliza.mclopes@gmail.com